

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO HORA DE ANDRADE III

TRÊS ENSAIOS SOBRE O PENSAMENTO ECONÔMICO DE LUDWIG LACHMANN

CURITIBA
2023

PAULO HORA DE ANDRADE III

TRÊS ENSAIOS SOBRE O PENSAMENTO ECONÔMICO DE LUDWIG LACHMANN

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Econômico, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Angeli

CURITIBA
2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Andrade III, Paulo Hora de

Três ensaios sobre o pensamento econômico de Ludwig
Lachmann / Paulo Hora de Andrade III. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Angeli.

1. Lachmann, Ludwig M. 2. Subjetividade. 3. Escola austríaca
de economistas. I. Angeli, Eduardo. II. Universidade Federal do
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Econômico. III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - 40001016024P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **PAULO HORA DE ANDRADE III** intitulada: **Três ensaios sobre o pensamento econômico de Ludwig Lachmann**, sob orientação do Prof. Dr. EDUARDO ANGELI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 11 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica
25/09/2023 14:11:55.0
EDUARDO ANGELI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
25/09/2023 17:40:56.0
LUCAS CASONATO JACINTO
Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO
PARANÁ - PUC/PR)

Assinatura Eletrônica
27/09/2023 02:14:34.0
VICTOR NUNES LEAL CRUZ E SILVA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
26/09/2023 10:30:40.0
FABIO BARBIERI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

AV. PREFEITO LOTHARIO MEISSNER, 632 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80210-170 - Tel: (41) 3360-4400 - E-mail: ppgde@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 317862

**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 317862**

RESUMO

O presente trabalho visa identificar a consolidação dos aspectos subjetivistas distintivos de Ludwig Lachmann ao longo de sua carreira. O primeiro ensaio discorre sobre a trajetória acadêmica do autor em termos de “passos em direção à aplicação consistente do subjetivismo”, apresentando uma leitura de seus escritos como um todo coerente no paradigma subjetivista, ao mesmo tempo em que identifica a influência decisiva de George Shackle sobre o autor a partir de determinado momento. No segundo ensaio, a análise dos escritos de Lachmann sobre as instituições sustenta a identificação de quatro níveis de coerência entre planos individuais (equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem). No terceiro ensaio, foca-se no antagonismo entre Kirzner e Lachmann sobre a possibilidade de a atividade empresarial promover uma tendência sistemática para o equilíbrio entre planos individuais. Como um todo, argumenta-se que a consolidação do subjetivismo “radical” nos trabalhos de Lachmann sustenta sua rejeição à tendência ao equilíbrio interindividual, seu maior interesse no funcionamento das instituições na coordenação de planos que não deixam de ser inconsistentes entre si e em um método de análise econômica que não dependa de hipóteses específicas sobre a formação de expectativas entre os agentes, três pontos que gerariam críticas contundentes por parte de outros economistas identificados com a tradição Austríaca.

Palavras-chave: Lachmann. Subjetivismo. Escola Austríaca.

ABSTRACT

The present work aims to identify the consolidation of Ludwig Lachmann's distinctive subjectivist aspects throughout his career. The first essay discusses the author's academic trajectory in terms of "steps towards the consistent application of subjectivism", presenting a reading of his writings as a coherent whole in the subjectivist paradigm, while identifying the decisive influence of George Shackle on the author from a certain point in time. In the second essay, the analysis of Lachmann's writings on institutions supports the identification of four levels of coherence among individual plans (individual equilibrium, inter-individual equilibrium, coordination and order). The third essay focuses on the antagonism between Kirzner and Lachmann regarding the possibility that entrepreneurial activity promotes a systematic tendency towards equilibrium between individual plans. As a whole, it is argued that the consolidation of "radical" subjectivism in Lachmann's works supports his rejection of the tendency towards inter-individual equilibrium, his greater interest in the functioning of institutions in the coordination of plans that are still inconsistent with each other and in a method of economic analysis that does not depend on specific hypotheses about the formation of expectations among agents, three points that would generate severe criticism from other economists identified with the Austrian tradition.

Key-words: Lachmann. Subjectivism. Austrian School.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE LACHMANN: PASSOS EM DIREÇÃO À APLICAÇÃO CONSISTENTE DO SUBJETIVISMO.....	13
2.1. INTRODUÇÃO.....	13
2.2. A FORMAÇÃO INTELLECTUAL DE LACHMANN: DO SUBJETIVISMO NA TEORIA DO CAPITAL AOS ESCRITOS SOBRE AS IMPLICAÇÕES DAS EXPECTATIVAS.....	15
2.3. OS PRIMEIROS ESCRITOS METODOLÓGICOS DE LACHMANN: O INÍCIO DO QUESTIONAMENTO AO APRIORISMO MISESIANO.....	23
2.4. A INFLUÊNCIA DE SHACKLE E O “SUBJETIVISMO RADICAL”.....	30
2.5. REAÇÕES AUSTRÍACAS AO “MUNDO CALEÍDICO”, AO “SUBJETIVISMO RADICAL” E À “HERMENÊUTICA”.....	42
2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
3. OS DIFERENTES NÍVEIS DE COERÊNCIA ENTRE PLANOS INDIVIDUAIS NOS ESCRITOS DE LACHMANN.....	55
3.1. INTRODUÇÃO.....	55
3.2. TEORIA DO CAPITAL: O EMBATE ENTRE EXPECTATIVAS DIVERGENTES E A TENDÊNCIA AO EQUILÍBRIO.....	56
3.3. A TEORIA INSTITUCIONAL DE LACHMANN.....	63

3.4. OS HIPOTÉTICOS QUATRO NÍVEIS DE COERÊNCIA ENTRE PLANOS.....	69
3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
4. LACHMANN E A CONTROVÉRSIA SOBRE A TENDÊNCIA AO EQUILÍBRIO INTERINDIVIDUAL: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE SUAS CARTAS A KIRZNER...	79
4.1. INTRODUÇÃO.....	79
4.2. A ATIVIDADE EMPRESARIAL COMO ELEMENTO DA TEORIA DO CAPITAL..	81
4.3. DESCOBERTA x CRIAÇÃO: A FORMAÇÃO DAS POSIÇÕES ANTAGÔNICAS DE KIRZNER E LACHMANN SOBRE ATIVIDADE EMPRESARIAL E TENDÊNCIA AO EQUILÍBRIO.....	86
4.4. A DOCUMENTAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: OS ARGUMENTOS DE LACHMANN EM CARTA TROCADAS COM KIRZNER.....	90
4.5. OS ARGUMENTOS FINAIS DE LACHMANN CONTRA A SUPOSIÇÃO DE TENDÊNCIA AO EQUILÍBRIO E UMA SÍNTESE DA CONTROVÉRSIA.....	96
4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
5. CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS.....	113

1. INTRODUÇÃO

Nascido em Berlim, na Alemanha, em 1906, Lachmann recebeu toda a sua educação de nível superior na *University of Berlin*, entre 1924 e 1933, período no qual já começou a se interessar por economia Austríaca, particularmente pelas ideias de Carl Menger sobre a fonte subjetiva do valor. No entanto, nessa mesma época, em sua dissertação de mestrado, Lachmann foi orientado de Werner Sombart, que estimulou seu interesse pelas ideias de Max Weber¹.

Assim, a trajetória acadêmica de Lachmann se iniciou com a apreciação dos dois lados do *Methodenstreit*, a discussão sobre método da ciência econômica que colocou, na década de 1890, Carl Menger em oposição aos membros da Escola Histórica Alemã, da qual Weber fazia parte. Ao se mudar para a Inglaterra, em 1933, Lachmann logo conheceria sua próxima grande influência, Friedrich August von Hayek, já conhecido e respeitado economista identificado com a tradição Austríaca, de quem foi primeiro assistente, entre 1933 e 1935, e depois colega de pesquisa, entre 1935 e 1938, na *London School of Economics*.

Ainda na Inglaterra, Lachmann também atuaria como pesquisador na *University of London*, entre 1938 e 1940, professor assistente na *University College London*, em 1941, e chefe de departamento de economia na *University of Hull*, entre 1943 e 1948². Nesse período na Inglaterra, principalmente a partir de investigações sobre Ciclos Econômicos, muito em voga na década de 1930, após o mundo vivenciar a Grande Depressão, Lachmann passou a ter mais interesse no desenvolvimento de uma teoria do capital mais condizente com o que ele considerava ser a posição subjetivista Austríaca e na importância da consideração das expectativas na teoria econômica.

Em 1948, Lachmann se mudou da Inglaterra para a África do Sul, atuando como professor de economia e história econômica na *University of Witwatersrand* até sua aposentadoria em 1972, permanecendo naquele país até sua morte, em 1990³. Nesse período, Lachmann passaria a se dedicar mais a escritos sobre metodologia da ciência econômica, contestando a maneira como o conceito de “equilíbrio” era usado na disciplina e defendendo o que chamaria de “subjetivismo radical”, isto é, subjetivismo estendido das preferências para a interpretação e as expectativas, recorrendo aos escritos do economista George Shackle como a maior referência no assunto.

¹ Ver Koppl e Mongiovi (1998).

² Ver Lachmann (1977b).

³ Ver Lewin (2007).

Já aposentado, a partir de 1975, Lachmann passou a frequentar, como professor visitante, a *New York University* por um semestre a cada ano, tendo participação ativa, ao lado de nomes de destaque como Israel Kirzner e Murray Rothbard, no que ficaria conhecido como o “reavivamento” da Escola Austríaca, a partir da década de 1970⁴. Nessas quase duas décadas de vida que teve após sua aposentadoria na *University of Witwatersrand*, Lachmann manteve-se ativo e publicou diversos artigos, atuando diversas vezes mais como um historiador das ideias do que como um teórico, ainda que não deixando de dar contribuições para as discussões abordadas.

Podendo-se olhar em retrospectiva e após mais de 30 anos desde sua morte, é possível descrever Lachmann como um consistente subjetivista (“radical”) que subordinou toda a sua produção intelectual ao avanço da ciência econômica a partir dessa perspectiva, ainda que a consciência de tal objetivo pareça ter amadurecido ao longo do tempo, com a mudança do objeto de seus artigos e livros de acordo com o contexto da época em que eles foram publicados.

Fato ilustrador claro da referida subordinação de seus escritos ao avanço do subjetivismo é que Lachmann cita, em diversas ocasiões, a frase de Hayek⁵: “provavelmente não é exagero dizer que todo importante avanço feito na teoria econômica nos últimos cem anos foi um passo adiante na aplicação consistente do subjetivismo”.

Para contextualizar o amadurecimento da perspectiva subjetivista nos escritos de Lachmann, o primeiro ensaio do presente trabalho apresenta e analisa a trajetória intelectual de Lachmann em termos de “passos em direção à aplicação consistente do subjetivismo”, uma referência à já citada frase de Hayek. Para isso, contextualiza-se a já citada dupla influência da tradição interpretativa de Max Weber e do subjetivismo de Carl Menger sobre Lachmann para identificar a fonte da posição peculiar que esse autor assumiria dentro da tradição Austríaca com o passar do tempo.

Em resumo, o primeiro ensaio defende que, ao longo de toda a sua carreira, ainda que o objeto de investigação de seus escritos tenha se deslocado da teoria do capital e dos ciclos econômicos para instituições econômicas e questões metodológicas e epistemológicas da ciência econômica, toda a trajetória de Lachmann pode ser entendida como passos em direção à aplicação cada vez mais consistente do subjetivismo.

No segundo ensaio, a sequência temporal dos escritos de Lachmann também é analisada, mas, desta vez, com foco na maneira como o autor emprega o conceito de

⁴ Ver Vaughn ([1994] 1998).

⁵ Hayek ([1941] 1955, p. 31).

“equilíbrio”. Inicialmente, em sua teoria do capital desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1950, Lachmann já percebia que as constantes mudanças nas relações de complementaridade e substitutibilidade entre os elementos da “estrutura” do capital dificultava a suposição de que o sistema se dirija sistematicamente a um estado de perfeita coerência entre os planos de produção, mas ainda supunha que o sistema de lucros e perdas promovia o ajuste sistemático entre tais planos.

Mais adiante, argumenta-se no mesmo ensaio, a investigação do autor sobre as interações entre diferentes tipos de instituições abriram espaço para a identificação da existência simultânea e não contraditória entre forças de mudança e ajuste no funcionamento do sistema econômico, iniciando sua teoria institucional, posteriormente consolidada no livro *“The Legacy of Max Weber”*, publicado em 1971. A partir disso, o ensaio propõe a identificação de quatro níveis de análise de coerência de planos individuais (equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem) nos escritos do autor.

Já no terceiro ensaio, a crítica de Lachmann à suposição de tendência ao equilíbrio interindividual é analisada a partir de sua longa e não resolvida controvérsia com seu colega de tradição Austríaca Israel Kirzner. Para isso, analisam-se as primeiras descrições que Lachmann faz sobre a atividade empresarial em seus trabalhos mais amplos sobre a teoria do capital, destacando seu caráter criativo na visualização de oportunidades lucrativas que não existem antes que os planos sejam executados, ao passo que Kirzner enfatizava o elemento da “descoberta” de oportunidades de lucro já existentes por parte de empresários mais “alertas”.

Tal diferença na caracterização da atividade empresarial, argumenta-se no ensaio, está diretamente relacionada às posições distintas dos autores em relação à suposição de tendência ao equilíbrio interindividual do sistema, sendo Lachmann contra e Kirzner a favor. No mesmo ensaio, contextualiza-se a polarização entre os economistas identificados com a tradição Austríaca entre Kirzner e Lachmann sobre esse assunto nas décadas de 1970 e 1980 e analisa-se o material disponível em cartas trocadas entre os dois na mesma época para se identificar aspectos da controvérsia não tão nítidos nos trabalhos publicados pelos autores.

Como um todo, o presente trabalho relaciona a evolução da perspectiva subjetivista na trajetória intelectual de Lachmann à mudança no modo como o autor tratava a relação entre forças de mudança e ajuste na economia, questionando a suposição de tendência ao equilíbrio dominante entre os demais economistas identificados com a Escola Austríaca e propondo a realização de estudos econômicos a partir de tipos ideais específicos para a situação de

interesse, o que ia de encontro com o apriorismo típico da tradição Austríaca desde o *Methodenstreit*.

2. A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE LACHMANN: PASSOS EM DIREÇÃO À APLICAÇÃO CONSISTENTE DO SUBJETIVISMO

2.1. Introdução

No presente ensaio, a trajetória intelectual de Ludwig Lachmann é analisada em termos de “passos em direção à aplicação consistente do subjetivismo”, uma paráfrase do que Friedrich Hayek⁶ escreveu em determinada ocasião, na década de 1940, para se referir à ciência econômica como um todo e que Lachmann viria a citar em muitos trabalhos em tom de aprovação.

Já em sua formação acadêmica⁷, na década de 1930, Lachmann teve contato com ambas as tradições Austríaca e Histórica Alemã, consideradas antagônicas em seus pressupostos sobre o que seria a ciência econômica e qual seria o método de investigação a ser empregado pelos economistas. Tal divergência havia, inclusive, gerado um debate aberto entre os membros dessas escolas a partir da década de 1880, o *Methodenstreit*, isto é, a batalha dos métodos⁸.

Ainda que, ao longo de toda a sua carreira, Lachmann nunca tenha deixado de se considerar um “Austríaco”, sua apreciação das ideias de Max Weber, um autor identificado com a Escola Histórica Alemã justamente na época do *Methodenstreit*, teve um impacto especial na formação de suas ideias sobre metodologia das ciências sociais.

Especificamente, o conceito de “tipo ideal” como uma abstração que serve de ferramenta para estudos históricos era uma contribuição de Weber que Lachmann considerava, com as devidas adaptações, fundamental para as ciência econômica, o que, eventualmente, entraria em confronto com o que outros autores identificados com a tradição Austríaca entendiam ser o caráter apriorístico da ciência, destinada a traçar consequências não intencionais de determinados tipos de ações dos agentes em qualquer contexto.

For Weber the ideal type was the chief instrument of causal analysis in society, the fundamental concept of all social sciences. Like the concepts of all generalizing sciences, it is obtained by a process of abstraction and must therefore be relatively empty of content when compared to reality. But in our case abstraction is not completely arbitrary. What we get in exchange for

⁶ And it is probably no exaggeration to say that every important advance in economic theory during the last hundred years was a further step in the consistent application of subjectivism (HAYEK, [1941] 1955, p. 31).

⁷ As informações sobre a formação intelectual de Lachmann na Alemanha podem ser encontradas em Koppl e Mongiovi (1998) e Lewin (2007).

⁸ Em termos bastante resumidos, a Escola Austríaca defendia a teoria econômica universalmente válida, independentemente de contextos históricos, e a Escola Histórica Alemã defendia que apenas a realização de estudos de caso seria possível na ciência econômica, não havendo espaço para uma teoria válida para qualquer contexto. Ver Boettke (2010, introdução).

relative emptiness of content is a 'higher degree of unambiguity' (gesteigerte Eindeutigkeit) of our concepts (LACHMANN, 1971a, p. 26).

Apesar de essa divergência só ter sido explicitada por Lachmann a partir da década de 1960, ele já manifestava, pelo menos, desde a década de 1940, quando esteve engajado nas discussões sobre os ciclos econômicos, a opinião de que não é possível formular uma teoria válida para todos os casos futuros possíveis, de modo que cada situação demandaria uma formulação teórica diferente.

Foi nesse mesmo contexto das discussões sobre ciclos econômicos na década de 1940 que Lachmann começou a abordar o tema das “expectativas”, que viria a ser fundamental em sua posterior adesão ao subjetivismo “das mentes ativas” na década de 1970, entendido como o subjetivismo estendido das preferências para a interpretação dos fatos presentes e para as expectativas formadas em relação a fatos futuros.

Mas, antes dessa explicitação de sua posição distintiva na Escola Austríaca, Lachmann desenvolveria, até a década de 1950, uma extensa teoria do capital, baseada no reconhecimento da heterogeneidade entre os elementos que compõem a estrutura do capital, o que, por sua vez, depende da interpretação e das expectativas dos agentes responsáveis por empregar os bens de capital em esquemas de produção.

Assim, o presente ensaio defende que, ao longo de toda a sua carreira, ainda que o objeto de investigação de seus escritos tenha se deslocado da teoria do capital e dos ciclos econômicos para instituições econômicas e questões metodológicas e epistemológicas da ciência econômica, toda a sua trajetória pode ser entendida como passos em direção à aplicação cada vez mais consistente do subjetivismo.

Para Lachmann, notadamente a partir da década de 1970, a grande referência nesse sentido eram os escritos do “mestre subjetivista” George Shackle, um autor que, apesar de ter trabalhado junto a Lachmann sob a orientação de Hayek, na década de 1930, não é considerado um Austríaco.

Tal influência “externa” explica sua disposição em defender, mais explicitamente na década de 1980, a hermenêutica como a direção que a ciência econômica deveria tomar. No caso, a hermenêutica consistiria na aplicação de um método que considera o contexto de eventos passados para desenvolver esquemas conceituais apropriados para o entendimento dos mesmos, o que geraria reações contundentes de reprovação por parte de outros autores identificados com a Escola Austríaca.

No presente ensaio, toda essa trajetória será apresentada e os principais marcos na evolução da abordagem subjetivista de Lachmann sobre os assuntos destacados serão

discutidos, defendendo-se aqui que, em nenhum momento, o autor manifesta uma mudança abrupta de sua posição.

Na primeira seção após a presente introdução, identificam-se os aspectos subjetivistas nos escritos de Lachmann sobre a teoria do capital e sua discussão inicial sobre o papel das expectativas na teoria econômica. A partir desse cenário, a seção seguinte apresenta e analisa os escritos do autor sobre a metodologia apropriada para uma ciência econômica subjetivista, o que incluiria sua contestação ao apriorismo característico da tradição Austríaca.

Mais adiante, dedica-se uma seção à análise da influência do economista George Shackle na defesa ainda mais enfática por parte de Lachmann do subjetivismo na teoria econômica. Na última seção antes das considerações finais, apresentam-se e analisam-se as reações de economistas de destaque, muitos deles identificados com a tradição Austríaca, a essa evolução da abordagem subjetivista que ficaria conhecida como “radical” no pensamento de Lachmann.

2.2. A Formação Intelectual de Lachmann: Do Subjetivismo na Teoria do Capital aos Escritos Sobre as Implicações das Expectativas

Nascido em Berlim, na Alemanha, em 1906, Lachmann recebeu toda a sua educação de nível superior, incluindo a pós-graduação, na *University of Berlin*, entre 1924 e 1933. Ainda como estudante de graduação, em 1926, conta Lewin (2007), Lachmann passou um verão na *University of Zurich*, na Suíça, e se interessou por economia Austríaca, particularmente pelas ideias de Carl Menger, considerado o pioneiro dessa tradição de pensamento econômico desde que, em 1871, publicou o "*Principles of Economics*".

No livro em questão, entre outros argumentos importantes para a fundamentação do que viria a ser a teoria do capital Austríaca, como um todo, e de Lachmann, em particular, o caráter de bem de capital ou “bem de ordem superior” é explicado como uma relação imposta pela interpretação do agente, em vez de uma característica inerente ao material em questão, de forma que o valor de um bem de capital depende do valor que se espera que tenham os bens de consumo ou “bens de ordem inferior” que ele pode ajudar a produzir.

Se, ao nos defrontarmos com bens de ordem inferior e dotados de característica econômica, indagássemos as causas últimas de sua característica econômica, inverteríamos, com isso, a verdadeira situação supondo que seriam bens econômicos, porque os bens empregados em sua produção, antes de submetidos ao processo, já tivessem característica econômica. (...) O homem sente, antes de tudo, necessidade de bens de primeira ordem, e faz dos bens cuja quantidade disponível é menor que sua demanda objetos de atividade econômica, ou seja, faz deles bens econômicos, não encontrando, com referência aos outros, necessidade de fazer de-objeto de sua

atividade econômica. Posteriormente, a reflexão e a experiência conduzem as pessoas ao conhecimento mais profundo do nexos causal entre as coisas, sobretudo do nexos delas com seu bem-estar, travando, então, conhecimento com os bens de segunda, de terceira e outras ordens superiores. (MENGER, [1871] 1983, pp. 277-278)

Também sobre esse contexto da década de 1920, Lachmann (1978a) identifica como um momento-chave em sua formação acadêmica o momento em que leu pela primeira vez um artigo de Ludwig von Mises em uma revista acadêmica alemã, mas o artigo, a revista e o ano de publicação não foram revelados⁹.

De acordo com Koppl e Mongiovi (1998, p. 1), outra fonte de influência da Escola Austríaca sobre o jovem Lachmann, na década de 1920, foi seu tutor Emil Kauder, com quem avançou a compreensão de que a teoria subjetiva do valor era “essencialmente correta”. Ao mesmo tempo, ainda segundo os autores, Lachmann tinha Werner Sombart, um membro da “mais jovem Escola Histórica” como seu orientador de dissertação, de quem herdou o “respeito pelas ideias de Max Weber”, mas não “o desgosto pela Escola Austríaca” (*ibid.*, p. 1).

No caso, na definição dada por Mises (1928), a teoria subjetiva do valor identifica a origem dos valores presentes em trocas diretas ou indiretas de bens e serviços na magnitude com que os vários indivíduos do mercado avaliam a importância relativa entre esses bens e serviços. Assim, como cada indivíduo, na condição de consumidor, tem preferências diferentes dos demais, as trocas só acontecem quando ambas as partes consideram estar abrindo mão de algo de menos por algo de mais valor. Desse modo, não há condições objetivas determinando o valor dos bens no mercado.

The subjective theory of value traces the exchange ratios of the market back to the consumers' subjective valuations of economic goods. For catallactics the ultimate relevant cause of the exchange ratios of the market is the fact that the individual, in the act of exchange, prefers a definite quantity of good A to a definite quantity of good B. (MISES, 1928, p. 178)

Quanto à Escola Histórica Alemã, esclarece-se aqui que se trata da tradição de pensamento que, em oposição à publicação dos primeiros trabalhos de Carl Menger sobre a formulação da teoria econômica em termos de leis sobre preferências subjetivas e escolhas destinadas ao aumento da satisfação marginal dos agentes, defendeu que, diante da impossibilidade de se formularem leis aplicáveis a todos os contextos de lugar e tempo, a ciência econômica deveria focar em estudos históricos.

⁹ Pondera-se aqui que uma entrevista concedida décadas após os eventos relatados tem uma confiabilidade limitada para o entendimento do contexto real em torno de tais eventos. Sobre a referida limitação, os relatos de Caldwell (2004, pp. 5-6) sobre Hayek exemplificam bem essa questão.

Menger argued that economic analysis is universally applicable and that the appropriate unit of analysis is man and his choices. These choices, he wrote, are determined by individual subjective preferences and the margin on which decisions are made. The logic of choice, he believed, is the essential building block to the development of a universally valid economic theory. The historical school, on the other hand, had argued that economic science is incapable of generating universal principles and that scientific research should instead be focused on detailed historical examination. (BOETTKE, 2010, p. xi)

A partir da influência de figuras identificadas com os dois lados do que ficaria conhecido como “*Methodenstreit*”, isto é, a batalha dos métodos da ciência econômica entre os membros das Escolas Austríaca e Histórica Alemã, explicam Koppl e Mongiovi (1998), Lachmann “concluiu seu estudos como um aderente de ambos os métodos (...) da sociologia interpretativa alemã e da teoria Austríaca da utilidade marginal”, assumindo uma posição intelectual que era “difícilmente natural ou bem-vinda nos círculos acadêmicos alemães” da época (*ibid.*, pp. 1-2).

Em 1933, segundo Lewin (2007, p. 1), Lachmann chegou à *London School of Economics* quando esta estava no “pico” de sua influência, primeiro como assistente de Hayek, entre 1933 e 1935, e depois, entre 1935 e 1938, como pesquisador. Ainda na Inglaterra, Lachmann também atuaria como pesquisador na *University of London*, entre 1938 e 1940, professor assistente na *University College London*, em 1941, e chefe de departamento de economia na *University of Hull*, entre 1943 e 1948¹⁰.

Nesse período na Inglaterra, conta Lachmann (1978a), foi a partir de conversas com Paul Rosenstein-Rodan que ele passou a ter mais interesse na influência das expectativas sobre os ciclos econômicos e avançou nesse sentido sua já então existente teoria do capital, que viria a ser completa no livro “*Capital and its Structure*” (Lachmann, [1956] 1978b), em 1956.. No caso, Rosenstein-Rodan pode ser identificado como mais uma influência indireta de Menger sobre Lachmann, pois, segundo Koppl e Mongiovi (1998), aquele autor havia sido assistente de Hans Mayer, que havia sido influenciado por Menger e depois assumiria o lugar que havia sido deste na *University of Vienna*.

Different people may hold different expectations at the same time; the same person may hold different expectations at different times. (...) In revising our expectations we not only have the knowledge, often dearly bought, of past mistakes (our own and others') to learn from, but also their physical counterpart, malinvested capital. Malinvested capital is still capital that can be adapted to other uses. This is the main problem of the theory of capital in a world of unexpected change. (LACHMANN, [1956] 1978b, pp. 24-25)

¹⁰ Informações disponíveis na abertura de uma palestra realizada por Lachmann na University of Witwatersrand, em 1977 (Lachmann, 1977b).

Ainda em relação a esse período na Inglaterra, destaca-se a lembrança de Lachmann (1978a) sobre a discussão da época em relação aos ciclos econômicos, em que ele, desde o início, se mostrava mais interessado na “depressão secundária”, que não se encaixava na explicação de Hayek sobre a depressão como consistindo em um ajuste aos maus investimentos realizados durante o *boom*.

I actually worked on secondary depressions. That is to say, what Hayek first used to call the process of secondary deflation, a word that had been coined by a German economist to denote that part of the process of depression which goes beyond any kind of primary maladjustment. That is to say, that kind of depression that would not be an adjustment process in the Hayekian sense. It was by then (1933) admitted that a depression of this kind could develop and I think everybody admitted that by 1933 the world was in a process of secondary depression. (LACHMANN, 1978a, p. 1)

Como indicado na citação acima, o próprio Hayek também estava interessado em explicar o motivo de a tendência de reajuste que ele mesmo descrevia como o curso natural durante uma crise não se manifestar na realidade do início da década de 1930. No caso, quatro décadas depois, Hayek (1979, p. 37) admite que, “há 40 anos”, acreditava que a deflação inicial pudesse restaurar os salários relativos determinados pelo mercado, o que, diante da “rigidez para baixo dos salários monetários”, se mostrou inviável, acrescentando que o processo deflacionário provocado pela frustração de expectativas após o fim da fase de alta do ciclo pode ter efeitos adicionais em novas frustrações de expectativas.

De qualquer forma, enquanto Hayek associa esse efeito cumulativo às condições do mercado de trabalho em relação à rigidez de salários, é a posição de Lachmann sobre a autonomia da formação de expectativas por parte dos agentes diante dos sinais de mercado que permite entender como a frustração de expectativas correspondente ao fim da fase de alta do ciclo econômico pode provocar um processo deflacionário que gera novas frustrações de expectativas, que por sua vez, realimentam a deflação.

It is evident that if so often we fail to solve our problems, in a world of imperfect foresight the chief reason has to be sought in our being misguided by wrong expectations. More particularly will this be so in the economic field, in which the theoretical interest in expectations arose, not by accident, from the study of crises and depressions, the classical instances of failure to solve the problem of the optimum allocation of resources. (LACHMANN, 1943, p. 17)

Ainda sobre essa diferenciação entre Hayek e Lachmann, Lewin (2007, p. 1) argumenta que foi no período em questão que Lachmann formou “suas ideias centrais”, principalmente a partir do modo como “brigou” (*wrestled*) com o trabalho de Hayek sobre o capital, desenvolveu sua própria visão sobre o tema e, conseqüentemente, “começou a pensar sobre a metodologia das ciências sociais”. Para Lewin (*ibid.*, p. 4), Hayek “agonizou sobre como lidar com o

conceito de capital, que é um estoque de diversos itens heterogêneos, sem estar apto a combinar esses elementos em um agregado mensurável” e “foi aí que Lachmann se ramificou (*branched out*)” da abordagem de seu colega.

Mais especificamente, tal ramificação se refere à rejeição do conceito de equilíbrio “dinâmico” ou “intertemporal” por parte de Lachmann, embora tal divergência só tenha sido explicitamente manifestada pelo autor três décadas depois, em um artigo voltada à análise do livro “*The Pure Theory of Capital*”, de Hayek, publicado em 1941. De acordo com Lachmann (1975), devido à autonomia das expectativas que sustentam os planos de produção e, conseqüentemente, o emprego dos bens de capital, não há motivo para sequer supor uma tendência para a um equilíbrio a qualquer instante.

The notion of intertemporal equilibrium which, as we just saw, is a long period equilibrium of the economic system as a whole, occupies a central place in Hayekian capital theory. All analysis of the capital structure conducted in the ‘Pure Theory’ is such equilibrium analysis. But Hayek also regards it as a means to an end, viz. causal analysis, and we shall have to raise the question whether it is an adequate means to this end. (LACHMANN, 1975, p. 95)

Como explica Lewin (2014, p. 2), Lachmann “esteve por um tempo perturbado pela influências das expectativas das pessoas em suas ações” e considerava que os trabalhos de Hayek sobre teoria do capital e ciclos econômicos na década de 1930 negligenciaram essa questão. No entanto, Lewin (2014) observa que, principalmente a partir do artigo “*Economics and Knowledge*”, publicado em 1937, o próprio Hayek também passaria a explorar a questão das expectativas e o desequilíbrio no mercado, o que pode ter influenciado o próprio Lachmann.

Nevertheless, it is clear that in his work in the 1930’s (subsequent to *Prices and Production*) Hayek too was much exercised about the question of expectations, and by the time the *General Theory* came out, Hayek had published a number of articles carefully examining their influence. His seminal article ‘*Economics and Knowledge*’ (1937a), which many see as a dividing line, presaging Hayek’s work on the meaning and consequences of disequilibrium, was preceded by much in-depth investigation of similar issues in connection with the ATC and expectations. It is reasonable to assume that Lachmann was strongly influenced by this work. The nature of that influence is, however, somewhat ambiguous. Lachmann sees his view of expectations as being more fundamental than Hayek’s. (LEWIN, 2014, p. 2)

Como indicação dessa interpretação de Lachmann, Lewin (2014) cita uma nota de rodapé do artigo “*From Mises to Shackle: an essay on Austrian economics and the kaleidic society*” (Lachmann, 1976a), em que, no contexto do que considerava como a aparição das expectativas na teoria econômica anglo-saxã a partir dos trabalhos de John Maynard Keynes, na década de 1930, Lachmann argumentou que, em seus escritos na época, Hayek lidou com as expectativas apenas quando elas convergem.

For in the general equilibrium perspective Hayek adopted in the 1930's it is convergence, and the nature of the economic processes promoting or impeding it, that must be of primary interest. The divergence of expectations appears in this perspective mainly as an obstacle to equilibrium, if not as a reflection of a temporary distorted view of the world. (LACHMANN, 1976a, pp. 309-310)

Portanto, observa-se aqui, ainda que os escritos de Hayek na teoria do capital houvessem sido considerados pelo próprio Lachmann ([1956] 1978b, p. xvi), no livro “*Capital and its Structure*”, em 1956, como a maior fonte para moldar seu próprio pensamento sobre o assunto, a referida ramificação no fim da década de 1930 pode ser entendida como a fonte não só da consolidação de sua teoria do capital, mas de toda a sua trajetória de escritos metodológicos em favor do avanço do paradigma subjetivista, particularmente no que diz respeito ao efeito das expectativas.

Com um entendimento nesse mesmo sentido, Lewin (2007, p. 1) afirma que, quando se mudou para a África do Sul, em 1948, para se tornar professor de economia e história econômica na *University of Witwatersrand* até sua aposentadoria em 1972, Lachmann “já havia formado a maioria das opiniões que caracterizariam seu trabalho para o resto de sua vida” e, “ao ler seus artigos de 1943 à década de 1980, fica-se chocado com a obstinada consistência de sua mensagem”.

A interpretação de Lewin (2007) sobre a consistência entre os escritos de Lachmann ao longo de sua carreira também pode ser reforçada pelos relatos do próprio Lachmann (1978a) nas questões da complementaridade e da substitutibilidade entre os bens de capital, nos quais cita o artigo “*Investment that Raise the Demand for Capital*”, de Hayek, publicado em 1937, como a fonte do início de seu interesse sobre o tema¹¹.

The main thesis of this article will be that the effect which the current production of capital goods will have on the future demand for investible funds will depend not so much on the quantity of capital goods produced, as on the kind of capital goods which are produced or on the particular forms which current investment takes, and that an increase in the current output of capital goods will frequently have the effect not of lowering but of raising the future demand for investible funds, and thereby the rate of interest. (HAYEK, 1937, p. 74)

No caso, pode-se dizer que o *insight* Hayekiano de que certos tipos de investimento podem conferir caráter de capital a recursos previamente ociosos por falta de complementos, de modo que tal investimento possa aumentar, em vez de diminuir, a demanda por capital, seria

¹¹ Nessa entrevista, perguntado sobre um artigo publicado em 1938 em que a questão da complementaridade entre bens de capital é abordada para discutir os efeitos das políticas monetárias, Lachmann responde: My attention was drawn to it by Hayek's paper, "Investment that Raise the Demand for Capital" which was published in 1937, in the Review of Economic Statistics. It had impressed me and it intrigued me to hear from Hayek that Keynes had said to him, "You know this is really quite an interesting idea, it had never occurred to me." (LACHMANN, 1978a, p. 2)

responsável não só pela extensa teoria do capital que Lachmann desenvolveria até a década de 1950, mas também por toda a sua oposição ao “formalismo” ao longo dos demais anos de sua carreira, explicado mais adiante no presente ensaio como a busca por relações exatas entre agregados macroeconômicos.

Assim, pode-se entender que, na teoria do capital, a suposição de retornos marginais decrescentes à adição de bens de capital a um “estoque” homogêneo, alvo maior das críticas de Lachmann em seus primeiros trabalhos, segue a mesma lógica das relações estudadas entre agregados macroeconômicos sem considerações sobre as relações concomitantes entre seus elementos.

Ainda segundo Lewin (2007), quando Lachmann se mudou para a África do Sul, no fim da década de 1940, “a atenção da comunidade econômica estava se distanciando da teoria do capital” (*ibid.*, p. 5), o que pode ser entendido como uma motivação para, após a publicação do “*Capital and its Structure*”, em 1956, o fato de o autor ter redirecionado seu interesse para um “reexame radical da maneira como a teoria econômica estava se desenvolvendo” (*ibid.*, p. 5).

Após sua aposentadoria, conta Lewin (2007), Lachmann passou a frequentar, a partir de 1975, como professor visitante, a *University of New York* por um semestre a cada ano, com periódicas visitas também à *George Mason University*, ambas nos Estados Unidos, até “alguns anos antes de sua morte”, período no qual, “ironicamente”, identifica-se o pico de sua influência (pp. 1-2). Mais adiante no presente ensaio, esse “pico” será analisado em termos das controvérsias geradas por sua abordagem entre economistas identificados com a tradição Austríaca.

Destaca-se aqui, então, que, apesar de uma divisão da trajetória intelectual de Lachmann em diferentes períodos de acordo com o foco de sua pesquisa e o nível de amadurecimento de sua visão subjetivista sobre a teoria econômica ser pertinente para fins de exposição, não se verifica uma ruptura nesse percurso. Seu mais antigo interesse na teoria do capital pode ser entendido como a fonte de seus escritos sobre metodologia e estes como o caminho que o levou a adotar o subjetivismo “das mentes ativas” ou “radical”, explicado mais adiante como a extensão do subjetivismo de preferências e fins “dados” para o subjetivismo da interpretação e das expectativas indeterminadas.

De acordo com Lachmann (1976a), o “subjetivismo”, como um todo, é “um programa de pesquisa das ciências sociais que visa elucidar os fenômenos em termos de seus significados inerentes, isto é, de seu significado para os agentes” (p. 237), enquanto o subjetivismo “das mentes ativas”, em particular, o qual ele credita ao economista George Shackle, consiste na

consideração das expectativas formadas de maneira autônoma, isto é, que não são funções de nenhum dado econômico.

In the shorter version the extension of subjectivism in the 1930s, from the old subjectivism of preferences to the new subjectivism of expectations, constituted the first major extension of its domain for sixty years—and Shackle took a most prominent part in it. (...) Austrians, Menger's heirs, almost officially committed to the promotion of subjectivism in the spirit of the Hayek passage quoted above, failed to grasp with both hands the golden opportunity to extend it from preferences to expectations when they encountered it in the 1930s. It was left to Shackle, almost single-handed, to explore the subject of expectations. (LACHMANN 1976a, p. 239)

No caso, a frase de Hayek a que Lachmann (1976a) se refere é que “provavelmente não é exagero dizer que todo avanço importante na teoria econômica nos últimos 100 anos foi um passo adiante na aplicação consistente do subjetivismo” (Hayek, [1941] 1955, p. 31). Na nota de rodapé referente à mencionada frase, Hayek reconhece Mises como o responsável pelo passo até então mais recente¹². Assim, Lachmann passaria a identificar esse “passo adiante” em relação ao próprio Mises nos escritos de George Shackle, conforme explicado mais adiante no presente ensaio.

Na presente seção, identificou-se a formação de Lachmann como adepto tanto da tradição interpretativa de Max Weber nas ciências sociais quanto da tradição subjetivista da Escola Austríaca na ciência econômica como um elemento relacionado à sua posterior “ramificação” em relação a Hayek quanto ao efeito das expectativas sobre a teoria do capital e dos ciclos econômicos.

Como as expectativas são autônomas, isto é, apesar de se basearem na experiência dos agentes em relação a eventos reais, elas não obedecem a nenhuma relação funcional que envolva estes, não é possível formular teorias econômicas universalmente válidas, uma vez que estas necessitariam de uma hipótese específica sobre a formação de expectativas ou mesmo de que estas fossem ignoradas por completo.

A partir da identificação dessa ramificação, analisou-se brevemente a presença desse aspecto subjetivista na teoria do capital de Lachmann, no que diz respeito às consequências das relações de complementaridade identificadas pelos agentes responsáveis pelas decisões de investimento, como um elemento que motivou Lachmann a iniciar o questionamento do paradigma de equilíbrio nos trabalhos do próprio Hayek.

Desse modo, os trabalhos de Lachmann na teoria do capital, entre as décadas de 1930 e 1950, já sinalizam sua busca por um subjetivismo mais consistente do que ele identificava na

¹² A frase de Hayek foi publicada originalmente em 1941, no artigo “*The Counter-Revolution of Science*”. O mencionado rodapé que credita o avanço então mais recente aparece em uma republicação daquele artigo em um livro com o mesmo nome, de 1955.

tradição Austríaca até então, mas isso só ficaria progressivamente mais explícito em seus escritos sobre metodologia da economia, a partir da década de 1950.

Nas próximas seções, tais escritos de Lachmann sobre metodologia da economia serão explorados para entender, por um lado, as críticas que outros nomes de destaque identificados com a tradição Austríaca ao aspecto “niilista” que entendiam estar presente nessa busca de Lachmann por uma abordagem mais subjetivista e, por outro, o argumento de que tal busca redirecionou o caminho para trabalhos mais recentes nessa escola de pensamento.

Lachmann's first essays in the 1930s and 1940s were directly aimed at improving the Austrian school's theory of business cycles. His distinctive contributions were to bring more focus on expectations into the Austrians' theory of the initial causes of the downturn, and to elaborate on the idea of a 'secondary depression' (...). His middle period from 1950 to the mid-1970s was spent at the University of the Witwatersrand in Johannesburg in intellectual isolation, but those years were certainly not unproductive. In this period he produced three of his best works, the books *Capital and Its Structure* (1956), *The Legacy of Max Weber* (1971) and the monograph, *Macroeconomic Thinking and the Market Economy* (1973). (...) Lachmann's presence at NYU in the 1970s and 1980s, and his several visits to the Austrian programme at George Mason University in the 1980s, gave the neo-Austrian movement the benefit of his decades of reflection about what had gone wrong, the opportunities the older Austrian movement had missed, the mistakes it had made. (LAVOIE, 1994, pp. 10-11)

2.3. Os Primeiros Escritos Metodológicos de Lachmann: o Início do Questionamento ao Apriorismo Misesiano

Como marco da sutil passagem da teoria do capital para a metodologia da economia, destaca-se aqui como, em uma transcrição de uma palestra dada pelo autor, em 1950, na *University of Witwatersrand*, Lachmann basicamente apresenta o conceito Austríaco de “ação humana”, conforme definido um ano antes por Mises ([1949] 1998, p. 13), no livro “*Human Action*”, como “o emprego de meios para a realização de fins”.

Baseando-se nesse conceito, Lachmann (1950, p. 169) defende que a economia investiga meios e fins, que, como “categorias da mente logicamente anteriores a qualquer observação”, “não têm existência material mensurável”. Apesar de ser um artigo curto e com caráter de introdução, é possível observar, nesses argumentos, uma coerência muito clara entre o que Lachmann diz e o que se entendia como a base do pensamento Austríaco.

De acordo com Lachmann, a economia é uma “ciência social analítica”, “distinta das ciências descritivas”, como a história, cujas explicações “não fazem sentido sem uma teoria” (*ibid.*, p. 172), uma afirmação bastante consistente com a de Mises ([1949] 1998, p.32), segundo a qual o escopo da praxiologia é “a ação humana em si, independentemente das circunstâncias ambientais, acidentais e individuais dos atos concretos”.

Its cognition is purely formal and general without reference to the material content and the particular features of the actual case. It aims at knowledge valid for all instances in which the conditions exactly correspond to those implied in its assumptions and inferences. Its statements and propositions are not derived from experience. They are, like those of logic and mathematics, *a priori*. They are not subject to verification or falsification on the ground of experience and facts. They are both logically and temporally antecedent to any comprehension of historical facts. They are a necessary requirement of any intellectual grasp of historical events. (MISES, [1949] 1998, p. 32)

No entanto, apesar de defender, em linha com Mises ([1949] 1998), uma espécie de “apriorismo” teórico, Lachmann (1950, p. 176), usando os exemplos dos ciclos econômicos, argumenta que o método histórico é necessário para “compreender fenômenos sociais complexos”, pois, acrescenta, nenhuma teoria seria capaz de explicar todas as circunstâncias possíveis, de modo que “encontrar o modelo adequado de explicação para cada crise é tarefa do historiador”.

Nesse trecho, fica claro que o autor, já neste ponto de sua carreira, não aceitava que a ciência da ação humana, chamada por Mises de “praxiologia”, se limitasse a derivar teorias válidas *a priori*. De fato, apesar da mencionada distinção entre “ciência analítica” e “ciência descritiva”, Lachmann (1950), quando dá o exemplo dos ciclos econômicos, não faz uma separação tão nítida entre os domínios da teoria e da história, característica da tradição Austríaca desde o *Methodenstreit*, pois defende que a teoria mais adequada só poderá ser formulada a partir da análise do caso concreto.

The so-called "Trade Cycle" offers another instance in which the historical method might be more widely employed. Almost from the time the ups and downs of modern economic life began to attract attention, economists have shown themselves eager "to explain it all," to grasp the essence of the phenomenon by various devices. Theorists tried to catch the elusive ghost by tying him up with long deductive chains derived from a few general assumptions. But as they could hardly ever agree on which assumptions to start from, their quest failed to succeed. (...) Today it is becoming more and more clear that these ups and downs do not conform to a single invariant pattern. There is no such thing as a Trade Cycle in the sense of a periodically recurrent movement of a given number of variables. (...) Each economic crisis has to be studied as an historical event. (...) The inconsistency of the various models disappears once we realize that each historical crisis was due to a different configuration of circumstances. (LACHMANN, 1950, p. 177)

No entanto, no ano seguinte, em sua revisão ao “*Human Action*”, Lachmann (1951, p. 95) é bastante elogioso ao “centro de gravidade” do livro em questão, isto é, aos sete primeiros capítulos, fundamentalmente dedicados à discussão do método, reforçando que “qualquer ‘explicação’ histórica pressupõe logicamente um esquema generalizado de causa e efeito”. Assim, no início da década de 1950, com exceção de suas observações sobre os ciclos econômicos, Lachmann ainda não questionava, de maneira tão clara, como, a partir da consideração da autonomia das expectativas, a formulação de teorias econômicas universalmente válidas *a priori* seria efetiva.

Em contraste, já em 1959, pode ser identificado o primeiro trabalho de Lachmann dedicado especificamente à apreciação dos *insights* de George L. S. Shackle, que o direcionariam, anos mais tarde, a ser mais enfático na rejeição da separação completa entre os domínios da economia e da história. No caso, ainda que ambos já se conhecessem desde quando trabalhavam com Hayek na *London School of Economics*, no início da década de 1930, a influência de Shackle sobre Lachmann só passaria a ser inequívoca na década de 1970, principalmente a partir da publicação do “*Epistemics and Economics*”, de 1972, recorrentemente citado por Lachmann¹³.

Ao observar que Shackle “nega a possibilidade, em um contexto dinâmico, de qualquer coisa além de teoria de equilíbrio do indivíduo que toma decisões isoladas”, Lachmann (1959, p. 81) demonstra interesse particular pelos argumentos daquele autor sobre as expectativas na teoria econômica, bem como em sua oposição ao determinismo na ação humana. No entanto, ao entender que a proposta de Shackle de tratar a passagem do tempo como uma sequência de momentos “solitários” torna impossível o estabelecimento de testes de sucesso para planos, Lachmann critica aquele autor por “chegar perigosamente perto” da negação da “continuidade da mente humana” (*ibid.*, pp. 83-85).

Divergências iniciais à parte, essa influência de Shackle pode ser identificada nos trabalhos seguintes de Lachmann sobre metodologia das ciências sociais. Ainda no mesmo artigo, em tom claramente de aprovação, Lachmann defende, como síntese das “implicações mais amplas” das ideias de Shackle, que a economia deve, de acordo com um método “genético-causal”, “fornecer esquemas de interpretação” para a realização de “previsões negativas” sobre ações alternativas cujo exame lógico detecte “contradições inerentes” (*ibid.*, pp. 87-88).

Social causes have to be found in the creative acts of human minds. Economics explains that the reasons why certain prices are paid and quantities of goods produced, have to be sought in the choices made by consumers and decisions made by producers. Such causal genesis is a legitimate concern of the social sciences which has no counterpart in nature. It warrants the employment of genetic-causal schemes of interpretation which give rise to methodological problems sui generis. (LACHMANN, 1959, p. 90)

¹³ Mittermaier (1992) conta que, apesar de Lachmann e Shackle terem se conhecido em 1935, quando este chegou na L.S.E. para fazer seu trabalho de pós-graduação sob a orientação de Hayek, a influência de Shackle sobre Lachmann só ficaria clara a partir de 1957. “The affinity of thought between Shackle and Lachmann must have been obvious from the start and they struck up a friendship that was to last till the end. But Shackle had not read von Mises and Hans Mayer, he was not an 'Austrian', and so, when the impact of the Keynesian revolution began to be felt, 'he had less to lose' (Lachmann's words) and went whole-heartedly in that direction. Lachmann was to say later that he did not become a Shackleian until after Shackle's De Vries lectures in 1957 entitled *Time in Economics*. Strangely, since his review in *Metroeconomica* (vol 11, Sept. 1959) of the published version of the lectures was somewhat critical. But once he had embraced Shackle's brave critical enterprise against neoclassical orthodoxy, he backed him without reserve and saw in him an ally in the struggle to revive the Austrian School”. (MITTERMAIER, 1992, p. 5)

De fato, sete anos depois, no artigo “*Model Constructions and the Market Economy*”, o autor identifica, em nota de rodapé referente ao trecho reproduzido a seguir, os primeiros usos do termo “genético-causal” em trabalhos de Werner Sombart, seu orientador de dissertação, e Hans Mayer, referência no início da tradição Austríaca e que ocuparia a posição que havia sido de Carl Menger na *University of Vienna*.

The market economy is thus an "open" system, to which justice can hardly be done by the functionalist mode of thought. It requires, to the contrary, an "open" mode of thought that leaves room for the, at least temporarily, uncoordinated action of economic agents. Such a mode of thought of course does not permit "precisely" determined relations between quantities. It should help us to clarify, however, the manner in which human action is constantly oriented toward events; the interpretations of those events, which themselves change over time; the manner in which ideas are integrated and transformed over time into plans; and the manner in which all action flows from mental acts. In this sense, we may contrast the "genetic-causal" method with the functionalist one. (LACHMANN, 1966b, p. 123).

Como exemplo da mencionada diferença entre métodos, Lachmann (1966b) descreve, a partir da abordagem genético-causal, o processo de mercado como uma interação entre diferentes agentes que usam as ações uns dos outros para orientar os planos de suas próprias ações e, como expectativas divergentes entre si não podem se revelar todas corretas, alguns planos irão falhar e deverão ser revisados.

Lachmann (1966b) conclui, então, que, como resultado necessário da inconsistência inicial dos planos, o mercado é um processo de seleção que gera repercussões no valor das combinações de capital feitas por cada agente, o que, por sua vez, tem efeitos nos planos subsequentes, principalmente por meio do mercado de ações, em que expectativas sobre produtividade futura de investimentos interagem entre si.

Nesse contexto do capital, o formalismo, em contraste, consistiria na suposição de conhecimento perfeito por parte dos agentes em relação aos planos de todos os outros e no tratamento de todos os bens de capital como unidades homogêneas em um estoque, em que todos os itens desempenham a mesma função, isto é, são substituíveis entre si. Dessa forma, a teoria econômica poderia identificar relações quantitativas e universalmente válidas de causa e efeito entre determinadas variações em agregados macroeconômicos, como o valor do estoque de capital, do investimento e da taxa de juros, sem referência às consequências da interação entre expectativas no mercado.

No mesmo ano, em uma análise que resgata o contexto do surgimento da Escola Austríaca para levantar perspectivas sobre o seu futuro, Lachmann (1966a, p. 47) é bem claro ao propor a “oposição ao monismo metodológico” e ao defender o “entendimento” (*Verstehen*), isto é, a compreensão dos “cursos típicos de ação” a partir de “projetos de pensamento”.

No caso, o “monismo metodológico” se refere à proposta de se usar o método das ciências naturais nas ciências sociais, o que já havia sido rejeitado por Mises (1930), ao passo que a defesa do “entendimento” representava uma posição mais distintiva de Lachmann em relação a este e a outros nomes de referência da Escola Austríaca. Assim, já ciente do desafio que começava a impor de maneira mais clara a tal tradição, Lachmann (1966a, p. 47) busca se antecipar a duas “objeções óbvias”, sendo elas a defesa da existência de “leis exatas”, feita por Menger, e a associação entre “entendimento” e “ciências históricas”, feita por Mises.

Quanto à primeira objeção, Lachmann (1966a) observa que quando, no final do século XIX, Menger defendeu que a tarefa da economia é encontrar “leis exatas”, o “entendimento”, conforme caracterizado por Max Weber, ainda era pouco conhecido e, na verdade, o método defendido pelo pioneiro da abordagem Austríaca “não era nem o seu nem o seguido por seus discípulos, mas, na verdade, o da escola clássica”, de modo que a transição para o sistema moderno seria “concluída gradualmente” até os trabalhos metodológicos de Mises (*ibid.*, p. 48).

No entanto, a outra “objeção óbvia” pode ser entendida como mais pertinente. Para Lachmann (1966a, p. 49), a “aparente contradição” entre o fato de Mises ter atribuído o “entendimento” (*Verstehen*) às ciências históricas e a sugestão da adoção desse método à teoria econômica é “puramente verbal”.

De acordo com Lachmann, ao mesmo tempo em que rejeitava o “*Verstehen*”, Mises defendia o “*Begreifen*”, termos que, na língua alemã, em linguagem comum, têm o mesmo significado de “entendimento” ou “concepção”, mas que Mises fazia questão de diferenciar para atribuir ao primeiro a busca por significado “por meio de empatia com a situação em consideração” e ao segundo a busca por significado “por meio do pensamento discursivo” (*ibid.*, p. 49).

No caso, o objetivo de Mises era esclarecer o curso da ciência econômica após o *Methodenstreit* e, evocando para si a herança do argumento de Menger, usa o termo “*conception*”, que é o “*Begreifen*” na publicação original em alemão, para argumentar que, necessariamente, tal investigação lógica precede a observação factual, que é o “*understanding*”, isto é, o “*Verstehen*”.

Where conception is at all applicable, it takes precedence over understanding in every respect. That which results from discursive reasoning can never be refuted or even affected by intuitive comprehension of a context of meaning. The province of understanding lies only where conception and the concept are unable to penetrate: in the apprehension of the quality of values. In the domain open to conception, strict logic rules: one is able to prove and disprove; there is a point to conversing with others about what is “true” and what is “false” and to posing problems and discussing their solution. What has been arrived at by means of conception must be

acknowledged as established, or else must be shown to be either unproved or confuted. It cannot be avoided and it cannot be circumvented. On the other hand, where understanding enters, the realm of subjectivity begins. We are unable to impart to others any certain knowledge of what is intuitively foreknown and apprehended, of what has not been hardened in the forge of conceptual thought. (MISES, 1930, p. 142)

Lachmann (1966a, p. 49) defende, no entanto, que o método “*Verstehen*” que ele atribui à Escola Austríaca é o mesmo que Mises rotulou de “*Begreifen*”, pois ambos têm o objetivo de “descobrir o significado das coisas” e rejeitam o método das ciências naturais. Observa-se, assim, que, ao mesmo tempo em que reivindica para Mises a perspectiva subjetivista que considera apropriada para as ciências sociais, Lachmann reconhece que a praxiologia Misesiana “compreensivamente” se dedicou “até agora” ao estudo dos planos individuais (“esquemas de pensamento de primeira ordem”), devendo avançar em direção à consideração das instituições (“esquemas de pensamento de segunda ordem”) (*ibid.*, p. 62)

In these reflections I have taken the economic plan of an individual as the prototype of the scheme of thought lying at the base of action, mainly on account of its central significance for economic theory of Austrian character. Economic agents orient themselves to plans. There is no parallel for this in the study of the physical world. But to what facts do the planners orient themselves when making their plans? Partly to natural data, and partly to the actual or expected actions of other people. But there also are certain superindividual schemes of thought, namely, institutions, to which the schemes of thought of the first order, the plans, must be oriented, and which serve therefore, to some extent, the coordination of individual plans. They constitute, we may say, "interpersonal orientation tables," schemes of thought of the second order. (LACHMANN, 1966a, p. 62)

Assim, pode-se dizer que, em 1966, Lachmann estava ciente de que propunha uma mudança, ainda que coerente, no paradigma Austríaco, o que, poucos anos mais tarde, combinado com sua apreciação das discussões de Shackle sobre o mundo “caleídico”, em que mudanças inesperadas ocorrem constantemente, consolidaria o aspecto distintivo da maneira como entendia ser o paradigma subjetivista em relação ao que se verificava entre seus colegas de Escola Austríaca.

Não à toa, três anos depois, Lachmann (1969, p. 152) passa a reconhecer que sua defesa do método do “entendimento” difere do método “compositivo” empregado por Mises, uma vez que este é “voltado para frente”, analisando se planos “dados” são compatíveis entre si no presente, enquanto aquele é “voltado para trás”, partindo-se de situações existentes para identificar os planos que tipicamente dão origem a elas¹⁴.

¹⁴ Nesse ponto, Anjos (2015) destaca como Lachmann efetivamente sugere que seu método retrospectivo é mais amplamente aplicável que o prospectivo, de Mises, capaz de gerar apenas previsões negativas: O aspecto retrospectivo é mais importante, de acordo com Lachmann, pois os economistas ao se perguntarem e tentarem responder a questões (...) devem apresentar interpretações que traduzam esses fenômenos em termos inteligíveis. O segundo aspecto é a elucidação de ação futura. (...) Para que a economia possa cumprir esse papel prospectivo, Lachmann sustenta que ela deve desenvolver maneiras de descrever e comparar um grande número de possibilidades futuras, o que permitiria à teoria econômica descrever o que possivelmente pode acontecer, e não

Dois anos depois, observa-se um novo questionamento de Lachmann ao que era a consideração padrão na tradição Austríaca. Dessa vez, em uma reconsideração sobre o *Methodenstreit* do final do século XIX, Lachmann (1971a, pp. 24-25) defende que Max Weber, identificado com a Escola Histórica Alemã, estava “disposto a concordar com os Austríacos” no argumento de que “a explicação histórica requer esquemas causais de natureza generalista”, ainda que não estivesse disposto a aceitar as “leis exatas” nas ciências sociais no mesmo sentido das que existem na natureza.

Nesse caso, Lachmann (1971a) busca aproximar os dois lados do debate contra o “inimigo comum”, por assim dizer, presente nas abordagens de ciências sociais que buscam replicar o método das ciências naturais. Para Koppl (1991), aquele livro pode ser considerado como a fonte da adoção mais explícita do subjetivismo das mentes ativas por parte de Lachmann, pois a proposição do conceito de “plano”, retrospectivamente identificado, como o fundamento teórico das ciências sociais, o distinguiria de autores como Kirzner e Rothbard, nomes de destaque da Escola Austríaca na década de 1970.

It is widely recognized that Lachmann was a radical subjectivist who believed that "expectations are as subjective as preferences." It is less widely recognized, I believe, how he was led to this conviction. In *The Legacy of Max Weber*, Lachmann proposed to replace Max Weber's "ideal type" with the concept of "the plan" as the foundation for social science theorizing. Citing Alfred Schutz, Lachmann argued that the possibility of interpreting human action by "revealing the plans which guide it" constituted both "the foundation of the method of interpretation" and "a vindication of the plea for the methodological autonomy of the social sciences." (...) Lachmann shifted the focus from action to plan. This shift draws one's attention to the fact that the plan is an emanation of the spontaneous activity of the mind and cannot, therefore, be predicted. It is, I believe, this shift from action to plan that led Lachmann from the subjectivism of ends to the subjectivism of expectations. (KOPPL, 1991, p. 9)

Por outro lado, é possível argumentar que tal posicionamento de Lachmann não representava um questionamento tão enfático à metodologia defendida por Mises. De acordo com Leeson e Boettke (2006, p. 260), o apriorismo Misesiano é “radicalmente empírico”, no sentido de que a teoria econômica deve “iluminar o mundo que está do lado de fora da janela”, de modo que “todo argumento em Mises, desde a impossibilidade de cálculo econômico racional no socialismo até os movimentos do ciclo de negócios, é institucionalmente embebido e contingente”.

Nessa interpretação, a diferença metodológica explicitada por Lachmann em relação a Mises pode ser vista como, pelo menos, não tão relevante porque a referida contingência está bem alinhada com o que Lachmann defende para as ciências sociais analíticas. Assim, a divisão

o que especificamente vai acontecer. Lachmann sustenta que a falta de conhecimento sobre o futuro só permite aos economistas fazer previsões negativas. (ANJOS, 2015, p. 46)

“tripartite” (p. 249) proposta pelos autores sugere um esquema semelhante ao que Lachmann (1959, pp. 87-88) chama de “esquemas de interpretação” para a realização de “previsões negativas” sobre ações alternativas cujo exame lógico detecte “contradições inerentes”.

On this basis we propose a tripartite division of economic inquiry: pure theory, institutionally contingent theory, and economic history and statistical analysis. Each realm of economic inquiry serves different purposes and the knowledge claims being made in each constitute different epistemological moments. Just as we must recognize the empirical component of economic inquiry, we must also recognize the importance of pure theory, which is constructed through logical deduction. (LEESON e BOETTKE, 2006, p. 249)

Em contraste, Witt (1992) interpreta a distinção entre as metodologias defendidas por Mises e Lachmann em termos da maneira como cada um permitia o surgimento e a disseminação de novidades na economia. Para Witt (1992), apenas a abordagem de Lachmann permite à praxiologia escapar da limitação que as relações derivadas *a priori* entre meios e fins impõem à incorporação das constantes mudanças à teoria econômica.

"Praxeology" is a label for the logic of hypothetical associations of ends and means by which, according to the maxim of "rationality," the most appropriate means is to be derived for the chosen ends. (...) Mises wants to achieve this knowledge not by adding empirical hypotheses, but by deriving from pure ratiocination what he calls the "essence" of an action. (...) With this definition of economics as a prerequisite, Mises' solution to the subjectivism problem is almost self-defeating. (...) the dynamics of purposive behavior, learning, and creativity can hardly be put in terms of a logic of hypothetical ends-means relationships, a point already made by Lachmann (1951). (...) Methodological apriorism cannot be expected to provide insights as to how novelty emerges and disseminates in the economy. (WITT, 1992, p.221)

Nas próximas seções, a crescente influência de Shackle sobre Lachmann será investigada para identificar como, nos escritos deste, as implicações do subjetivismo “das mentes ativas” ou “radical” podem ser entendidas como um aprofundamento da distinção, inicialmente mais sutil, que o próprio autor colocava entre si e o apriorismo Misesiano.

2.4. A Influência de Shackle e o Subjetivismo “Radical”

Se, como descrito na seção anterior, os escritos de Lachmann sobre metodologia da economia a partir da década de 1950 já demonstravam uma divergência em relação ao apriorismo Misesiano, verifica-se, a partir da década de 1970, uma maior explicitação dessa divergência a partir da influência de George Shackle sobre o autor. Como observa Barbieri (2021a, p. 13), para enfatizar a importância da incerteza em relação ao futuro, Lachmann passou a usar a metáfora Shakleniana do “caleidoscópio”, “em que o mercado se move abruptamente de uma configuração complexa para outra”, no lugar de expressões como “mundo de constantes mudanças”.

Assim, o conceito de “mundo caleídico” pode ser entendido como o passo adiante no paradigma subjetivista defendido por Lachmann, quando comparado, por exemplo, à maneira como ele considera, em um artigo de 1947, que mudanças imprevistas funcionam como constantes fatores de desequilíbrio no sistema como um todo e como a consequente substituição de alguns bens de capital implica a necessidade de sucessivos ajustes nas combinações entre os demais, de modo que a substituição de fatores “destrói um conjunto de relações de complementaridade” e cria outro (Lachmann, 1947, p. 112).

Embora a essência do argumento seja semelhante, observa-se que, no artigo com o sugestivo título “*From Mises to Shackle: an essay on Austrian economics and the kaleidic society*”, Lachmann (1976a, p. 224), ao definir o “mundo caleídico” como um em que, “mais cedo ou mais tarde, a mudança inesperada perturba os padrões existentes”, conforme caracterizado por Shackle, passa a argumentar que as críticas do “*Epistemics and Economics*”, de 1972, escrito como um desafio intencional à ortodoxia Neoclássica, também se aplicam, ainda que em menor medida, à tradição Austríaca, na qual sua própria teoria do capital esboçada no artigo de 1947 se baseou.

Observa-se, então, que, de 1959 (Lachmann, 1959) até 1976 (Lachmann, 1976a), Lachmann amadureceu sua visão sobre as implicações metodológicas do subjetivismo de Shackle e se tornou mais crítico ao “*Human Action*”, de Mises, do que sua revisão anterior sugeria (Lachmann, 1951).

Enquanto, naquele livro, observa Lachmann (1976a, p. 225), a origem de novo conhecimento no mercado é sempre tratada como “exógena”, na forma de “progresso técnico” ou “descoberta de novos recursos por mentes alertas”, no mundo real, argumenta, parte do novo conhecimento é gerado de maneira endógena pela observação e exploração de “mudanças lucrativas no padrão de preços relativos”. Nesse sentido, o autor considera que os argumentos de Shackle representam um “progresso além do terreno comum com Mises” (*ibid.*, p. 226).

Ainda nesse contexto da década de 1970, destaca-se novamente a entrevista concedida por Lachmann à “*Austrian Economics Newsletter*”, em 1978, em que, sem entrar em detalhes sobre o conteúdo dos diálogos, Lachmann (1978a) conta que conversava com Shackle com bastante frequência entre 1935 e 1937, quando ambos trabalhavam com Hayek. No entanto, a partir das análises dos artigos e livros de Lachmann desde a época em que conheceu Shackle (década de 1930) até a publicação de seu “*From Mises to Shackle: An Essay on Austrian Economics and The Kaleidic Society*”, em 1976, é possível entender que, se existiu, a influência de Shackle não era tão determinante sobre a pesquisa de Lachmann.

Assim, é notável como, naquela entrevista, apenas dois anos após a publicação do mencionado artigo, Lachmann (1978a, p. 4) afirmar que não consegue pensar “em um autor mais importante para as ideias Austríacas do que Shackle” e que, independentemente de este aceitar ou não o rótulo, o considera um “Austríaco”.

Nesse particular, o entendimento do presente trabalho é que a influência de Shackle sobre Lachmann pode ser identificada com a divisão dos trabalhos deste em três períodos: 1935 a 1958; 1959 a 1976; 1977 a 1991. Entre 1935 e 1958, período entre o ano em que Lachmann conheceu Shackle pessoalmente e antes de seu primeiro artigo dedicado especificamente a discutir a teoria deste autor, os trabalhos de Lachmann citam Shackle em poucas oportunidades, quase todas relacionadas a discussões sobre expectativas.

No período em questão, nos cinco trabalhos em que faz qualquer menção a Shackle (Lachmann, 1945; 1947; 1954; [1956] 1978b; 1956), o nome de seu ex-colega de *London School of Economics* é citado principalmente em tom de aprovação quando contrastado com o tratamento Neoclássico sobre as expectativas. Mas, no livro “*Capital and Its Structure*”, de 1956, Shackle é citado no contexto de suas falhas em entender o mercado como um processo e em identificar como as decisões de negócio possuem características comuns, o que seria incompatível com a suposição de “singularidade” em cada uma delas.

Ainda nesse primeiro período, destaca-se a maneira como Lachmann (1978a, p. 5) se recorda do artigo “*The Role of Expectations in Economics as a Social Science*” (Lachmann, 1943) e revela ter “certo orgulho” de tê-lo escrito em uma época em que, admite, ainda não estava clara, para ele, a “revisão radical” que a introdução das expectativas implicava sobre a teoria econômica.

Nesse particular, ao se notar que o referido artigo não contém qualquer menção a Shackle, pode-se considerar que Lachmann havia iniciado sua trajetória de convergência aos temas mais caros àquele autor, como expectativas, subjetivismo e incerteza, antes mesmo de tomar conhecimento dos trabalhos de seu antigo colega ou, pelo menos, atribuir grande relevância a eles.

Adiante, o segundo período é delimitado pelos anos de 1959 e 1976, com as publicações de “*Professor Shackle on the Economic Significance of Time*” (Lachmann, 1959) e “*From Mises to Shackle: An Essay on Austrian Economics and The Kaleidic Society*” (Lachmann, 1976a), respectivamente. No primeiro artigo, Lachmann (1959) elogia a oposição de Shackle ao “determinismo na ação humana”, buscando desenvolver o que, em sua visão, seriam as “implicações mais amplas” (*ibid.*, p. 87) das ideias de seu antigo colega, ainda que pondere que este “chega perigosamente perto” (*ibid.*, p. 85) da negação da continuidade da mente humana.

It seems to us that while his thesis applies to human ends, of which we are unable to postulate any continuous existence in time, it does not apply to our knowledge of the adequacy of means to ends. But economic action is concerned with both, means and ends. The discontinuity of human ends, stressed by Professor Shackle, does not entail that there are no continuities at all in human action. If no intertemporal comparison of the states of a man's knowledge were possible, most examinations would be pointless. (...) We can, and occasionally do, learn from experience. Whatever may be discontinuous in us, the human mind is continuous. The acts of the mind of which our conscious life consists, follow each other ceaselessly. (LACHMANN, 1959, p. 84)

Assim, nesse segundo período, ainda que mais curto que o primeiro, já se verificam sete trabalhos em que Lachmann (1959; 1969; 1973a; 1973b; 1975; 1976a; 1976b) faz menção a Shackle, nos quais, com exceção do já mencionado “*Professor Shackle on the Economic Significance of Time*”, os argumentos deste são invariavelmente elogiados, principalmente no que diz respeito a sua consideração dos efeitos das expectativas sobre a teoria econômica.

Destaca-se, dentre os mencionados trabalhos, a forma como, em “*Macro-economic thinking and the Market Economy*” (Lachmann, 1973a), aparece o termo, devidamente creditado a Shackle, “caleidoestática” (*kaleido-statics*). O termo em questão é defendido como o método mais apropriado que o do “equilíbrio estático” para entender a ocorrência de lucros na economia.

In long-run equilibrium, in which by definition the equilibrating forces have finally prevailed over all the forces of disruption, there are no profits. The persistence of profits in a market economy is due to the persistence of disequilibrium in some sector of the economic system. As in a kaleidoscope, the constellation of forces operating in the system as a whole is ever changing. Like in Professor Shackle's interpretation of Keynes, kaleido-statics rather than static equilibrium is therefore rightly regarded as the method of analysis appropriate to the reality of the market economy. (LACHMANN, 1973a, p. 32)

Adicionalmente, em “*Austrian economics in the age of the neo-ricardian counterrevolution*”¹⁵ (Lachmann, 1976b), destaca-se a sugestão de que os economistas Austríacos “façam o uso completo” (*ibid.*, p. 220) das implicações das ideias de Shackle no que diz respeito à fonte da elucidação dos fenômenos econômicos, particularmente da valoração e do emprego dos bens de capital, nas mentes dos agentes. Tal apelo mostra uma

¹⁵ Nesse artigo, para justificar a importância do subjetivismo de Shackle no momento por que passava a teoria econômica, Lachmann sintetiza suas críticas anteriores ao movimento que ele chamou de “contrarrevolução neoricardiana”, em referência à tradição de Cambridge que tem Joan Robinson e Piero Sraffa como dois de seus nomes de destaque. Para Lachmann, a tentativa de retorno ao estilo clássico de pensamento, vigente antes da revolução subjetivista da década de 1870, consistia, entre outros problemas, em usar a noção vaga de “custos de produção” como um fator determinante da oferta, ignorar o efeito das expectativas no processo de mercado e estabelecer suposições como a homogeneidade entre bens de capital, a fim de derivar leis objetivas a respeito do investimento, da razão capital/produto e do progresso técnico. Sobre isso, ver também Lachmann (1958) e Lachmann (1976d).

mudança de atitude em relação a sua proposta anterior de se limitar às “implicações mais amplas” das ideias de Shackle.

Mas, sem dúvida, como já defendido anteriormente no presente trabalho, é no “*From Mises to Shackle: an essay on Austrian economics and the kaleidic society*”, também publicado em 1976, que Lachmann deixa, de uma vez por todas, mais clara sua aprovação ao conceito de “mundo caleídico”, no qual a mera passagem do tempo possibilita a revisão de expectativas, que, por sua vez, implica a ocorrência de mudanças não determinadas por quaisquer dados do instante anterior.

Moreover, in a kaleidic society in which there is always some hope that better knowledge will be available tomorrow if only we wait, and nobody can tell how soon today's successful knowledge will become obsolete, the diffusion of knowledge may be held up and the market process thus impeded. (...) The future is unknowable, though not unimaginable. Future knowledge cannot be had now, but it can cast its shadow ahead. In each mind, however, the shadow assumes a different shape, hence the divergence of expectations. The formation of expectations is an act of our mind by means of which we try to catch a glimpse of the unknown. Each one of us catches a different glimpse. (LACHMANN, 1976a, p. 230)

Finalmente, no terceiro período, entre 1977 e 1991¹⁶, Lachmann desenvolveu todos os seus escritos a partir de uma aprovação quase completa da abordagem caleídica de Shackle. O termo “quase” é cuidadosamente incluído aqui apenas para considerar uma oportunidade em que Lachmann admitiu, sem se aprofundar sobre as supostas diferenças, não desejar “ir tão longe” quanto Shackle no que diz respeito à consideração de que “o tempo é estranho à razão” (Lachmann, 1982a, p. 12), mas, mesmo assim, afirmou que as expectativas estão, por definição, sempre voltadas para o futuro, enquanto a razão, ao “se apoiar” no conhecimento, tem base no passado (*ibid.*, p. 12).

We can bring our reason to bear upon that which we know, not upon that which we don't know. Whatever we know derives from the past. From the very fact that we cannot know the future, it follows that it is impossible to say, now, what is a rational expectation and what isn't. Shackle would go even further, has gone even further, to say that "time is alien to reason". For a number of reasons, which happily I do not have to explain this afternoon, I wouldn't want to go as far as that. I can't see why time and reason are necessarily elements alien to each other. (LACHMANN, 1982a, p. 12)

No caso, Lachmann preferiu não dar detalhes de tal divergência, mas ela é facilmente associável à sua ponderação do artigo de 1959, em que critica Shackle por caracterizar a passagem do tempo como uma sequência de instantes solitários, e de sua crítica, no livro de 1956, à proposição de que todas as decisões de negócios são singulares. A razão seria

¹⁶ Em 1991, houve a publicação póstuma do artigo “*Austrian Economics: A Hermeneutic Approach*” correspondente a uma palestra realizada por Lachmann, em 1986, na *George Mason University*. Sobre isso, ver Lavoie (1994, introdução).

compatível com a passagem do tempo justamente porque certas características de determinadas entidades se mantêm, de modo que um instante sempre depende dos anteriores.

De qualquer modo, o cuidado em dizer que não deseja “ir tão longe” quanto Shackle ilustra a mudança de atitude, mais até do que de opinião, de Lachmann em relação aos escritos daquele autor sobre epistemologia e metodologia da ciência econômica, que passaram a ser vistos como fundamentais para a defesa do subjetivismo Austríaco frente à tendência de retorno ao modelo de pensamento clássico na economia.

Nesse período, identifica-se, inclusive, uma relação pessoal mais próxima entre Lachmann e Shackle, como atestam as cartas trocadas entre eles em discussões sobre a importância das instituições no processo de mercado entre 1985 e 1987, conforme explorado mais adiante ainda na presente seção.

Nos trabalhos publicados de Lachmann nesse terceiro período, observam-se citações relevantes a Shackle em outros seis trabalhos (Lachmann, 1978c; 1982a; 1982b; 1986; 1990; 1991), com destaque para o “*G.L.S. Shackle’s place in the history of subjectivist thought*” (Lachmann, 1990), mais um artigo dedicado especificamente à apreciação dos argumentos daquele autor.

Em particular, em um artigo publicado justamente para uma *Festschrift* destinada a celebrar os 100 anos do nascimento de Mises, observa-se o reconhecimento por parte de Lachmann (1982b, p. 39) de Shackle como o maior expoente do “terceiro estágio” do avanço da teoria econômica de acordo com a perspectiva subjetivista, isto é, a consideração de “mentes ativas”, sendo Menger o representante do primeiro e Mises o do segundo estágio, referentes, respectivamente, às considerações de “desejos dados” e de “fins dados”.

Lachmann (1982b, p. 38) entende que o subjetivismo “radical”¹⁷ de Shackle considera as “atividades mentais de ordenar e formular fins, alocar meios para eles, fazer e revisar planos e determinar quando a ação foi bem-sucedida”, ao passo que o subjetivismo de Mises significava apenas que “diferentes indivíduos buscam fins diferentes” e que estes devem ser considerados “dados” pela análise econômica. Em outras palavras, a identificação retrospectiva dos planos dos agentes que deram origem à situação de interesse para a análise econômica é a extensão do subjetivismo que Lachmann identifica como necessário em relação ao que Mises havia feito.

¹⁷ Nos outros trabalhos até então analisados, Lachmann usava apenas o qualificador “de mentes ativas” para se referir ao subjetivismo de Shackle. O termo “radical”, usado a partir de 1982, passou a ser, desde então, o mais citado, inclusive por seus críticos.

Nesse mesmo contexto, destaca-se aqui o livro “*The Market as an Economic Process*” (Lachmann, 1986), o último publicado pelo autor e no qual se observa uma tentativa de síntese entre todo o seu trabalho anterior, mas com ênfase mais explícita no “subjetivismo radical”, opondo-se à abordagem teórica formalista, entendendo que esta não deixa espaço para a real escolha por parte dos agentes.

From the methodological point of view we may regard the economic thought of the last hundred years as marked by a long drawn-out struggle between two contending forces, *subjectivism* and *formalism*. While the formalists present models characterized by constant relationships between formal entities (even though these are in general supposed to reflect measurable magnitudes), subjectivists see social phenomena as the outcome of human action guided by plans (even though these often fail) and prompted by mental acts. While subjectivist models also of course depict relationships between formal entities these need not, and in a world of changing knowledge cannot, remain constant¹⁸. (LACHMANN, 1986, pp. 22-23)

Como destaca Barbieri (2021a, p. 18), aquele livro apresenta uma defesa mais clara da impossibilidade de se construir uma teoria universalmente válida para fenômenos econômicos regulares, como o ciclo de negócios, uma vez que “a natureza subjetiva do conhecimento impede generalizações empíricas, o que força o analista a buscar outras maneiras, que podem ser encontradas, pode-se inferir, na história”.

De fato, quando Lachmann (1986, p. 32) defende que “os economistas devem limitar suas generalizações ao passado conhecível” e prevê que tal sugestão será “deplorada por todos aqueles que veem a tarefa principal da economia na formulação e no teste de hipóteses”, seu “passo adiante” na aplicação do subjetivismo nas ciências sociais é fundamentado na aplicação do tipo ideal, em que são feitas generalizações sobre o passado a fim de entender o presente, já que o futuro incognoscível depende do conhecimento presente e este não é função de qualquer outra variável.

As the main obstacle to our generalizing effort lies in the unknowable quality of the future, it stands to reason that as soon as we turn our gaze from the future to the knowable past the most formidable stumbling block in our path will disappear. Empirical generalizations about the past are quite possible as past states of knowledge are not unknowable, and hence destructive of generalizations, but knowable in principle and accessible to our patient efforts. (LACHMANN, 1986, p. 32)

Sobre o tipo ideal, Lachmann (1986, p. 34) argumenta se tratar da maneira apropriada de se teorizar sobre fenômenos econômicos, uma vez que tal construção acentua “certas propriedades encontradas na realidade ou na nossa imaginação, ainda que também tenhamos

¹⁸ Curiosamente, ao, logo na sequência ao trecho dessa citação, voltar a citar a frase de Hayek ([1941] 1955) sobre os passos adiantes na aplicação consistente do subjetivismo nos últimos 100 anos, dessa vez Lachmann (1986), embora não discorde, faz questão de apontar para os percalços nesse avanço, citando, entre outros eventos, a então recente abordagem neorricardiana sobre custos e valor, o que, naturalmente, ao se referir a outros “últimos 100 anos”, Hayek não poderia fazer.

de abstrair de outras”, de modo a funcionar como um parâmetro que permite a identificação de propriedades particulares para a consideração de eventos reais por comparação.

Em contraste, acrescenta o autor, a abstração usada nos modelos formalistas visa apenas à identificação de correlações entre variáveis como uma “segunda realidade” (*ibid.*, p. 35) que se espera que tenha contraparte nos coeficientes de uma regressão de série temporal estatística.

The simplest way to describe the relationship between the analytical social sciences (praxeology) and the various kinds of history is in terms of the respective parts they play with regard to the production and use of ideal-typical conceptual schemes. Briefly, the former produce and the latter use them. (...) When historians engage in comparing events that took place over a long period of time (...) and in thus tracing a ‘recurrent pattern of events’, such conceptual schemes serve as the basis of comparison. (LACHMANN, 1986, p. 34)

Assim, claramente, Lachmann (1986) defende a necessidade de uma formulação teórica para guiar os estudos históricos e, no caso da economia de mercado, argumenta que é necessário desenvolver tipos ideais menos amplos que essa ordem, como, por exemplo, os pares dicotômicos “mercados de ativos” e “mercados de produtos”; e “preços fixos” e “preços flexíveis”.

Portanto, nesse seu último livro, a já mais consolidada influência de Shackle em seu subjetivismo radical não levou Lachmann a negar a teoria econômica em absoluto, mas fez com que ele defendesse mais claramente o uso do “tipo ideal” como a ferramenta teórica adequada para a ciência econômica, o que, de fato, o aproximou ainda mais da tradição interpretativa que moldou sua formação acadêmica desde seus anos na Alemanha.

Nessa linha de argumentação, fica aparente que a aprovação de Lachmann ao uso do tipo ideal é a essência do “passo adiante” na aplicação do subjetivismo nas ciências sociais e fica, ao menos, implícito que a formulação de generalizações sobre o passado com objetivo de entender o presente pressupõe alguma continuidade no tempo, o que iria de encontro às últimas consequências de um mundo “caleídico” em que a passagem do tempo sempre causa mudanças ininteligíveis no conhecimento presente.

Como, nos trechos citados, tal conceito de Shackle não é mencionado, pode-se dizer que, no pensamento consolidado em seu último livro, Lachmann não adere ao conceito de mundo “caleídico” no sentido de que algum aspecto do presente não pode ser entendido a partir de certas circunstâncias do passado, visto que o futuro não concebível só é imaginável porque há relação inteligível entre um instante e outro.

Se, a esta altura, Lachmann considerava que sua defesa da relevância do trabalho teórico analítico como algo necessário para os estudos históricos descritivos era igualmente feita por Shackle não fica claro no livro em questão, em que as menções a este autor são

elogiosas e frequentemente compatibilizadas com a tradição Austríaca de caracterizar o mercado como um processo, em vez de como um estado de equilíbrio.

The Austrian School has always been the school of subjectivism and methodological individualism. Its descent from the subjectivist theory of value has marked its style of thought. Naturally, its rebirth took place in the sign of subjectivism which, in the years of darkness, von Mises had espoused at New York University till very old age. The role of the human actor in the market economy was emphasized. Kirzner stressed the role of the entrepreneur neglected by the late classicism. Shackle's radical subjectivism proved congenial to this style of thought. As regards the interpretation of the market economy, one tended to view the market as a process rather than as a state of equilibrium. (LACHMANN, 1986, p. 14)

No entanto, se no livro de 1986, a persistência de alguma divergência entre os autores não fica clara, o artigo “*G.L.S. Shackle's Place in the History of Subjectivist Thought*”, publicado quatro anos depois, volta a sinalizar a ciência de Lachmann quanto aos diferentes modos com que ambos entendem as consequências do subjetivismo radical para a teoria econômica.

Ao elogiar de maneira mais explícita a “radicalização” do subjetivismo, Lachmann (1990, p. 241), ao mesmo tempo em que diz aprovar a sugestão de Shackle de “fazer dos estudos de casos, em vez de das alegadas teorias ‘gerais’, o veículo de nosso pensamento”, faz questão de “suplementar” com a afirmação de que “a tarefa principal do cientista social analítico é dizer aos historiadores quais fatores não suportarão uma imputação causal”, pois “os esquemas analíticos gerais da teoria provêm o historiador com alternativas de explicação”.

Ressalta-se aqui que, na verdade, o uso do verbo “suplementar” por Lachmann parece minimizar o que pode ser entendido como mais um caso em que este autor não deseja “ir tão longe” quanto entende que seu colega foi. De fato, os “esquemas analíticos gerais” são caracterizados por Lachmann como um passo anterior aos “estudos de casos”, o que não fica claro na frase de Shackle que ele cita.

Portanto, mesmo nessa parte final de sua carreira, Lachmann se mostra ciente de como seu “suplemento”, em certa medida, retoma o já então quase centenário *Methodenstreit*, isto é, a discussão sobre a sequência temporal e lógica envolvendo teoria e história. No caso, Lachmann “suplementa” a sugestão de Shackle de uma maneira que reconhece e, ao mesmo tempo, minimiza o fato de este reproduzir a antiga visão “historicista”, enquanto a sua permanece “apriorista”, caso seja necessário aceitar tais rótulos de posições extremas.

Para Lachmann, então, o desenvolvimento esperado da ciência econômica consistiria na eliminação progressiva dessa dicotomia, o que ajuda a entender a publicação do “*Austrian Economics: A hermeneutic approach*” (Lachmann, 1991). O artigo em questão recupera o antigo conceito de “hermenêutica”, originalmente associado a uma técnica de interpretação das

partes de um texto em termos de sua coerência com o todo, como uma forma de relacionar a explicação dos fenômenos econômicos passados ao contexto em que estavam inseridos os agentes responsáveis pela formulação dos planos que deram origem a tais eventos.

Most economic phenomena are observable, but our observations need an interpretation of their context if they are to make sense and to add to our knowledge. (...) Our empirical knowledge of economic phenomena obtained by observation must in any case be interpreted as embedded within this context. Elucidation of their meaning cannot here mean that the economist as outside observer is entitled to assign to them whatever meaning suits his cognitive purpose. It must mean elucidation of the meaning assigned to them by various actors on the scene of observation within this context of intersubjective meanings. Hermeneutic interpretation of economic phenomena therefore has to take place within a horizon of established meanings, with one such horizon for each society. Our phenomena observed have to be placed within an order constrained by this framework. (LACHMANN, 1991, pp. 274-275)

No trabalho em questão, Lachmann (1991, p. 272) reproduz o argumento de Shackle segundo o qual “a economia está preocupada com pensamentos e, apenas secundariamente, com os objetos desses pensamentos” e, assim, defende que a abordagem hermenêutica deve buscar “esquemas conceituais mais compatíveis com nosso livre arbítrio e com os requerimentos de uma teoria voluntarista da ação”, sendo necessário, para este fim, que os Austríacos “se juntem” aos não Austríacos para “coordenar as partes hermeneuticamente relevantes de suas tradições” (*ibid.*, p. 282).

Assim, é possível entender que, nesse trecho, Lachmann (1991) propõe o encerramento da antiga controvérsia entre “aprioristas” e “historicistas”, já que, em sua visão, ambos os grupos podem ser bem sucedidos em construir tais “esquemas conceituais” e em se opor ao “determinismo” característico das ciências naturais e adotado pelo “formalismo” na economia. Não se entende aqui, portanto, que Lachmann tenha mudado de lado naquela controvérsia, mas sim que ele amadureceu progressivamente seu entendimento de que há mais pontos em comum do que diferenças entre esses dois grupos, principalmente no que diz respeito a uma metodologia própria para as ciências sociais.

Uma interpretação semelhante sobre a não mudança de lado por parte de Lachmann na referida controvérsia pode ser vista em Vaughn (1992), que associa a exploração do papel das instituições nos trabalhos do próprio Lachmann e nos de Hayek como uma maneira de o paradigma Austríaco passar a considerar mais atenção a historicidade e à estrutura institucional da sociedade.

One particular Austrian variant to a study of institutions, moreover, would serve to provide a more suitable framework for a favorite Austrian theme: the study of the nature of 'free' markets. (...) The irony in all this does not escape me. Menger spent most of his productive life arguing the case for pure theory against the historical school. Mises spilled much ink in his similar case against the institutionalists. Yet, the work of both Hayek and Lachmann seems to indicate that the way forward with the recently articulated Austrian research programme requires careful

attention to the historicity and institutional structure of society. Perhaps soon, more than a 100 years later, the Methodenstreit will finally be over. (VAUGHN, 1992, p. 273)

Assim, entende-se aqui que o final da trajetória de Lachmann em busca da aplicação cada vez mais consistente do subjetivismo se encontra na consideração do método hermenêutico como o apropriado para a construção de esquemas conceituais que permitam analisar os planos dos agentes. Tal construção, para o autor, seria tarefa da ciência social analítica (teoria), enquanto seu uso seria tarefa da ciência social descritiva (história), mas a primeira já é feita tendo a situação abordada pela segunda em mente, não havendo uma ordem lógica dizendo que a teoria deve ser válida “*a priori*”, independentemente da situação concreta que ela visa explicar.

Ainda nesse contexto do final da década de 1980, o registro de algumas cartas trocadas entre Lachmann e Shackle, com trechos reproduzidos em Dekker e Kuchar (2019), mostra como o primeiro não só usava os escritos do segundo como inspiração para suas propostas de como a ciência econômica deveria seguir, mas também buscava um acordo sobre as pontuais discordâncias já mencionadas aqui. Como a questão da “continuidade do tempo” e sua relação com a razão dos agentes apareceu tanto em 1959 quanto em 1982, não é surpresa que, entre 1985 e 1987, esta seria a fonte do assunto discutido, que foram as instituições.

De acordo com Dekker e Kuchar (2019), em uma das cartas, Lachmann argumentou, em maio de 1985, que a volatilidade das expectativas não é a única explicação para o funcionamento da Bolsa de Valores e dos mercados cambiais, pois as instituições que sustentam esses e outros mercados restringem seu funcionamento.

No entanto, argumentam Dekker e Kuchar (2019), Shackle não foi inicialmente convencido da importância de se entender o funcionamento das instituições, respondendo, em setembro do mesmo ano, que tal assunto parecia ser uma tentativa em vão de contornar as dificuldades colocadas pela incerteza, volatilidade de expectativas e impossibilidade de coordenar planos.

Respondendo no mesmo mês, destacam Dekker e Kuchar (2019), Lachmann ponderou que subjetivistas como ele e Shackle não poderiam ignorar que a economia de mercado é fundada em uma estrutura institucional que pode mitigar a incerteza quando as possibilidades de ação de certos agentes são reduzidas. Assim, concluem Dekker e Kuchar (2019), com o argumento de que, se a incerteza importa, então qualquer coisa que possa reduzi-la deve importar também, Lachmann convenceu Shackle, que reconheceu, em cartas seguintes, sua falha anterior em entender o significado e a importância das instituições.

A partir da identificação da maneira que Lachmann convenceu Shackle sobre as instituições, observa-se aqui que esses argumentos sobre a redução da incerteza refletem as mesmas discordâncias de Lachmann (1959) a respeito da proposta de Shackle de tratar a passagem do tempo como uma sequência de momentos “solitários” e de Lachmann (1982a) a respeito da frase do mesmo autor de que “o tempo é estranho à razão”.

Como as instituições limitam as possibilidades de ação dos agentes e ajudam a orientar as ações subsequentes, a passagem do tempo não implica a total aleatoriedade nas mudanças de expectativas e planos, o que, de certa forma, qualifica, no mínimo, a ideia de mundo caleídico, em que a simples passagem do tempo está associada a mudanças imprevisíveis. Elas continuam sendo imprevisíveis, mas é possível entender sua lógica a partir da análise das instituições relevantes para cada tipo de mudança.

A descrita crescente influência dos escritos de Shackle em Lachmann a partir de 1959 pode ainda ser interpretada a partir da mudança de ênfase deste último em relação à coerência entre as ações econômicas. Para Barbieri (2001, p. 38), apesar de que a aplicação sistemática do subjetivismo permeiar os escritos de Lachmann em toda a sua carreira, observa-se uma mudança, ainda que não “radical” ao longo do tempo.

De acordo com Barbieri (2001), principalmente em sua teoria do capital, na fase “Lachmann I”, as forças que propiciam a visualização de uma coerência no sistema recebem maior destaque, enquanto, em seus escritos sobre o subjetivismo radical, em que a influência de Shackle é expressa de modo explícito, isto é, a fase “Lachmann II”, as forças de mudança ganham maior destaque.

No caso, observa-se que as menções a Shackle e ao subjetivismo radical em seus artigos estão, pelo menos, fortemente correlacionadas com a referida mudança de ênfase por parte de Lachmann. Na próxima seção, analisa-se como tal mudança fez com que, a partir da década de 1970, outros autores identificados com a tradição Austríaca se opusessem aos argumentos de Lachmann, particularmente no que diz respeito à adequabilidade do método hermenêutico ao paradigma apriorístico Misesiano.

2.5. Reações Austríacas ao “Mundo Caleídico”, ao “Subjetivismo Radical” e à “Hermenêutica”

Após a chegada de Lachmann nos Estados Unidos, em 1974, que coincidiu com sua adesão explícita ao subjetivismo radical de Shackle, manifesta principalmente no “*From Mises to Shackle*”, de 1976, verifica-se o surgimento de muitas publicações questionando, apoiando ou simplesmente citando os escritos de Lachmann, com destaque às visões deste sobre

epistemologia e metodologia na ciência econômica. Como destaque, nesse período, apresentam-se aqui alguns artigos reunidos em um livro publicado em homenagem ao 80º aniversário de Lachmann, em 1986.

Alguns dos eventos em que se visualiza mais explicitamente o mencionado antagonismo foram registrados na *Austrian Economics Newsletter* (AEN), uma publicação destinada a comunicar os eventos relevantes para os economistas identificados com a tradição Austríaca. Em uma edição publicada em 1978, observam-se os relatos de Don Lavoie¹⁹ sobre as primeiras edições do *Austrian Economics Seminar*, realizados entre 1975 e 1976, e um resumo feito por Gary e Short²⁰ sobre a Conferência “*Austrian Perspectives on Contemporary Economic Theory*” na *New York University*, em 1978.

No que diz respeito à participação de Lachmann nesses eventos, destaca-se a crítica de Murray Rothbard à “tendência niilista” que os escritos de Lachmann impunham ao pensamento Austríaco, o que este último respondeu com uma crítica à “tendência mecanicista” em parte da literatura Austríaca, associada por ele também ao “Ricardianismo”, isto é, à influência do pensamento econômico dominante antes da revolução subjetivista da qual participara Carl Menger na década de 1870.

Ainda na mesma edição da AEN, destacam-se o registro da argumentação conjunta de Shackle e Lachmann sobre como o futuro, apesar de ser imaginável, não é conhecível, e o modo como alguns participantes consideraram que isso implica a ausência de conhecimento geral sobre o futuro, isto é, o niilismo teórico.

Em outra edição da AEN publicada no mesmo ano, Lavoie²¹ dá continuidade a seu relato sobre o *Austrian Economics Seminar*, dessa vez referindo-se a edições realizadas entre 1976 e 1977, citando a crítica dos “Antirricardianos” a Rothbard e Kirzner por não terem estendido o subjetivismo de forma suficiente e a crítica dos “Antiniilistas” a Lachmann e Shackle por terem estendido o subjetivismo longe demais. Lavoie observa, no entanto, que, naquele evento, não existia uma linha tão rígida entre esses dois pólos, visto que, em cada questão específica, a combinação entre os grupos era refeita.

Já em uma edição de 1979 da AEN, destaca-se o relato de Tyler Cowen²² sobre a *Rutgers Conference on Inflation*, em que Lachmann destacou o “*Epistemics and Economics*”, publicado em 1972, de Shackle, como uma fonte importante para uma “forte interpretação

¹⁹ Lavoie (1978a).

²⁰ Gary e Short (1978).

²¹ Lavoie (1978b).

²² Cowen (1979).

subjetivista das expectativas” no reavivamento Austríaco, enfatizando que a comparação entre visões *ex ante* e resultados *ex post* não permite prever o que os agentes farão no futuro.

Em uma edição publicada em 1980, John Egger comenta sobre a publicação da coletânea “*Capital, Expectations, and the Market Process: Essays on the Theory of the Market Economy*”, que reúne artigos de Lachmann publicados originalmente entre as décadas de 1940 e 1970. Na conclusão de sua análise, Egger (1980, p. 12) considerou que o trabalho de Lachmann continuaria sendo controverso entre Austríacos por algum tempo porque este autor “está nos puxando em direção às implicações desafiadoras e não familiares de nosso próprio paradigma subjetivista”.

Enquanto os mencionados trechos da AEN ajudam a entender um pouco dos principais aspectos dos embates trazidos por Lachmann aos economistas identificados com a tradição Austríaca, a coletânea, publicada em 1986, com artigos escritos em homenagem aos 80 anos do próprio Lachmann, trouxe mais claramente outros aspectos dessa controvérsia, incluindo textos de autores não considerados “Austríacos”²³.

No livro em questão, o artigo de Hutchison (1986) é representativo da interpretação da ênfase de Lachmann na imprevisibilidade característica de um “mundo caleídico” como a negação da teoria e da própria possibilidade de atividade econômica significativa. Para Hutchison (1986, pp. 129-130), quando Lachmann “rejeita a hipótese de onisciência ou de conhecimento completo”, ele adota “a extrema oposta hipótese de completa incerteza e imprevisibilidade”, o que seria “uma reação extrema demais ao utópico superracionalismo em direção a um tipo de subracionalismo ou mesmo irracionalismo”.

No entanto, embora seja praticamente incontestável a afirmação de Hutchison de que “assim como a completa e extensa previsibilidade pode destruir a liberdade (...), transformando os seres humanos em autômatos”, a completa incerteza “também destruiria a liberdade ou a tornaria insignificante” (*ibid.*, p. 131), é contestável se esse último caso se aplica a Lachmann.

Quando Hutchison defende que “os que estão insatisfeitos com a hipótese de onisciência e certeza, mas não estão preparados para voar para o extremo oposto de imprevisibilidade e incerteza, devem ser institucionalistas” (*ibid.*, p. 133), isso pode ser entendido como uma descrição pertinente do caminho adotado pelo próprio Lachmann, visto que tal “institucionalismo” é parte essencial de suas contribuições teóricas, principalmente no livro “*The Legacy of Max Weber*”, de 1971.

²³ John Hicks, Terrence Hutchison, Jan Kregel, George Shackle e Richard Langlois são alguns dos nomes não Austríacos entre os autores dos artigos presentes na *Festschrift*.

Nesse sentido, é interessante como Hutchison observa que, “historicamente, mas não inevitável e logicamente”, há “uma forte correlação entre economia teórica e políticas libertárias, de um lado, e entre economia ‘institucionalista’ e políticas intervencionistas, de outro” e sugere que os “pássaros raros” que combinam institucionalismo e libertarianismo quebrem tal dicotomia (*ibid.*, pp. 133-134).

Aqui, entende-se que as discussões de Lachmann (1962; 1971a) sobre a permanência e a flexibilidade de instituições na economia de mercado o qualificam como esse “pássaro raro” “institucionalista” e “libertário”, principalmente quando ele recorre aos exemplos da inflexibilidade para baixo dos salários monetários e da função da Bolsa de Valores em coordenar planos divergentes de “*bulls*” e “*bears*”, ambos como fonte de crítica a políticas intervencionistas.

Perhaps we economists, in thus ignoring the institutional framework of the market economy, thought that this was the proper field of study of the sociologist and the political scientist. If so, the results have been rather disappointing. (...) The study of the institutional conditions of market action is thus a study we dare not eschew. All institutions are subject to historical change. In the course of it they may on the one hand acquire new functions, while old functions become obsolete. (...) On the other hand, it may happen that what was originally quite a sound institution may turn out to become most unsound, or (though I would not know of one example!) it may happen the other way round. (LACHMANN, 1962, p. 177)

In a complex society such as our own, in which the success of our plans indirectly depends on the actions of millions of other people, how can our orientation scheme provide us with firm guidance? The answer has to be sought in the existence, nature, and functions of institutions. An institution provides means of orientation to a large number of actors. It enables them to co-ordinate their actions by means of orientation to a common signpost. If the plan is a mental scheme in which the conditions of action are co-ordinated, we may regard institutions, as it were, as orientation schemes of the second order, to which planners orientate their plans as actors orientate their actions to a plan. (LACHMANN, 1971a, pp. 49-50)

Ainda sobre os argumentos de Hutchison (1986), chama a atenção a revisão de Block (1989, p. 226) ao livro em que o artigo em questão está inserido, na qual ele concorda com a referida tendência “irracionalista” nos escritos de Lachmann, mas discorda de que tais visões sejam parte de “uma escola libertária de pensamento econômico”. Para Block (1989), o termo “libertina” seria mais apropriado para descrever a filosofia política de Lachmann, sem explicar o porquê dessa diferenciação. Mesmo assim, uma pista sobre a insatisfação de Block (1989) com tal associação pode ser encontrada em uma entrevista concedida pelo mesmo autor à “*Austrian Economics Newsletter*” dez anos depois.

Na ocasião, Block (1999, p. 5) é mais direto ao dizer que o “nihilismo metodológico” que ele associa a Lachmann foi uma “grande frustração” para a influência de Rothbard no reavivamento da Escola Austríaca. Assim, como cita a importância de Rothbard para o desenvolvimento de uma “agenda política libertária” (p. 6), Block não se limita à análise de

questões puramente teóricas para criticar os argumentos “niilistas” de Lachmann, mas também confere grande importância às implicações políticas de tais questões teóricas.

De fato, nessa visão libertária Rothbardiana, a identificação de leis econômicas universalmente válidas dá suporte às prescrições políticas expostas de forma que elas sejam consideradas “livres de valor” (*Wertfrei*), conforme identificado na citação abaixo.

The analysis of the economic nature and consequences of government ownership in this book is *Wertfrei* and does not involve ethical judgments. It is a mistake, for example, to believe that anyone, knowing the economic laws demonstrating the great inefficiencies of government ownership, would necessarily have to choose private over government ownership although, of course, he may well do so. Those who place a high moral value, for example, on social conflict or on poverty or on inefficiency, or those who greatly desire to wield bureaucratic power over others (or to see people subjected to bureaucratic power) may well opt even more enthusiastically for government ownership. Ultimate ethical principles and choices are outside the scope of this book. (ROTHBARD, 2001, p. 1030)

Também como parte da referida *Festschrift*, destaca-se um exemplo do que se considera aqui como o mais apropriado entendimento da proposta metodológica de Lachmann nos relatos e argumentos de Lavoie (1986, p. 192) sobre o impacto da chegada daquele autor na *New York University*, na década de 1970, e a maneira como sua crítica ao formalismo Neoclássico influenciou os “seguidores americanos de Mises”, entre os quais o próprio Lavoie se inclui.

Naquela época, de acordo com Lavoie, a “crítica radical” de Lachmann ao formalismo Neoclássico “pareceu chegar perigosamente perto da rejeição de toda a teoria econômica” (*ibid.*, p. 192), mas, acrescenta, diferentemente dos representantes desse tipo de abordagem, Lachmann “não nega a necessidade de teoria sistemática” (*ibid.*, p. 193).

Para Lavoie (1986), o trabalho metodológico de Mises, “amplamente interpretado como um tipo de formalismo (euclidianismo)”, pode ser visto “através das linhas amplamente Lachmannianas (hermenêutica)” (*ibid.*, p. 193). No caso, o entendimento de Lavoie é que o “euclidianismo” é um estilo de pensamento mais “prescritivo”, enquanto a “hermenêutica” é mais “descritiva” (*ibid.*, p. 197), de modo que, ao longo do artigo, ele examina evidências que dão suporte às conclusões de que Mises seguia um ou outro dos dois estilos, mas, no final, conclui que o da hermenêutica é o mais apropriado para a classificação dos escritos daquele autor.

Independentemente de se concordar ou não com tal diagnóstico, que foge ao escopo do presente trabalho²⁴, destaca-se aqui a dissociação que Lavoie faz entre a hermenêutica de Lachmann e a completa negação da teoria econômica. De acordo com Lavoie, na abordagem hermenêutica, em vez de moldar seus argumentos nos padrões de objetividade científica, como

²⁴ Uma visão oposta a de Lavoie (1986) pode ser encontrada em Block (1989).

prescreve o euclidianismo, os cientistas sociais baseiam suas considerações sobre o que é científico em “julgamentos pragmáticos de sistematicidade, coerência, clareza etc. por membros da comunidade científica” (*ibid.*, p. 197).

Assim, Lavoie explica que, no estilo de pensamento hermenêutico, “a teoria é uma estrutura para a interpretação de fatos da história, mais do que uma hipótese a ser testada por esses fatos” e entende que “isso não precisa implicar um retrocesso a um historicismo sem teoria” (*ibid.*, p. 208).

Em um sentido semelhante, no mesmo livro, destaca-se aqui a discussão de Mittermaier (1986, p. 241) sobre o “mecanomorfismo” da tradição Neoclássica da teoria econômica, entendido como “a aplicação acrítica de hábitos de pensamento a campos diferentes daqueles em que eles foram formados”. Para o autor, “podem-se considerar os mecanomorfismos como concepções vira-latas que não se referem nem a fenômenos físicos nem a fenômenos mentais” (*ibid.*, p. 241).

Como fundamentação dessa última afirmação, Mittermaier atribui “o notável sucesso da mecânica e das ciências físicas em geral” à aplicação bem-sucedida da “regra de coerência”, ou seja, a fato de que as perguntas e explicações são formuladas “em termos que pertencem ao mesmo domínio de pensamento” (*ibid.*, p. 247). No caso das “exposições de economia em livros textos”, por sua vez, o autor entende que a regra de coerência não é seguida, visto que “o aluno é introduzido a um tópico com (...) a riqueza da vida social”, é levado “a um mundo misterioso de funções contínuas”, para depois “se encontrar novamente entre rostos humanos familiares” (*ibid.*, p. 249).

Assim, Mittermaier (1986) recomenda que o argumento subjetivista contra o mecanomorfismo seja baseado na remoção dos “borrões” que se formam entre a “riqueza da vida social” e o “mundo misterioso de funções contínuas” e entre este e “os rostos humanos familiares” (p. 249). De fato, o método da hermenêutica que Lachmann (1991) e Lavoie (1986) defendem, com a caracterização de tipos ideais e aplicação do entendimento (*Verstehen*), desempenha exatamente essa função de “remoção dos borrões”.

Nesse caso, é interessante como Block (1989) é pouco crítico a esse artigo de Mittermaier. Apesar de Mittermaier (1986, p. 242) elogiar claramente o “espírito subjetivista” de Lachmann, Block (1989, p. 229) se mostra, de um modo geral, satisfeito com a crítica do primeiro ao “mecanomorfismo”, apenas ponderando o risco de se chegar “ao outro extremo e rejeitar como ‘mecanomorfismo’ vários conceitos que podem ser fortemente baseados no propósito humano”, entre os quais ele cita o conceito de equilíbrio.

Ainda na revisão de Block (1989) aos artigos publicados na *Festschrift*, é interessante destacar aqui alguns pontos que ajudam a entender a influência relevante e, de certo modo, caótica de Lachmann sobre a tradição Austríaca nos Estados Unidos a partir da década de 1970. No primeiro parágrafo de sua revisão, Block reconhece a “longa e notável contribuição escrita” de Lachmann “à escola praxiológica” e “especialmente, sua entrada na cena na *New York University* (NYU)” (*ibid.*, p. 215).

Já em uma nota de rodapé referente ao mesmo parágrafo, Block diz ser “um prazer pessoal estar apto a revisar a *Festschrift* de Lachmann e honrar esse grande homem”, chegando a lembrar que ele próprio desempenhou “um pequeno papel no apoio ao primeiro convite que levou Lachmann pela primeira vez à NYU como professor visitante” (*ibid.*, p. 233). Ainda no primeiro parágrafo, Block (1989) explica o impacto das visitas de Lachmann aos Estados Unidos a partir da década de 1970 com a metáfora de que o autor em questão “funcionou como um moscardo (*gadfly*)”, no sentido de alguém que interfere com o *status quo* do local em que chega (*ibid.*, p. 215).

Nesse ponto, já caracterizando as visões de Lachmann como “iconoclastas” e reconhecendo a “contínua crítica” desse autor a “todos os axiomas e doutrinas Austríacos” como fonte de “desafio, estímulo e inspiração” para si próprio (*ibid.*, p. 215), Block deixa claro que, mesmo discordando dos argumentos de Lachmann, as questões que ele trouxe para a tradição Austríaca naquela época eram bem-vindas. Assim, já no segundo parágrafo de sua revisão, Block explica que sua insatisfação não está com o posicionamento de Lachmann em si, mas com o conteúdo dos artigos que compuseram a *Festschrift* organizada por Kirzner, que, em sua opinião, contribuem muito pouco para o reavivamento da Escola Austríaca.

Nesse sentido, entende-se aqui que, dez anos depois, a crítica mais dura de Block (1999, p. 5) ao “nihilismo” de Lachmann se refere ao modo como algo que havia sido pertinente em um primeiro momento acabou sendo responsável, em seu entendimento, por “desviar muitos que seriam, de outra forma, bons pensadores para uma trajetória que se provou largamente infrutífera”, visto que “a maioria de seus seguidores não mudou o assunto nos últimos vinte anos”.

Para uma revisão mais simpática dos artigos presentes em Kirzner (1986), destaca-se aqui brevemente Prychitko (1987), que, não necessariamente concordando de modo explícito com todos os trabalhos em questão, aprova o modo como os diversos autores buscaram explorar os argumentos de Lachmann para além do paradigma Misesiano dominante na Escola Austríaca.

No caso, mantendo-se o mais neutro possível sobre os questionamentos de economistas identificados com a Escola Austríaca a Lachmann, Prychitko brinca com a possível ironia presente na possibilidade de que a economia Austríaca, “um produto do *Methodenstreit*”, “implodir em uma versão moderna de historicismo” (*ibid.*, p. 66).

Assim, de maneira aparentemente mais imparcial, Prychitko pondera que, “ainda que alguns temores de historicismo permaneçam - talvez corretamente (...), a contribuição que Lachmann deu à economia Austríaca contemporânea não pode ser negada” (*ibid.*, p. 66). Em seguida, mais uma vez sem apresentar suas próprias considerações sobre o mérito dos argumentos contidos nos artigos que comenta, o autor diz que “para qualquer um interessado nos alcances mais longos da economia Austríaca, esse é um livro que vale a pena ler” (*ibid.*, p. 66).

Após a referida *Festschrift* em homenagem a Lachmann, as tensões entre sua abordagem radical quanto à incognoscibilidade do futuro e o subjetivismo baseado formulação de leis econômicas válidas *a priori*, então dominante na Escola Austríaca, ficou mais aparente. Nesse contexto, já no ano seguinte à publicação daquele livro, Yeager (1987) sintetiza o que é entendido aqui como o posicionamento dominante da Escola Austríaca na época²⁵.

No artigo “*Why Subjectivism?*”, Yeager (1987) inicialmente discorre sobre todos os méritos da abordagem subjetivista, principalmente dentro da Escola Austríaca, com muitos exemplos e esclarecimentos apropriados para o leitor que ainda não tem conhecimento sobre o assunto.

Na segunda metade do ensaio, verifica-se uma seção ironicamente nomeada “*I am More Subjectivist than Thou*”, isto é, “eu sou mais subjetivista que você”. No caso, as aspas simples aqui indicando que o próprio autor usou essa frase entre aspas em seu texto, enquanto o termo “*Thou*”, hoje em desuso na língua inglesa e normalmente utilizado em traduções de textos bíblicos ou em situações em que se imagina uma formalidade e um rebuscamento excessivos, aparenta ser uma provocação.

Naquela seção, as primeiras menções específicas de Yeager (1987) a Lachmann são referentes ao artigo “*An Austrian Stocktaking: Unsettled Questions and Tentative Answers*” (Lachmann, 1978c), e à introdução ao livro “*Capital, Expectations, and the Market Process*” (Lachmann, 1977a), escrita por Walter Grinder, para contextualizar a organização daquela

²⁵ Pondera-se aqui que Leland Yeager não se considera exatamente um Austríaco e que, em entrevista à AEN, em 1991, disse não saber se, apesar de ser simpático a muitas ideias Austríacas, deve ser considerado ou não um crítico dessa tradição. Ver Yeager (1991).

coletânea com diversos artigos de Lachmann publicados originalmente a partir da década de 1940.

Nessas duas oportunidades, entre outras, Yeager (1987, p. 21) identifica um “comum lapso em direção a um exagero no relato da posição subjetivista de maneira tão ruim a ponto de desacreditá-la”, principalmente quando a frase “provavelmente não é exagero dizer que todo importante avanço feito na teoria econômica nos últimos cem anos foi um passo adiante na aplicação consistente do subjetivismo” (Hayek, [1941] 1955, p. 31) é “citada *ad nauseam*”, atribuindo-se a ela uma significância que “simplesmente não pode suportar”.

Após reprovar o que entende ser um exagero na abordagem subjetivista da Escola Austríaca como um todo, Yeager destaca que seu último exemplo de “abuso” dessa abordagem é “o que até mesmo alguns membros da Escola Austríaca identificaram como ‘niilismo’ sobre a teoria econômica”, o que ele logo em seguida associa a Lachmann, dizendo ser “difícil imaginar por que um economista que assim se afunda na incognoscibilidade continua a se apresentar como um economista” (*ibid.*, p. 27).

Nesse contexto, o subjetivismo radical de Lachmann pode ser entendido como um dos elementos que consolidaram um paradigma interno à Escola Austríaca mais característico da *George Mason University*, como bem mostra a revisão de Block (1988) a Yeager (1987), sendo o primeiro, na época, um dos editores da *Review of Austrian Economics*, com ambos os artigos publicados nessa mesma revista.

No caso, Block é mais propenso que Yeager (1987) a aceitar uma posição mais subjetivista dentro da tradição Austríaca e, basicamente, discorda deste quanto a suas críticas em relação a Rothbard, que foi, junto com Kirzner e Lachmann, o outro dos três protagonistas do reavivamento da Escola Austríaca²⁶. Quando o alvo das críticas de Yeager (1987) é Lachmann, no entanto, Block (1988, p. 201) concorda integralmente, de modo a classificar este último como “ultra” ou “extremo” subjetivista e associá-lo a um grupo de “hermeneuticistas” da *George Mason University*.

Pouco depois dessas críticas diretas de Yeager (1987) e Block (1988) a Lachmann, foi a vez de Rothbard (1989) comentar sobre o que chamou de “invasão hermenêutica na filosofia e na economia”. Ao traçar um panorama histórico exaustivo sobre a origem da hermenêutica, Rothbard (1989) se mostra disposto a questionar com maior fundamentação a proposta que entende ser a de Lachmann, Lavoie e a *George Mason University*. Como os detalhes da ampla

²⁶ Ver Vaughn ([1994] 1998, cap 5)

crítica de Rothbard (1989) à hermenêutica fogem ao escopo do presente trabalho, destacam-se aqui as menções diretas que o autor faz a Lachmann.

Logo após citar Lavoie como o “líder espiritual” de “um grupo de Austríacos e ex-Misesianos renegados reunidos no *Center for Market Processes*, na *George Mason University*”, Rothbard diz que o “nihilismo acelerou em direção ao pensamento Austríaco corrente” quando Lachmann “foi repentinamente convertido pela metodologia de George Shackle durante os anos 1960”, muito antes de “Lavoie e seus colegas (...) adotarem-no com tal entusiasmo” (*ibid.*, pp. 8-9).

Mais especificamente, em uma nota de rodapé, Rothbard (1989) destaca como melhor ilustração da referida “conversão” o artigo “*From Mises to Shackle*”, de 1976, já citado no presente ensaio, de maneira menos categórica, mas semelhante, como um trabalho representativo de um amadurecimento dos *insights* metodológicos Lachmann.

Para explicitar a significância que atribui a esse marco, Rothbard (1989, p. 9) considera que, pelo menos, desde 1986, na realização do primeiro encontro anual da *Society of Interpretive Economics*, na *George Mason University*, pode-se considerar que o “credo Misesiano genuíno” se localiza no *Ludwig von Mises Institute*, na *Auburn University*, e em suas publicações “*The Free Market*”, “*the Austrian Economics Newsletter*” e “*the Review of Austrian Economics*”, sendo esta última, na época, uma revista editada pelo próprio Rothbard.

Além disso, em uma referência indireta somente explicitada em uma nota de rodapé, Rothbard (1989, p. 9) trata o “*Economics of Time and Ignorance*” (O’Driscoll, Jr. e Rizzo, 1996), um livro dedicado a avançar a teoria Austríaca em linhas Lachmannianas sobre o papel da incerteza e da mudança, cuja primeira edição havia sido publicada em 1985, como um “livro quase hermenêutico de dois ex-Misesianos”. A partir de tais argumentos, é notório que Rothbard (1989) adota o critério de “Misesianismo”, entendido aqui como apriorismo, como parâmetro para a consideração de diferentes pontos de vista dentro da Escola Austríaca.

One of the main motivations of the ex-Misesian hermeneuticians is that their horror of mathematics, to which they react as to the head of Medusa, leads them to embrace virtually any ally in their struggle against positivism and neoclassical formalism. And so they find that, lo and behold, institutionalists, Marxists, and hermeneuticians have very little use for mathematics either. But before they totally embrace the desperate creed that the enemy of my enemy is necessarily my friend, our Market Process hermeneuticians should be warned that there may be worse things in this world than mathematics or even positivism. And second, that in addition to Nazism or Marxism, one of these things may be hermeneutics. (ROTHBARD, 1989, p. 9)

Assim, a influência de Lachmann sobre a Escola Austríaca a partir da década de 1970 até sua morte do autor, em 1990, pode ser entendida essencialmente como sobre as implicações

do paradigma subjetivista, unanimamente reconhecido como essencial na tradição Austríaca, para a teoria econômica. Para Lachmann, assim como para Shackle, o subjetivismo radical implica negar teorias baseadas em hipóteses sobre conhecimento futuro e relações entre a formação de expectativas e dados objetivos, o que inviabiliza a construção de explicações apriorísticas para traçar as consequências não intencionais da ação humana em qualquer contexto.

Para os críticos dessa visão, tal radicalização levaria ao niilismo teórico e a ciência econômica seria reduzida à realização de estudos de caso sobre eventos passados nos mesmos moldes defendidos pelo lado historicista no *Methodenstreit*, contrariando a própria essência do início do que viria ser a Escola Austríaca.

Ainda que o passar dos anos tenha favorecido a linha Rothbardiana dentro da tradição Austríaca, a visão que reconhece, ao menos parcialmente, o sucesso de Lachmann em influenciar essa corrente de pensamento econômico é bem explicada por Storr (2019) na citação abaixo.

There are at least two areas where Lachmann has, arguably, won the day, where Lachmann's views appear to be the dominant ones, where Lachmann either directly inspired these advances in Austrian economic thought or anticipated them. The first is Lachmann's insistence on the thoroughgoing application of subjectivism to our theorizing about action in the world and the second is Lachmann's emphasis on the importance and key role that institutions play in guiding our actions in an uncertain world. Whether we admit it or not, we are all Lachmannians now. Or to be more precise, we are pretty much all radical subjectivists and Austrian institutionalists. (STORR, 2019, p. 65)

2.6. Considerações finais

A formação acadêmica de Lachmann na década de 1920 e no início da década de 1930, na Alemanha, com influências dos escritos tanto de Max Weber quanto de Carl Menger é a fonte para o início da compreensão de sua posição peculiar dentro do grupo de economistas identificados com a Escola Austríaca no que diz respeito ao método da ciência econômica e nas implicações do subjetivismo para o desenvolvimento da mesma.

No entanto, no presente ensaio, identificou-se essa dupla influência dos dois lados do *Methodenstreit* sobre Lachmann apenas como uma “semente”, por assim dizer, da maneira com que seu pensamento se desenvolveria ao longo de décadas. No caso, a germinação dessa semente contou com sua insatisfação inicial com a maneira restritiva com que a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE) explicava a recorrência de fases de crescimento e recessão na economia.

Como, no início da década de 1940, quando já estava consolidado como pesquisador e professor na Inglaterra, Lachmann passou a defender explicitamente que as expectativas não poderiam ser determinadas por dados objetivos, como a taxa de juros, considera-se aqui que seu ímpeto em estender o subjetivismo das preferências e dos fins almejados para as expectativas e a interpretação já remontam a essa época, embora esses termos só tenham começado a aparecer em seus escritos na década de 1970.

Assim, nas décadas de 1930 a 1950, a abordagem mais subjetivista do autor em sua teoria do capital pode ser entendida como a fonte de seus escritos sobre metodologia, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, e estes como o caminho que o levou a adotar o subjetivismo “das mentes ativas” ou “radical”, isto é, a extensão do subjetivismo das preferências, com fins dados, para o subjetivismo da interpretação e das expectativas, na década de 1970.

No último período citado, Lachmann passou a buscar nos escritos de George Shackle a fonte do caminho que a Escola Austríaca deveria seguir em sua oposição ao formalismo na ciência econômica, isto é, à descrição dos eventos econômicos a partir de magnitudes mensuráveis, para fins de formulação de relações quantitativas entre elas. Para Lachmann, a ênfase de Shackle no caráter “caleídico” das mudanças concomitantes à passagem do tempo consiste no próximo no próximo “passo adiante” na “aplicação consistente do subjetivismo” a que Hayek se referia já no início da década de 1940 como uma tendência da ciência econômica, cuja manifestação até então mais recente teria sido a obra de Mises.

Essa aproximação das ideias de Lachmann com as de Shackle pode ser entendida como a continuidade da germinação da semente da sociologia interpretativa de Max Weber, plantada em seus tempos de estudante na Alemanha. Não à toa, em 1971, com o objetivo de explicar o funcionamento das instituições em uma ordem econômica, Lachmann dedicou um livro inteiro para recuperar as antigas ideias de Max Weber sobre a criação de ferramentas teóricas que permitam a descrição de situações passadas a partir do entendimento (*Verstehen*) das intenções e dos planos dos agentes envolvidos nelas.

Nesse ponto, as diferenças de Lachmann em relação ao que outros autores identificados com a tradição Austríaca entendiam ser a metodologia característica desta ficaram mais claras. Em especial, destacou-se no presente ensaio o modo como Murray Rothbard manifestou uma visão distinta sobre o que são e o que devem ser a teoria econômica e a metodologia da Escola Austríaca. Para Rothbard, o apriorismo Misesiano é a característica definidora da tradição Austríaca e, assim, o que ele chamou de “conversão repentina” de Lachmann à metodologia

defendida por George Shackle representaria um afastamento da referida tradição por parte daquele autor.

Em outras palavras, pode-se considerar o já então quase centenário *Methodenstreit* como a fonte dessa crítica de Rothbard. Assim como Mises considerava seguir os passos de Menger na defesa da teoria econômica diante do historicismo, Rothbard considerava seguir os de Mises, enquanto Block, outro autor cujas críticas a Lachmann foram mencionadas no presente ensaio, seguia os de Rothbard. Essa visualização em uma espécie de “linha reta” da teoria Austríaca já significava uma rejeição de parte dos escritos metodológicos de Hayek sobre o apriorismo e o caráter empírico do problema do conhecimento na teoria econômica²⁷, o que ficou ainda mais nítido com os escritos de Lachmann.

Em suma, com importantes adaptações e esclarecimentos ao longo dos anos, Lachmann sempre se dedicou a desenvolver o subjetivismo da maneira que acreditava ser apropriada para a ciência econômica como um todo. Para ele, a Escola Austríaca era uma representante importante do paradigma subjetivista, mas não era a única e nem necessariamente a principal.

Quando passou a manifestar uma aprovação maior aos escritos de Shackle, a intenção de Lachmann não era “deixar de ser Austríaco” ou “mudar de lado” no *Methodenstreit*. Se, desde sua formação acadêmica, o mérito de Max Weber em propor uma abordagem distintiva para as ciências sociais em relação às naturais já era reconhecido por Lachmann, o passar do tempo só deixou mais claro para ele como isso deveria ser feito e quais referências, além das já reconhecidas pelos Austríacos, ele poderia buscar para tornar a ciência econômica cada vez mais subjetiva, pois, ao seu ver, é justamente esse aspecto que a distingue das ciências naturais.

Quando considera que Shackle avançou o subjetivismo em relação a Mises do mesmo modo que este fizera em relação a Menger, Lachmann jamais demonstrou a intenção de simplesmente criticar Mises ou Menger. Ao contrário, ele deixou claro que o avanço contínuo da teoria econômica faria com que seus próprios escritos e os de Shackle passassem pela mesma reavaliação no futuro. Assim, os passos adiantes na aplicação cada vez mais consistente do subjetivismo percorrem uma trilha sem fim e, para Lachmann, o desafio é se manter nessa trilha diante das ameaças da tendência funcionalista que sempre surge como um obstáculo ao subjetivismo.

We may describe the evolution of subjectivism from Menger through Mises to Shackle as an evolution from a subjectivism of given wants through one of given ends to that of active minds. In this process of the widening of meaning of subjectivism the work of Mises has a prominent and honorable place. His claim to it is in no way impaired by the fact that his perspective is no

²⁷ Esses argumentos se originaram no artigo “*Economics and Knowledge*”, publicado em 1937, e disponível em Hayek ([1948] 1980, cap II). Em Rothbard (1991), há um bom exemplo da mencionada crítica.

longer ours. In the true spirit of subjectivism a future generation of historians whose perspective is no longer ours will, in its turn, reappraise the work of Mises as well as our own and perhaps reach very different conclusions. (LACHMANN, 1982b, p. 39)

3. OS DIFERENTES NÍVEIS DE COERÊNCIA ENTRE PLANOS INDIVIDUAIS NOS ESCRITOS DE LACHMANN

3.1. Introdução

O presente ensaio visa apresentar e explicar os quatro níveis de coerência entre planos individuais (equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem) que Lachmann utiliza em seus escritos sobre as forças de ajuste e mudança no sistema econômico. Para isso, além da presente introdução e da conclusão, o ensaio foi organizado em três seções, delimitadas tanto por um critério lógico quanto por um temporal.

A primeira seção, focada em escritos publicados entre as décadas de 1930 e 1950, é dedicada à identificação da suposição de tendência à complementaridade completa entre os bens de capital como a forma como Lachmann entendia até então o conceito de “equilíbrio” na teoria econômica. Por um lado, ele percebia que a complexidade da “estrutura” do capital, caracterizada pela interação entre relações de complementaridade e substitutibilidade entre seus elementos, dificultava a suposição de que o sistema se dirige sistematicamente a um estado de perfeita coerência entre os planos de produção.

Por outro lado, recorrendo ao caráter informativo do sistema de lucros e perdas e seus efeitos sobre os planos de produção frustrados, Lachmann pôde manter sua posição de que o ajuste sistemático entre planos faz com que o sistema se dirija a uma estrutura “integrada”. Reconhecendo a especulação feita pelos agentes responsáveis pelo emprego dos bens de capital, Lachmann recorreu, em 1956, à existência de instituições “criadas” pela economia de mercado para justificar a predominância do referido ajuste em relação às forças de mudança, isto é, a tendência ao equilíbrio.

No entanto, conforme explicado na seção seguinte, essa primeira referência às instituições direcionou o interesse de Lachmann a uma discussão mais ampla sobre o efeito destas sobre os planos individuais, sem precisar supor que tal efeito seja sempre favorável aos ajustes coerentes entre os planos. Assim, a partir da década de 1960, a investigação do autor sobre as interações entre diferentes tipos de instituições abriram espaço para a identificação da existência simultânea e não contraditória entre forças de mudança e ajuste no funcionamento do sistema econômico, iniciando sua teoria institucional, posteriormente consolidada no livro “*The Legacy of Max Weber*”, publicado em 1971.

Na última seção antes da conclusão, observa-se nos escritos de Lachmann a partir da década de 1960, isto é, em sua teoria institucional, a presença de quatro níveis de análise de coerência de planos individuais (equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem). No caso, principalmente a distinção entre o segundo e o terceiro níveis mencionados é identificada na mesma seção como a fonte da discordância por parte de Lachmann ao conceito de equilíbrio até então consensual dentro da tradição Austríaca.

Assim, o presente ensaio é dedicado à análise do modo como esses quatro níveis aparecem de forma não sistematizada ao longo dos escritos de Lachmann. Em especial, como o nível da “coordenação” só ficaria claro após a publicação dos trabalhos do autor sobre as instituições, nas décadas de 1960 e 1970, o exame mais atento a tais trabalhos do autor possibilita esclarecer esse aspecto distintivo da explicação de Lachmann sobre as forças de ajuste e mudança em relação à suposição de tendência ao equilíbrio.

3.2. Teoria do Capital: o embate entre expectativas divergentes e a tendência ao equilíbrio

Na teoria do capital, tópico de mais destaque no início de sua carreira acadêmica, entre as décadas de 1930 e 1950, Lachmann já questionava a maneira como os teóricos do passado e da época negligenciavam as implicações das expectativas divergentes entre os agentes econômicos quanto ao emprego mais lucrativo de cada bem de capital.

No entanto, nos trabalhos correspondentes a esse período, a tendência para um estado de equilíbrio interindividual, em que todos os planos de produção são completos da maneira planejada, era entendida como a consequência natural do sistema de lucros e perdas, ainda que Lachmann manifestasse um interesse especial nas explicações para a não efetivação dessa tendência. Mais especificamente, em 1956, no livro “*Capital and its Structure*”, Lachmann passou a explorar mais claramente essa ambiguidade, mas sem conseguir resolvê-la.

Por um lado, Lachmann afirmava existir uma tendência à complementaridade completa de toda a estrutura formada por bens de capital heterogêneos entre si, isto é, a um estado em que os serviços de cada bem de capital empregado cooperam com os de todos os outros, de modo a não haver possibilidade de mudança lucrativa no emprego de nenhum deles, o que chamaria também de estrutura “integrada”.

Por outro lado, Lachmann passou a identificar a possibilidade de a interação entre as ações dos responsáveis pelo emprego de tais bens de capital, isto é, os empresários, causar, na visão deles mesmos, novas possibilidades de emprego alternativo de bens de capital,

interrompendo a continuidade da referida tendência.

Em um de seus primeiros trabalhos publicados, antes ainda dos seus escritos sobre o capital, Lachmann (1936) argumenta que a teoria do equilíbrio dinâmico encontra dificuldades quando se levam em conta as diferentes velocidades de ajuste entre oferta e demanda de diferentes bens.

No artigo em questão, Lachmann (*ibid.*, p. 26), sem mencionar as relações entre bens de capital heterogêneos, está interessado apenas no problema concreto da formação de estoques como consequência de erros de previsão dos produtores sobre a demanda futura e, a partir disso, defende que a análise teórica deve considerar que os estoques “são resultado do caminho para o equilíbrio” e não “do próprio equilíbrio”.

Nesse argumento, já é possível visualizar um motivo para não dar como certa a existência de uma tendência ao equilíbrio entre todos os planos de produção, já que, com diferentes velocidades de ajuste da oferta à demanda em cada um dos bens de cada um dos mercados, o desajuste em um mercado pode afetar os outros, de um modo que não permite a aproximação a um estado de perfeito ajuste entre planos.

No entanto, a esta altura, Lachmann apenas considera que os estoques são, ao mesmo tempo, um resultado dos acontecimentos passados e um dado para os acontecimentos futuros, sem concluir que estes últimos podem ser uma trajetória que aumenta, em vez de diminuir, as inconsistências do presente.

Hence, for the analysis of the process carry-over is a dependent variable. It, so to say, embodies the history of all the daily disequilibria the aggregate of which forms the path towards final equilibrium. The ‘final carry-over’ we may say—its magnitude when final equilibrium is reached—is a result of the past but a datum for the future. Commodity stocks owe their existence to the divergences in the velocities and adjustment of different data, hence their size depends on those changes of data and processes of adjustment which have taken place in the past. They are a result of the path towards equilibrium rather than a result of equilibrium itself. Their existence appears to justify the suggestion that for dynamic analysis by-gones are not necessarily by-gones. (LACHMANN, 1936, p. 28)

No ano seguinte, Lachmann (1937) estende o caso concreto de mercados com diferentes velocidades de ajuste entre oferta e demanda para quaisquer planos feitos por agentes econômicos, lamentando o “veneno da indeterminação” (p. 33) que a análise da transição de um estado de equilíbrio para outro enfrenta diante do fato de que diferentes indivíduos reagem de maneiras diferentes ao mesmo evento. Mesmo assim, Lachmann assume que uma tendência para o equilíbrio no mundo real pode ser vista no fato de que “até os mercados nos quais as expectativas desempenham o maior papel”, como os intertemporais, “não oferecem a aparência de caos” (*ibid.*, p.34).

Nesse ponto, surge a dificuldade para se formular uma interpretação sobre o conjunto de escritos de Lachmann sobre a coerência entre planos de diferentes agentes. Nesse início de carreira, o autor não parecia disposto a abandonar o conceito de equilíbrio, mas já se mostrava ciente dos problemas que a consideração das expectativas causava para tal paradigma.

Nos anos seguintes, Lachmann passou a desenvolver uma série de artigos dedicados à teoria do capital, no âmbito da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE), que associava a recorrência de fases de alta e baixa na economia à constante redução da taxa de juros em razão do aumento da oferta monetária, inevitável na organização bancária de moeda-crédito, o que tornaria lucrativo o investimento em bens de capital específicos para estágios de produção mais afastados do consumo, em momentos em que a real preferência temporal dos agentes econômicos, na condição de consumidores, demanda investimento em bens de capital apropriados para os estágios de produção mais próximos do consumo²⁸

No entendimento de Egger (1986, p. 56), Lachmann, desde a década de 1930, “era e é muito mais um apoiador” do que “um crítico” da TACE, já que a ênfase desta na heterogeneidade do capital era “a característica que a tornava atraente” para o autor. De acordo com Egger (1986, p. 57), o que explica o ceticismo de Lachmann sobre a validade daquela teoria em certas ocasiões são as hipóteses sobre como os agentes formam expectativas, o que teria feito com que este defendesse que “a teoria Austríaca não era voltada a, nem adequada para, explicar todas as flutuações”.

If Lachmann wholeheartedly endorses the business-cycle theory's emphasis on heterogeneous capital, with its implications of complementary and substitutability in the context of subjectively formulated plans, he was less than enthusiastic about the credit market story of causality, as his notes on expectations suggest. He has expressed some interest in a story of economic fluctuations which incorporate his perceptive theory of capital but omit the rather questionable chapter on monetary causality. (...) Technical progress often involves changes in knowledge, rather than capital deepening with already-known techniques. Certainly either type of progress calls for capital regrouping in which patterns of complementarity are different, but when there is a change in the knowledge of technique one hardly has any a priori warrant for judging that the patterns of plan or structural complementarity must necessarily be more complex. (EGGER, 1986, p. 67)

Desse modo, é possível concluir que o que Egger (1986, p. 56) chama de “crítica simpática” de Lachmann à TACE deve sua parte “simpática” largamente à consideração da heterogeneidade dos bens de capital no momento em que o *boom* se encerra, pois é esta que dificulta o reajuste nos empregos dos bens de capital em diferentes estágios, enquanto a parte

²⁸ Ver Hayek ([1931] 1967, capítulo III). Nesse livro, Hayek discute extensamente o que viria a ficar conhecido como a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE).

“crítica” é referente ao que ocorre após a liquidação dos maus investimentos realizados durante o *boom*.

Tal crítica, por sua vez, também se mostra uma situação prematura em que Lachmann manifesta ceticismo quanto à capacidade de as forças de mercado, presentes sobretudo no sistema de lucros e perdas que remunera os empresários responsáveis pelo emprego bem-sucedido dos bens de capital à sua disposição, dirigir o sistema econômico em direção a um estado em que todos os bens de capital estão empregados da forma prevista no início de cada plano de produção, isto é, um estado de equilíbrio.

Como o estado descrito acima pressupõe a não rivalidade entre planos de produção, Lachmann descreve, em 1947, as implicações dos conceitos de “complementaridade” e “substitutibilidade” entre bens de capital. De acordo com Lachmann (1947, p. 110), a complementaridade significa que os bens de capital são considerados “meios empregados para um mesmo fim ou grupo de fins consistentes”, ou seja, pressupõe a realização dos planos conforme inicialmente concebidos, enquanto a substitutibilidade é a “facilidade com que um fator pode ser transformado em um elemento do plano existente”, ou seja, pressupõe a mudança.

De acordo com Lachmann (1947), os casos de interesse do mundo real são os em que, de acordo com mudanças que se refletem nos planos dos agentes, bens de capital complementares são transformados em substitutos ou vice-versa, de modo que o equilíbrio do sistema como um todo, no qual é possível falar em “estrutura”, só seria verificável caso houvesse uma complementaridade completa entre todos os bens de capital.

Naturalmente, ao considerar que tal possibilidade é improvável no mundo real, Lachmann (1947) busca explicar como mudanças imprevistas funcionam como constantes fatores de desequilíbrio no sistema como um todo e como a conseqüente substituição de alguns bens de capital implica a necessidade de sucessivos ajustes nas combinações entre os demais. Portanto, conclui Lachmann (1947, p. 112), a substituição de fatores “destrói um conjunto de relações de complementaridade” e cria outro.

Ainda no âmbito dos problemas para a efetivação da complementaridade completa, destaca-se a explicação de Lachmann (1948) sobre o efeito da existência de bens de capital que não servem mais ao propósito originalmente atribuído a eles, mas ainda podem ser empregados de forma lucrativa em alguma combinação, os “*bygones*” (p. 131), como elemento propiciador de incoerência entre planos.

To sum up, then, all new investment entails some change in the mode of use of existing capital.

There can be no such change without some revision of plans. Investment decisions always entail such changes, and can therefore profitably anticipate them. This fact a theory of investment must not ignore. (LACHMANN, 1948, p.131)

Nesses argumentos, observa-se que o reconhecimento da heterogeneidade entre os bens de capital possibilitou ao autor reconhecer o caráter indeterminado do processo que determina a sequência de decisões de investimento, que envolvem a maneira específica com que cada elemento deve ser empregado, sendo capazes de alterar as próprias condições até então consideradas para o emprego dos bens de capital mais apropriados.

Como observa Lavoie (1994), esses temas abordados por Lachmann já haviam sido anteriormente explorados por Hayek, com a diferença que, inicialmente, este não estava interessado em analisar a possibilidade de a frustração inicial dos planos que envolviam o emprego de certos bens de capital desencadear um processo em que muitos outros planos passam a ter que considerar a existência desses “fósseis” e de suas relações de complementaridade ou substitutibilidade em relação aos bens de capital atualmente empregados ou que estavam previstos para ser empregados, gerando uma série de revisões de expectativas futuras sobre a produção.

Lachmann was primarily elaborating themes concerning the time structure of capital which Hayek had developed, with the difference that Lachmann was insisting on the distinctiveness of the secondary depression. (...) Once one takes the proposition that capital is heterogeneous seriously, it becomes clear that, contrary to the assumption of Keynesian models, an increase in investment does not necessarily reduce the value of existing capital. Investment goods need to be studied in regard to whether they stand in a complementary or a substitutive relationship to the existing capital structure. Lachmann argues that in fact the main function of the entrepreneur involves the invention not of whole new production plans, but of new uses of capital goods that are ‘discarded from plans that had to be revised’ (1948: 704), which he was to later call ‘fossils of old plans’. (LAVOIE, 1994, pp. 11-13)

Com um conflito entre seu interesse nas forças de mudança com a sua ainda existente crença na preponderância das forças de ajuste, Lachmann chegou à consolidação da sua teoria do capital no livro “*Capital and its Structure*”, publicado em 1956. Nessa obra, Lachmann ([1956] 1978b) deixa claro que a estrutura do capital não existe no sentido estático de uma “composição constante de combinação entre bens de capital” (pp. 57-58), mas reconhece que as relações de complementaridade identificadas nesses planos são o elemento que “reduz o caos à ordem” (p. 59).

Dessa forma, a “estrutura” significa a existência de uma coerência no sistema, ainda que não haja complementaridade completa, isto é, ocorram constantes fracassos e revisões de planos. Ao falar sobre “sucesso” e “fracasso” dos planos envolvendo combinações entre bens de capital, Lachmann ([1956] 1978b) estabelece lucros e prejuízos monetários, que implicam

ganhos ou perdas de capital, como os indicadores apropriados, de modo que tal correspondência logicamente implicaria uma tendência à complementaridade completa.

De fato, como observa Barbieri (2021a), a teoria do capital desenvolvida por Lachmann até o livro de 1956 define a primeira fase de sua carreira, em que o autor ainda partia da hipótese de que as forças de equilíbrio predominam no sistema econômico. Para Barbieri (2021a), nessa fase “Lachmann I”, são descritos os processos de aprendizado dos agentes que fazem com que seu conhecimento se aproxime, por meio de tentativa e erro, dos fundamentos reais da economia, o que promove a compatibilidade entre os elementos da estrutura de capital, ainda que tal ajuste possa ser prejudicado pelo atraso nessa transmissão de informações.

Different people have different expectations (facing the same objective reality). Hypotheses that survive the market test tend to reflect more accurately the underlying realities or fundamentals of the economy. The market process leads to the adjustment of the production plans in order to bring them in line with the reality of the plans of other producers and consumers. We can say that Lachmann I (1978: 62) believes that the equilibrating forces are greater than the disequilibrating forces with respect to the market process situated in the context studied by the theory of capital. (...) At his point in his career, Lachmann believes in the corrective properties of the price system, in spite of the awareness that factors such as information delays or price rigidities could distort the structure of production. (BARBIERI, 2021a, p. 10)

Ao detalhar a fonte dessas falhas de transmissão de informação, Lachmann ([1956] 1978b, p. 22) explica que os “especuladores”, que não meramente se ajustam às mudanças observadas, mas também buscam se antecipar a elas, acabam por induzir outros indivíduos a agir de modo diferente do que o fariam caso não houvesse nenhuma tentativa de antecipação por parte dos primeiros, criando uma cadeia de inconsistências entre planos que envolvem o emprego de bens de capital, que são repositórios de conhecimento e expectativas passados.

Assim, os problemas para o pleno funcionamento do sistema de lucros e perdas são identificados na própria fonte da existência deste, isto é, na atividade empresarial de empregar bens de capital de acordo com uma situação futura imaginada a partir de uma especulação, que, por definição, não é determinada por dados presentes. Portanto, as inconsistências são produzidas pelo mesmo sistema que supostamente as elimina.

It is evident that only a morphological theory can be expected to cope with such problems. Whether in reality an integrated capital structure, in the sense that every capital good has a function, can exist in a world of unexpected change remains to be seen. But we may say that the desire to maximize profits on existing capital goods and the obvious futility of maintaining those that cannot, either now or in the foreseeable future, be fitted into the existing structure, warrant the belief that economic action will at each moment tend in the direction of such an integrated structure, even though this may never be completed. (LACHMANN, [1956] 1978b, p. 9)

Como síntese dessa oposição entre mudança e ajuste, Lachmann ([1956] 1978b, p. 25) argumenta que a economia de mercado “tende a desenvolver instituições que atenuam a

inconsistência interpessoal e intertemporal”, sendo a adaptação do capital “mal investido” a outros usos a “contrapartida física” de tal inconsistência. A importância desse *insight* será discutida na seção seguinte, com a apresentação dos escritos do autor sobre instituições econômicas, publicados a partir da década de 1960.

Aqui, basta entender o argumento de que as instituições “criadas” pela economia de mercado protegem as forças “integradoras” das “desintegradoras” (p. 67), de modo que o critério de sucesso para a avaliação do funcionamento desse tipo de economia parece estar na medida em que ele garante a prevalência das primeiras sobre as últimas. De fato, Lachmann ([1956] 1978b) usa o exemplo da Bolsa de Valores para defender que as instituições do mercado tendem a tornar expectativas mais “consistentes” entre si (p. 71).

No caso, a referida “consistência” pode ser considerada como um termo mais abrangente, referente à manutenção de uma estrutura, mesmo sem a efetivação de uma complementaridade completa entre seus elementos. Assim, a Bolsa de Valores funcionaria como um ponto de referência comum para os planos de produção, mesmo que o sucesso de um dependa do fracasso de outro, inviabilizando uma tendência à complementaridade completa.

Três anos após consolidar sua própria teoria no “*Capital and its Structure*”, Lachmann (1959), em artigo voltado especificamente para a análise do “*Positive Theory of Capital*”, de Böhm-Bawerk, após 70 anos, identifica que o caráter dinâmico da teoria daquele autor estava restrito ao aumento do número de etapas de produção, desconsiderando-se as consequências que a heterogeneidade entre os bens de capital impõe às decisões de produção dos empresários.

A esta altura, de acordo com Lewin (1997), a principal preocupação de Lachmann era tornar a abordagem de Böhm-Bawerk mais orientada para o processo. Na interpretação de Lewin (1997), Lachmann não estava satisfeito com a ideia de que, conforme a economia se desenvolve, são adotados métodos de produção com maior “*roundaboutness*”, isto é, com mais estágios de produção, pois preferia explicar esse desenvolvimento em termos da visualização do emprego de combinações mais complexas entre bens de capital, de modo a tornar mais claro o entendimento de “uma teoria da estrutura do capital, em vez de uma do estoque de capital” (p. 526).

Apoiando-se em sua discussão anterior sobre a estrutura do capital, Lachmann (1959) fala em uma transição não suave para um novo esquema de complementaridade quando um anterior é interrompido. No caso, ao justificar a recorrência de transições de um esquema de complementaridade para outro, Lachmann (1959) parece tratar as mudanças que impedem a concretização de tais transições como exógenas ao processo de mercado, notadamente no caso

de uma inovação técnica, que propicia a entrada de novos bens de capital na estrutura e induz a saída de outros.

Por outro lado, no que parece estar se referindo a mudanças causadas pelas próprias forças de mercado, sem precisar supor uma inovação, Lachmann (1959, p. 243) observa que, como a inserção de um novo bem de capital à estrutura aumenta a produtividade de bens complementares e diminui a dos substitutos, é “questão de sorte” se a primeira ou a segunda tendência prevalece, ou seja, a mudança é endógena.

Em síntese, pode-se dizer que, no artigo em questão, Lachmann já interpreta as forças de mudança como consequência do próprio funcionamento do mercado, já que os planos dos agentes são fundamentados em expectativas autônomas. Mas, sem entrar em detalhes, o autor coloca essas forças em um nível menos relevante do que estariam as mudanças causadas por inovações técnicas, sendo que apenas estas propiciariam a eliminação de algo que poderia ser interpretado como uma mesma estrutura de capital, na qual poderia haver constantes recombinações de menor relevância.

Portanto, no fim da década de 1950, o conflito entre o caráter endógeno das forças que promovem a inconsistência na estrutura de capital de todo o sistema econômico e a hipótese de que o sistema de lucros e perdas é capaz de selecionar os agentes mais capazes de promover a tendência ao ajuste entre planos ainda não estava resolvido nos escritos de Lachmann. Foi só a partir da década de 1960, com seus escritos sobre instituições, os quais possibilitam a visualização de quatro diferentes níveis de coerência entre planos individuais, que esse problema começou a ser resolvido.

3.3. A teoria institucional de Lachmann

Apesar de não ter dedicado tantos trabalhos ao tema quanto o fez na teoria do capital, é possível identificar uma teoria institucional de Lachmann a partir de alguns de seus escritos na década de 1960 e no livro “*The Legacy of Max Weber*”, publicado em 1971. Nesse livro, Lachmann diz estar apenas reinterpretando as ideias originais de Max Weber, em vez de estar desenvolvendo ideias novas de sua própria autoria.

The history of thought is a critical enterprise. Every idea contributed in the past stands in need of frequent re-examination and reinterpretation. The more important we think an idea, the more often we shall have to do that. This certainly was Max Weber's own view. It is to be hoped that this book, which has been written to honour his memory, will be regarded as no less a tribute to his name for being part of this critical enterprise. (LACHMANN, 1971a, p. ix)

Para Vaughn (1992), no entanto, o livro em questão pode ser considerado como o esforço de Lachmann em sintetizar sua própria teoria sobre as instituições importantes para explicar o funcionamento do sistema econômico, aproveitando alguns escritos de Max Weber sobre o tema. De fato, aquele livro representa uma exposição mais bem organizada de alguns *insights* que o próprio Lachmann já havia desenvolvido no início da década de 1960, sem referências a Max Weber.

The legacy of Max Weber is an undeservedly neglected book. As the title indicates, it is not so much an explication of Weber's thought as it is an attempt to build upon some aspects of Weber's work that pertain to economic theory. Specifically, Lachmann wishes to ground Weber's use of ideal types in a theory of human action based on the notion of the plan and hence render ideal types more a theoretical than strictly historical construct. More important for our purposes, Lachmann intended to bring some coherence to Weber's widespread remarks about institutions by outlining a general theory of institutions; how they evolve and what function they serve in human social life. (VAUGHN, 1992, p. 266)

Apesar de ter começado a falar sobre o tema em 1956, no “*Capital and its Structure*”, foi só em um artigo de 1962, correspondente à transcrição de seu discurso na *Annual General Meeting of the Economic Society of South Africa*, que Lachmann estendeu a discussão sobre o papel das instituições para além do âmbito da teoria do capital. Para esse fim, Lachmann (1962) distingue três tipos de instituições: externas, internas e mistas.

De acordo com Lachmann (1962), as externas correspondem à estrutura necessária para a formação de uma economia de mercado, as internas são criadas e modificadas pelo mercado de acordo com as necessidades deste, sem afetar as instituições externas, enquanto as mistas operam dentro do mercado, como as internas, mas foram criadas fora dele, como as externas.

Usando-se aqui o mesmo exemplo a que Lachmann recorre no artigo em questão, a propriedade privada é uma instituição externa à economia de mercado, pois a própria existência desta não pode prescindir da presença daquela. Uma instituição interna pode ser identificada nas relações de trabalho, visto que os indivíduos só oferecem seus serviços laborais para outros em troca de um pagamento porque reconhecem que o fruto de tais esforços pertencem a estes. Caso não houvesse esse reconhecimento, corolário da instituição da propriedade privada, a instituição de contratos de trabalho não poderia existir.

Já a instituição mista, a que mais chama a atenção de Lachmann nesse artigo e nos trabalhos seguintes, é exemplificada na legislação que rege os contratos de trabalho. Como foi criada de forma deliberada, tal instituição não é interna, mas, como também não é uma condição para que exista uma economia de mercado, não é externa. Além da legislação formal, Lachmann (1962) dá a entender que costumes ou crenças generalizadas, como a inflexibilidade para baixo dos salários nominais, podem funcionar como instituições mistas.

With us it has become almost an article of faith (the more strongly held for being unwritten) that wage rates may rise but must never fall. Hence prices, except in the case of higher productivity, may rise but must never fall. Industrial prices are no longer fixed in the market by demand and supply. They are fixed by producers and have become "administered prices." The knowledge that these administered prices can and will be adjusted soon after another round of wage increases has been granted by the employers, is ever present in the minds of the wage bargainers. The whole wage and price movement has become a movement in one direction. Wages and prices are flexible upwards but rigid downwards. A price rise, once it has occurred, can practically never be reversed again. I am inclined to regard this as about the most important single economic fact of our world. In addition, the annual demand for a further "round" of wage increases has assumed the character of a social ritual which the economist cannot ignore. (LACHMANN, 1962, pp. 182-183)

Nesse primeiro esboço de sua teoria institucional, quando Lachmann (1962) condiciona a existência de instituições internas às necessidades do mercado, fica claro que ele está se referindo apenas às que são consequências não intencionais da ação humana, ou seja, às que os indivíduos só passam a entender, se é que o fazem, apenas depois de elas existirem.

No entanto, não fica claro, em Lachmann (1962), se uma instituição mista, deliberadamente criada para servir a algum propósito na economia, pode operar sem causar problemas nas internas e externas existentes, visto que o exemplo que o autor usa para ilustrar seu argumento, o conjunto de instituições mistas ligadas à barganha salarial coletiva, seja a legislação formal ou um "artigo de fé" (p. 182), refere-se a um caso em que, a seu ver, a economia de mercado, definida por certas instituições externas e consolidada a partir das instituições internas que cria, é prejudicada por um "negócio traiçoeiro" (p. 180).

Já no ano seguinte, em um artigo bem semelhante, até mesmo na preocupação com a inflexibilidade para baixo dos salários monetários, Lachmann trata do conceito de "ordem econômica" e sua relação com as instituições. No caso, Lachmann (1963a, p. 63) diz que as instituições são "necessárias para coordenar as ações de milhões de pessoas", servindo como "pontos de referência" ao "objetivar" para os indivíduos "as ações de seus semelhantes, cujos planos, intenções e motivos individuais não podem conhecer".

Fica aparente nesses trechos a impressão de que, ao se referir ao efeito produzido pela economia de mercado sobre os planos dos agentes, o autor usa o termo "coordenar" em um sentido distinto do de "equilibrar", que seria um ajuste perfeito entre os planos. Observa-se, então, que, nos dois artigos, Lachmann tem a intenção de considerar o contexto mais amplo em que ocorrem as ações provenientes de planos separados na ordem inteligível da "economia de mercado".

Assim, Lachmann (1963a, p. 65) define o problema de se entender a "coerência da ordem econômica" como consistindo em identificar quais instituições são adequadas à

economia de mercado e em que condições as “forças inerentes” a tal ordem podem eliminar as inadequadas. A partir disso, de modo semelhante ao artigo anterior, Lachmann (1963a) distingue entre instituições necessárias para a existência do mercado (externas) e instituições criadas pelo mercado (internas), que têm “seus surgimento, mudança e declínio” como “sintomas de adaptação” (p. 67).

O problema de maior interesse para Lachmann (1963a) é, novamente, o que não se encaixa em nenhum dos dois casos, mas que, desta vez, em vez de “mistas”, ele chama de “neutras” (p. 68). Essa mudança de terminologia pode ser entendida a partir da observação de que, no artigo de 1962, o objetivo era discorrer sobre um tipo específico de instituição, as relacionadas à determinação dos salários por barganhas coletivas, que ele criticou convictamente. Agora, embora cite o mesmo exemplo e com o mesmo tom de reprovação, Lachmann (1963a) ressalta que esse terceiro grupo de instituições pode ser, em outros casos, “de considerável importância para a economia de mercado” (p. 69).

Nesse sentido, de modo distinto à lógica que aplica às instituições internas, Lachmann (1963a, pp. 67-68) observa que a adequação de uma instituição neutra não pode ser identificada a partir de um “critério claro e inequívoco”, pois pode “atender a uma exigência do mercado, mas não a outra” ou “atender a todas as exigências em um determinado momento, mas, no longo prazo, levar à paralisia das forças de mercado”.

Ainda em 1963, na mesma ocasião do artigo de 1962 - discurso na *Annual General Meeting of the Economic Society of South Africa* -, Lachmann (1963b) trata de uma instituição “neutra” ou “mista”, apesar de não usar esses termos no artigo em questão, possivelmente benéfica para promover uma tendência ao equilíbrio entre planos de produção, uma espécie de planejamento econômico baseado na divulgação de matrizes insumo-produto, chamado de “*Economic Budgeting*”.

No decorrer de seus argumentos, Lachmann (1963b) já não se mostra mais tão preocupado com as demandas que poderiam inviabilizar a continuidade da ordem econômica existente e, ao invés disso, identifica limitações dessa ordem e se mostra disposto a discutir maneiras de melhorá-la.

Os argumentos sobre instituições esboçados nesses três artigos foram reelaborados no livro “*The Legacy of Max Weber*” (Lachmann, 1971a), mas com os termos “externas” e “internas” muitas vezes substituídos, aparentemente sem mudança de sentido, por “fundamentais” e “secundárias”, respectivamente.

No entanto, como Lachmann (1971a) não diz nada sobre a possibilidade de as secundárias serem criadas de forma deliberada, é possível entender que ele passou a buscar uma explicação sobre as mudanças institucionais capazes de alterar um ambiente anteriormente favorável às demais instituições existentes sem precisar distinguir as deliberadamente criadas das que resultam de forma não designada da interação entre planos, isto é, entre instituições internas e neutras (mistas). Por outro lado, quando caracteriza a “instituição legal” como de um tipo distinto em relação à interna e à externa, Lachmann (1971a) parece ainda conferir importância a tal distinção²⁹.

No livro em questão, Lachmann (1971a, p. 13) argumenta que a ordem institucional é durável, enquanto as instituições são, em diferentes graus, flexíveis, de modo que novas instituições, em parte, substituem as existentes e, em parte, “preenchem as lacunas” (p. 51) entre outras instituições na ordem em questão.

Como observam Barbieri (2021b) e Lewin (1994), o argumento acima permite a observação de paralelos entre a teoria institucional e a teoria do capital de Lachmann, já que a ideia de diferentes graus de “flexibilidade” das instituições corresponde à de diferentes graus de “versatilidade”³⁰ de bens de capital, enquanto a complementaridade entre instituições que preenchem as lacunas umas das outras como condição de existência para uma ordem corresponde à complementaridade entre bens de capital como condição para existência de uma estrutura.

As in the theory of capital, the institutional structure must combine both the permanence of its elements and the coherence between them, as well as some flexibility, since the institution-led action plans extend into the future in a constantly changing world. (...) The process of institutional change, faced with the dilemma between permanence/coherence and flexibility, is characterized by a gradual change in order to fulfill its role as guide for action. At the same time, the existence of norms guaranteeing a wide sphere of contractual freedom is necessary for the existence of the process of experimentation, which results in spontaneous institutions that change more frequently. At the same time, there must be a set of few immutable external institutions, complementary to the former, which provide the basis for their development. (BARBIERI, 2021b, pp. 296-297)

It is this compromise of stability and flexibility that is responsible for the dynamism of the market system. Just as there is a "structure" of capital, so there is an institutional structure whose

²⁹ Em uma passagem do livro (p. 57), Lachmann menciona a distinção feita por Carl Menger entre instituições “orgânicas” e “pragmáticas”, estranhamente sem notar que esta correspondia à sua própria distinção anterior (1962, 1963a) entre instituições “internas” e “neutras” (ou “mistas”), à qual ele deixou de fazer nesse livro. Na publicação em questão, Lachmann só fala em instituições fundamentais (externas), instituições secundárias (internas) e o “sistema legal”, sendo este último composto por instituições que não são externas nem internas. O interesse maior de Lachmann nesse livro passou a ser a análise das propriedades de flexibilidade e permanência entre instituições e de como umas se relacionam com as outras na ordem institucional, independentemente de terem sido ou não criadas de forma deliberada.

³⁰ Ver Lachmann (1947, p. 113).

basic order remains even while its individual elements (some designed, most spontaneous) change. Freedom of contract is an important unchanging element of this structure. (LEWIN, 1994, p. 20)

Além disso, a discussão, bastante presente no mesmo livro, sobre a mudança de função de certas instituições é análoga aos “fósseis” representados por bens de capital duráveis, que acabam sendo empregados em usos diferentes do que aqueles originalmente previstos. De fato, Lachmann (1971a) compara instituições que serviam a certos propósitos no passado a prédios antigos que assumem usos diferentes dos que tinham na época em que foram construídos. A diferença, no caso, é que um bem de capital sempre é o produto de um ato consciente de um empresário, que o insere em seu plano, enquanto a instituição não precisa ser conhecida pelo agente que a utiliza como mapa de orientação para seu plano.

In every society we shall therefore at any moment find institutions belonging to different historical 'strata', some of which were originally devised for purposes very different from those for which they are presently used, and which nevertheless together form a coherent pattern—a pattern which, however, will not last. As the present lay-out of an old town (in which we find buildings erected over many centuries and built in many different styles) owes no less to the ingenuity of its present users than to the genius of the original architects who had probably designed its buildings for entirely different purposes, so the present pattern of the institutional order owes no less to the ingenuity of present users of these institutions than to that of their originators. Institutions change less as a result of 'changing circumstances' than as a result of human action designed to meet change. (LACHMANN, 1971a, pp. 78-79)

Assim, combinando as forças antagônicas de permanência e flexibilidade, a teoria institucional de Lachmann esboçada nos citados artigos da década de 1960 e mais bem desenvolvida no livro “*The Legacy of Max Weber*”, de 1971, permite a visualização de um todo coerente, chamado de “economia de mercado”, definido por instituições fundamentais (externas), como a propriedade privada, mas que não deixa de sofrer constantes mudanças nos elementos que o compõem, isto é, suas instituições secundárias (internas e neutras). Na seção seguinte, essa combinação é associada aos quatro níveis de coerência entre planos individuais identificáveis, ainda que não explicitamente, nos escritos de Lachmann.

3.4. Os hipotéticos quatro níveis de coerência entre planos

Nesta seção, argumenta-se que é na teoria institucional de Lachmann que se situa a fonte da proposta do presente ensaio de desenvolver uma diferenciação explícita entre os quatro níveis de coerência entre planos individuais (equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem), entendida aqui como implícita em diferentes publicações do autor.

Para Vaughn ([1994] 1998, p. 155), no livro “*The Legacy of Max Weber*” (Lachmann, 1971a), “a ordem pode ser explicada sem recurso a construções de equilíbrio geral”. Assim, o conceito de “ordem” pode ser entendido como um todo coerente em que não há a necessidade de perfeita compatibilidade entre planos de produção e consumo em todo o sistema econômico. Na leitura de Vaughn, então, Lachmann “aborda o problema (...) que a economia Neoclássica tenta resolver com um teoria de equilíbrio geral, mas em um diferente nível de organização social” (*ibid.*, p. 156).

Essa ideia de “diferente nível” será usada na presente seção a partir dos diferentes tipos de instituição que Lachmann enumera em seus artigos da década de 1960 e no mencionado livro de 1971. Nesse período, em algumas oportunidades, Lachmann mostrou alguma dificuldade em esclarecer por que sua rejeição à análise de equilíbrio não se aplicava à coordenação promovida por instituições como a Bolsa de Valores, a qual ele elogiava por trazer consistência a expectativas diferentes, como ilustram os dois trechos quase consecutivos nas citações a seguir.

In the first place, there is, in a market economy, a Stock Exchange, a market for future yield streams, in which expectations are brought into consistency every day and a price reflecting the balance of such expectations is struck. And since the Stock Exchange is also, in every reasonably developed economy, the central market for existing capital goods, or titles to them, we can say that expectations pertaining to the whole economy are here coordinated without a necessary lag. In fact, if the classical notion of a uniform rate of profit, the corollary of the assumption of capital homogeneity, is to retain any significance at all in the real world, it is only on the Stock Exchange, where a uniform rate of yield is produced every day by the price changes of existing assets, that we can really speak of it. (LACHMANN, 1966c, p. 246)

Lastly, we should remember that equilibrium analysis, and indeed all formal analysis couched in terms of functional relationships, is neither the beginning nor the end of economic theory. When confronted with a disequilibrium situation, we certainly have to assume that each individual seeks to attain a (flow and stock) equilibrium. But these individual equilibria may not be compatible with one another and therefore be unattainable. Economists will have to learn to live with, and give an intelligible account of, circumstances which have no determinate outcome. (LACHMANN, 1966c, p. 247)

Assim, nesse estágio, a rejeição convicta de Lachmann era à existência de uma tendência a um estado de equilíbrio no sistema como um todo, mas não necessariamente à ocorrência de tal fenômeno em certos mercados cujas instituições permitissem que as expectativas fossem diariamente “trazidas à consistência”. Em outro artigo publicado no mesmo ano, Lachmann (1966a) vai além do caso específico da Bolsa de Valores, e diz explicitamente que, “em certa medida”, as instituições são capazes de “coordenar planos individuais”.

Economic agents orient themselves to plans. There is no parallel for this in the study of the physical world. But to what facts do the planners orient themselves when making their plans?

Partly to natural data, and partly to the actual or expected actions of other people. But there also are certain superindividual schemes of thought, namely, institutions, to which the schemes of thought of the first order, the plans, must be oriented, and which serve therefore, to some extent, the coordination of individual plans. They constitute, we may say, "interpersonal orientation tables," schemes of thought of the second order. To them praxeology, for which until now the plan and its structure have understandably occupied the foreground of interest, will increasingly have to turn in time to come. (LACHMANN, 1966a, p. 62)

A questão é se, nesse caso, o termo “coordenação” deve ser entendido como tendência ao equilíbrio interindividual, isto é, como uma aproximação a um estado em que todos os aspectos de todos os planos de produção e consumo sejam compatíveis uns com os outros³¹ e que não haja fatores de produção empregados em um plano que seriam mais produtivos caso estivessem em outro. Optando-se aqui por diferenciar esses dois conceitos, a coordenação passa a ser um nível de coerência em que as recorrentes revisões de expectativas que sustentam tais planos não impeçam que estas continuem voltadas ao mesmo ponto de orientação.

It cannot be expected, to be sure, that at any one time the market process should have succeeded in securing complete coordination of decisions concerning methods of production. Inevitably, at any one time, certain processes of production will be carried on using resources some units of which could be used more valuably in other production processes. So long as the market is competitive, however, the existence of such opportunities for increased efficiency will tend to be discovered and exploited by profit-seeking entrepreneurs. The market process will constantly tend to rearrange and reshuffle the allocation of productive resources so as to conform more closely with the most recent changes in the patterns of available resources and consumer preferences. (KIRZNER, 1963, p. 40)

Assim, Lachmann (1966a; 1966c) não usa termo “coordenação” da mesma forma que normalmente se verifica em trabalhos identificados com a posição Austríaca padrão, visto que aquela palavra logo passaria a ser tipicamente usada no contexto da tendência ao equilíbrio interindividual, isto é, na compatibilização de diferentes planos na sociedade, promovida por uma atividade lucrativa.

Each such entrepreneurial step— the abandoning by prospective buyers (sellers) of unrealistically low (high) buying (selling) offers, the initiation of offers to buy (sell) that were hitherto thought to be unrealistically unattractive to sellers (buyers) — is a replacement of plans that were revealed as more or less discordant by plans which, it is now believed, will be more completely coordinated. (KIRZNER, 1973, p. 221)

Portanto, a “coordenação”, nos escritos de Lachmann, representa um nível de coerência diferente, promovido pelas instituições secundárias, na condição de “esquemas de orientação de segunda ordem”, e não o equilíbrio interindividual. Nessa lógica, o mercado não pode ser analisado a partir de uma tendência para o equilíbrio entre diferentes planos, pois o próprio processo é fundado na indeterminação das expectativas usadas na formulação destes.

³¹ Essa primeira possibilidade é facilmente associada à posição de Israel Kirzner. Ver Kirzner (1963) e Kirzner (1973).

A partir disso, propõe-se aqui que os escritos de Lachmann a partir da década de 1960 sobre coerência de planos individuais em uma economia de mercado sejam entendidos em termos de quatro níveis básicos de análise. Por definição, no primeiro, o individual, a tendência ao equilíbrio ocorre sempre que um agente age racionalmente, isto é, formula um plano que seleciona um meio coerente para atingir ao fim que busca.

A ponte que liga esse primeiro nível ao segundo é o fato de que, a cada momento, cada agente formula seus planos sem conhecer os dos demais agentes. Assim, a caracterização do segundo nível de coerência entre planos, o equilíbrio interindividual, pode ser identificado nas diversas oportunidades, notadamente após a exposição de sua teoria institucional no livro de 1971, em que Lachmann questiona se o conceito de “equilíbrio geral”, isto é, no sistema como um todo, realmente pode ser útil para descrever o processo em que diferentes planos são formulados e revisados.

The notion of general equilibrium is to be abandoned, but that of individual equilibrium is to be retained at all costs. It is simply tantamount to rational action. Without it we should lose our "sense of direction." The market process consists of a sequence of individual interactions, each denoting the encounter (and sometimes collision) of a number of plans, which, while coherent individually and reflecting the individual equilibrium of the actor, are incoherent as a group. The process would not go on otherwise. (LACHMANN, 1976c, p. 131)

Assim, no nível do equilíbrio interindividual, todos os planos de todos os agentes são consistentes entre si, ou seja, a realização de cada um deles não implica a frustração de nenhum dos demais. No caso, Lachmann é bem claro ao defender que não existe sequer uma tendência a esse estado, chegando a declarar a “superioridade” das forças desequilibradoras, sugerindo que a continuidade do processo seria interrompida se as equilibradoras fossem maiores.

If, with Mises, we reject the notion of general equilibrium, but, on the other hand, do not deny the operation of equilibrating forces in markets and between markets, we naturally have to account for those disequilibrating forces which prevent equilibrium from being reached. In other words, to explain the continuous nature of the market process is the same thing as to explain the superior strength of the forces of disequilibrium. The market process is kept in permanent motion, and equilibrating forces are being checked, by the occurrence of unexpected change and the inconsistency of human plans. (...) Equilibrium in one market may be upset when the repercussions of the equilibrating adjustments in other markets reach it. There is therefore no reason why the effects of such inter-market repercussions must always on balance be equilibrating. (LACHMANN, 1971b, pp. 190-191)

A partir da citação acima, entendendo-se que os próprios ajustes de equilíbrio em um mercado podem perturbar o processo equilibrador de outro mercado, é possível rejeitar qualquer suposição de tendência ao equilíbrio interindividual sem precisar supor que a passagem do tempo, como se fosse algo separado do processo de mercado, tenha “trazido”, por assim dizer, um elemento exógeno de incoerência ao ajuste entre planos. Portanto, nessa visão,

é a ausência de sincronia nos ajustes efetuados a partir das interpretações dos sinais de mercado, manifestada com, mas não causada por, a passagem do tempo, a verdadeira fonte das recorrentes frustrações de planos.

Observando-se o ano da mesma citação, é possível localizar esse período entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 como o em que Lachmann consolidou sua posição de rejeição convicta à tendência sistemática ao equilíbrio entre planos na economia de mercado. Em 1966, por exemplo, Lachmann, ao admitir que a competição reduz as diferenças entre preços e custos, faz uma associação clara entre forças competitivas e tendência ao equilíbrio do sistema como um todo, apenas manifestando um ceticismo a respeito da possibilidade de que, na maior parte do tempo, tais forças superem as de mudança, como se estas fossem necessariamente exógenas ao processo de mercado.

Without price-cost differences no competition can exist in the sense of activity directed toward increasing one's share of the market. On the other hand, competition constantly diminishes these differences. For formalism this means that "ultimately" prices will everywhere be equal to costs. With regard to the actual market economy such a statement is meaningless; for reaching such a final stage simply means that the process of competition consisting of the two phases has come to a standstill. The continual emergence of new combinations with temporary profit possibilities in the first phase alone gives meaning to the leveling process of the second phase³². (LACHMANN, 1966a, p. 126)

Uma posição claramente diferente dessa pode ser encontrada 10 anos depois, quando o autor contestou claramente a equivalência entre as distinções entre forças exógenas e endógenas e entre forças de mudança e de equilíbrio. No caso, Lachmann (1976c) critica a posição, que ele identificava entre seus próprios colegas identificados com a tradição Austríaca, que associa a continuidade do processo de mercado a mudanças inesperadas, caracterizando as forças que direcionam o sistema a um ponto final de repouso, sem considerar as mudanças no conhecimento associadas ao processo³³.

What keeps the market process in perpetual motion? Why does it never end, denoting the final state of equilibrium of our system? If Austrian economists answered by saying, "Something unexpected always happens," they would be accused of vagueness and reminded that only perpetual "changes in data" could have this effect. An attempt to show that continuous autonomous changes in demand or supply do account for the permanent character of the market process would involve a drawn-out discussion of the effects of ever-changing patterns of knowledge on the conduct of consumers and producers, a discussion in which Austrian economists would be at a serious disadvantage without prior elucidation of the term knowledge. (LACHMANN, 1976c, p. 127)

³² As duas fases citadas nesse trecho são "inovação" e "imitação", cuja menção consiste em uma aprovação, explicitamente manifesta, por parte de Lachmann à teoria empresarial de Joseph Schumpeter, que consiste na suposição de que a competição promove uma tendência ao equilíbrio geral e que a inovação perturba essa trajetória. Tal conclusão tornar-se-ia incompatível com a ideia de que o próprio ajuste em um mercado pode perturbar o que ocorre em outro.

³³ Para Barbieri (2021a), essa mudança consolida a transição da fase Lachmann I, em que o autor não rejeita o conceito Austríaco de equilíbrio, para a Lachmann II, na qual ele passa a rejeitar.

No terceiro nível de análise de coerência na economia de mercado, defendido neste trabalho como pertinente ao entendimento dos escritos de Lachmann, está a possibilidade de, entre planos orientados por uma mesma instituição, observar-se uma “coordenação”, termo que, como já explicado anteriormente, passaria a ser usado por outros autores na tradição Austríaca no mesmo sentido de “equilíbrio interindividual”.

Nesse contexto, uma tentativa interessante de desfazer essa ambiguidade foi o conceito chamado por O’Driscoll, Jr. e Rizzo ([1985] 1996, p. 11)³⁴ de “coordenação de padrões”. No caso, ao usarem o qualificador “de padrões”, O’Driscoll, Jr. e Rizzo ([1985] 1996) buscam se diferenciar do sentido de equilíbrio interindividual que esse termo passou a ter na tradição Austríaca e manter a contestação de Lachmann à suposição de tendência a um estado coerente entre todos os aspectos de todos os planos individuais, o que corresponderia ao que se considera aqui o segundo nível de análise de coerência de planos individuais.

Mais especificamente, O’Driscoll, Jr. e Rizzo ([1985] 1996, p. xxviii) argumentam que “padrões repetidos fazem com que rotinas de resolução de problemas sejam bem-sucedidas mesmo quando seu conteúdo não é previsto”. O que chama a atenção nesses trechos é que, ainda que os autores não mencionem isso, o termo “padrões” parece estar definido de maneira condizente com as instituições “secundárias” (Lachmann, 1971a), isto é, aos pontos de orientação que operam dentro do processo de mercado, mas não são condições para que este exista. De fato, em um exemplo no livro, os autores recorrem a uma universidade como a instituição em questão.

Consider, as an illustration, Professors A and B, who teach in the same department and who plan to discuss their forthcoming jointly authored book. Their plans are coordinated with respect to the typical features of their activities if, for example, each expects the other to be in his office on the day he actually plans to be there. Since neither has decided his position on the book’s central concern beforehand, the contents of their discussions can be seen as the unique feature. What they will say depends on the “insights” that will arise only in the course of conversation. These insights are surely time-dependent. The plans of A and B are coordinated, therefore, in the sense that each will come into the office on the proper day and at the proper time, but they are not coordinated in the sense that each has planned what to say to the other. There is an openness to their plans that allows for spontaneity or novelty. This is a pattern coordination. (O’DRISCOLL e RIZZO, [1985] 1996, p. 86)

Além disso, O’Driscoll, Jr. e Rizzo [1985] (1996) também observam que as tendências de desequilíbrio interpessoal no sistema não são exógenas, visto que o próprio ajuste produz erros que prejudicam o equilíbrio, reproduzindo com sucesso a rejeição apresentada por

³⁴ O livro em questão, publicado originalmente em 1985, foi dedicado pelos autores justamente a Lachmann, cujos escritos eles reconheceram como grande inspiração para muitas das ideias propostas no livro.

Lachmann (1976c) à associação entre forças de desequilíbrio e forças exógenas ao mercado, e justificando a própria existência de instituições, que não teriam função caso as forças de equilíbrio fossem as únicas existentes.

Today many, if not all, Austrians accept the importance of disequilibrating tendencies in markets (...). These tendencies are not simply the result of changes in the exogenous data but emanate from the source of equilibrating behavior, that is, the indeterminate or creative response to perceived profit opportunities. (...) The very process of adjustment—or rather attempted adjustment—will produce errors that undermine equilibration. If this were not the case and if only systematic equilibrating tendencies existed, then money and, more generally, market institutions would tend to disappear (...). Since data changes would then be the only reason for the continuance of institutions, we should expect them to be relatively unimportant in stationary or traditional societies. In fact, just the opposite is the case. (O'DRISCOLL e RIZZO, [1985] 1996, p. xx)

Também de modo condizente com a interpretação dos argumentos de Lachmann (1962; 1963a; 1971a) que se desenvolve no presente trabalho sobre as interações entre diferentes tipos de instituições, O'Driscoll, Jr. e Rizzo ([1985] 1996, p. 40) questionam a visão, associada a Hayek³⁵, que chamam de “processo Darwiniano vago” sobre um suposto mecanismo de seleção, adaptação e sobrevivência que garantiria que instituições “inferiores” fossem recorrentemente eliminadas em benefício da permanência das “superiores”.

De acordo com O'Driscoll, Jr. e Rizzo ([1985] 1996, p. 40), tal visão desconsidera o fenômeno da “indivisibilidade”, por meio do qual certas instituições podem estar “combinadas” com outras, de modo que a eliminação das últimas pode implicar a das primeiras. Claramente, esse argumento se aplica à observação de Lachmann (1963a, pp. 67-68) sobre a impossibilidade de se observar uma adequação de uma instituição neutra a partir de um “critério claro e inequívoco” sobre as “exigências do mercado”.

De volta aos escritos de Lachmann sobre as propriedades antagônicas de “permanência” e “flexibilidade” das instituições, defende-se aqui que a primeira é responsável pela coordenação entre planos orientados pelas mesmas instituições, enquanto a última impede que eles possam se manter coordenados indefinidamente.

Já o quarto e mais alto nível de coerência entre planos, a ordem³⁶ econômica, é considerado o mais permanente, já que é definido pela capacidade de as instituições

³⁵ Os autores não dizem exatamente a qual trecho do Volume I do livro “*Law, Legislation and Liberty*” de Hayek, publicado em 1973, se referem, apenas reprovando a associação entre rotinas de ação e adaptação ao ambiente como a explicação para todos os casos de formação de instituições.

³⁶ O termo “ordem” é usado por Lachmann de forma que permite o entendimento de algo mais amplo que a ordem “espontânea” descrita por Hayek ([1968] 2002, p. 14), por exemplo. Lachmann não se limita a descrever a ordem como o resultado não intencional de ações individuais, como são as instituições internas. Instituições fundamentais (externas), como a propriedade privada, podem ser consideradas como deliberadamente criadas, apesar de Lachmann não entrar nesse mérito. No “*The Legacy of Max Weber*”, Lachmann (1971a) mostra algumas ressalvas à explicação baseada em instituições apenas “orgânicas”, à la Carl Menger, por dar brechas a um estilo de

fundamentais de uma sociedade servirem de pontos comuns de orientação para os indivíduos, ainda que as instituições secundárias sofram transformações.

No caso, a interpretação aqui defendida para o esquema conceitual desenvolvido por Lachmann necessita da suposição de que uma ordem econômica bem identificada constitui uma espécie de estado “normal” do processo de mercado, pois, na maior parte do tempo, as instituições fundamentais se mantêm intactas, enquanto as secundárias são constantemente testadas de acordo com sua adequação umas com as outras e com as fundamentais.

No entanto, mesmo as instituições fundamentais podem ser extintas ou transformadas pelos movimentos das secundárias. De acordo com Lachmann (1971a, pp. 82-83), “é sempre possível que a lenta evolução de algumas instituições (...) gradualmente leve ao que podemos chamar de ‘deformação do espaço social’”, de forma que “a coerência e a permanência da ordem social existente venham a ser comprometidas”.

No caso específico da Bolsa de Valores, observa-se um exemplo típico de instituição secundária que se encaixa nas lacunas deixadas pelas instituições fundamentais da ordem vigente, uma vez que, ao estabelecer uma coordenação entre expectativas divergentes de agentes otimistas (*bulls*) e pessimistas (*bears*), ela coordena planos de diferentes indivíduos, mas não no sentido de que promover a aproximação a um estado em que nenhum deles seja frustrado. Ao contrário, a contínua revisão de planos é da própria essência do contínuo funcionamento da Bolsa de Valores, sendo a permanência da divergência de expectativas entre os dois mencionados grupos uma condição para isso.

Expectations always differ between men. In a market economy there is a central market for shares in capital combinations, the Stock Exchange, in which the prices of these shares, governed by a balance of expectations between 'bulls' and 'bears', is fixed anew every day. As this balance of expectations tilts from day to day, so do prices. (LACHMANN, 1973b, p. 52)

Por sua vez, no caso das instituições associadas à “inflexibilidade para baixo dos salários monetários”, citadas por Lachmann (1962; 1963a), exemplifica-se o modo como uma instituição secundária pode, a partir de seu efeito sobre as fundamentais, mudar a ordem até então identificada como “economia de mercado”, isto é, o quarto nível de coerência entre planos. Sobre tal possibilidade, destaca-se o modo como Lachmann (1963a, p. 77) lamenta que o próprio reconhecimento de se viver uma “época de progresso jamais sonhado” faça com que

pensamento determinístico e notou que essa era justamente a ressalva de Weber. Tal distanciamento em relação a Menger permite visualizar algo semelhante em relação à ordem “espontânea” de Hayek, mas isso também nunca foi explicitamente enunciado por Lachmann.

se criem “demandas utópicas”, concretizadas na criação de instituições contrárias “à continuidade da ordem econômica que torna possível esse progresso”³⁷.

Em suma, os quatro níveis de análise de coerência entre planos são equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem. O equilíbrio individual se refere à situação em que um indivíduo consegue atingir o objetivo previamente estabelecido em seus planos, independentemente do que ocorre com os planos de outros indivíduos. O equilíbrio interindividual se refere à situação em que nenhum dos planos de qualquer indivíduo em determinado mercado precisa ser revisado em decorrência da realização dos demais, isto é, nenhum plano tem seu sucesso condicionado ao fracasso de qualquer outro.

A coordenação se refere a um cenário em que uma instituição se mantém como o ponto de orientação para planos de diferentes indivíduos, ainda que, ao longo do tempo, alguns desses planos sejam frustrados. O importante, no caso, é que mesmo os planos frustrados continuem a ser orientados pela mesma instituição em questão, sendo a Bolsa de Valores o exemplo mais citado nos escritos de Lachmann. Por fim, a visualização da ordem pressupõe a permanência das instituições fundamentais, mais permanentes, para o funcionamento normal de uma sociedade, ainda que as instituições secundárias, mais flexíveis, deixem de existir ou passem a desempenhar outras funções.

3.5. Considerações Finais

No presente ensaio, a divisão das três seções em ordem temática e temporal permite a visualização da evolução do pensamento de Lachmann entre as décadas de 1930 e 1970 no que diz respeito à coerência do sistema econômico como um todo e à suposta tendência sistemática ao equilíbrio interindividual, em particular.

Em sua teoria do capital, desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1950, Lachmann claramente manifesta sua crença nas forças que promovem uma tendência ao equilíbrio interindividual, mas não deixava de reconhecer que os problemas no ajuste a mudanças podem

³⁷ Nesse exemplo, Lachmann não dá detalhes de como tais instituições poderiam prejudicar a continuidade da ordem econômica identificada como “economia de mercado” e fundamentada na propriedade privada. Nesse sentido, é possível imaginar uma explicação sobre a dinâmica do intervencionismo, *à la* Mises (1977, pp. 105-106), sobre como os entraves institucionais à livre negociação salarial causaria efeitos como desemprego ou inflação, que demandariam novas intervenções, como controle de preços, até um ponto que o próprio conceito de “propriedade privada” deixe de fazer sentido e todos os bens de capital passem a ser propriedade do Estado, completando a transição da economia de mercado para uma economia socialista.

desencadear outras mudanças, seja por atraso na transmissão de informações ou devido ao efeito sobre as expectativas.

Os problemas em questão refletem a preocupação de Lachmann com o que, só a partir da década de 1970, ele viria a chamar de subjetivismo “radical” ou das “mentes ativas”, isto é, com a extensão do subjetivismo das preferências e dos fins buscados para a interpretação e as expectativas, de modo que os agentes responsáveis pela formulação de planos envolvendo o emprego dos bens de capital, isto é, os empresários, não é determinada pelos registros exatos de lucro e perda passados.

Como tais registros devem passar pelo “filtro da mente” do empresário, que pode imaginar um futuro diferente do presente, e, em seu caráter de especulador, busca se antecipar a decisões de outros empresários, não há garantia de que o futuro será igual ao passado, de modo que os planos que geraram lucros no passado não necessariamente continuarão a gerar no futuro. Da mesma forma, como a substituição de um bem de capital “destrói um conjunto de complementaridade e cria outro”, há a possibilidade de o ajuste ao novo conjunto não ocorrer antes de novas substituições surgirem e de a própria expectativa sobre mudanças nessas relações de complementaridade e substitutibilidade gerar novas mudanças.

Mesmo assim, como Lachmann ainda acreditava que o sistema de lucros e perdas promovia uma tendência sistemática à complementaridade completa da estrutura do capital, o que corresponde a um equilíbrio entre planos de produção, sua teoria institucional pode ser considerada como uma tentativa de resolver as ambiguidades sobre mudança e coerência na teoria do capital.

Até o “*Capital and its Structure*”, publicado em 1956, Lachmann desenvolvia sua análise dos efeitos das interações entre planos individuais sem referência às instituições. Naquele livro, o autor menciona pela primeira vez as instituições “criadas” pelo mercado, como forma de justificar a coerência, isto é, a tendência ao equilíbrio. Já na década de 1960, as interações entre diferentes tipos de instituições, principalmente as neutras (mistas) são descritas como possível fonte de perturbação na antes dada como certa coerência da ordem econômica.

Com a distinção entre instituições fundamentais e secundárias no livro “*The Legacy of Max Weber*”, publicado em 1971, Lachmann consolida a conciliação entre mudança e coerência, buscada, pelo menos, desde o livro de 1956, em que as instituições são mencionadas de forma mais genérica.

No livro de 1971, Lachmann recorre a um esquema semelhante ao da estrutura do capital, com diferentes graus de flexibilidade ou versatilidade entre seus elementos, mas, no

caso da teoria institucional, não precisou mais considerar uma tendência sistemática a um hipotético estado de perfeito ajuste entre tais elementos, que era a complementaridade completa na teoria do capital. Na teoria institucional, a garantia da ordem é propiciada por um elemento externo, as instituições fundamentais, enquanto, na teoria do capital, a tendência à integração é associada ao funcionamento do sistema de lucros e perdas, que derivam dos próprios desajustes que deveriam eliminar.

A partir do reconhecimento da importância das instituições na economia, Lachmann pôde deslocar o fundamento da análise do funcionamento do processo de mercado, anteriormente centrado nos esquemas de pensamento de primeira ordem, isto é, os planos, para os esquemas de pensamento de segunda ordem, isto é, as instituições. Como a referida segunda ordem tem dois níveis distintos (instituições secundárias e fundamentais), os níveis de análise de coerência de planos individuais pôde ser estendido dos dois mais básicos (equilíbrio individual e interindividual) para outros dois mais complexos (coordenação e ordem).

Assim, a identificação dos quatro hipotéticos níveis de coerência implícitos nos escritos de Lachmann a partir da década de 1960 é importante para entender sua diferenciação em relação a padrão da Escola Austríaca até então, notadamente em relação ao segundo nível, o do equilíbrio interindividual, a cuja concretização era atribuída uma tendência sistemática.

4. LACHMANN E A CONTROVÉRSIA SOBRE A TENDÊNCIA AO EQUILÍBRIO INTERINDIVIDUAL: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE SUAS CARTAS A KIRZNER.

4.1. Introdução

A partir da década de 1970, a explicitação das diferentes posições de Ludwig Lachmann e Israel Kirzner, a respeito da possibilidade de se caracterizar uma tendência sistemática ao equilíbrio interindividual promovida pela atividade empresarial, marcou uma geração inteira de economistas identificados com a tradição Austríaca nos Estados Unidos. No presente ensaio, analisa-se o modo como Lachmann rejeita o uso do conceito de “equilíbrio” como um centro de gravidade em torno do qual o processo de mercado haveria de orbitar e como isso gerou uma longa e não resolvida controvérsia com Kirzner.

Nas próximas seções, apresentam-se as diferentes caracterizações de Lachmann e Kirzner sobre a atividade empresarial, identificando-se nesse ponto a fonte de suas diferentes conclusões sobre a existência de uma tendência sistemática ao equilíbrio no processo de mercado. Na seção 2, os primeiros escritos de Lachmann sobre a atividade empresarial são identificados em seus trabalhos mais amplos sobre a teoria do capital, nas décadas de 1940 e 1950, nos quais o empresário é descrito como o agente responsável por interpretar as relações de complementaridade e substitutibilidade entre bens de capital, visando especificar os usos de novos elementos ou a mudança de usos nos que já estão inseridos na estrutura de capital.

Nesse contexto, a forma com que Lachmann descrevia a atividade empresarial já era fortemente baseada no elemento das “expectativas”, que, no contexto do que posteriormente seria chamado de “subjetivismo radical”, não permite a determinação *a priori* de que tal atividade seja equilibradora no sentido de promover a aproximação a um estado de coerência completa entre todos os aspectos de todos os planos de produção.

Essa posição ficaria mais explícita na década de 1970, quando Lachmann, ao revisar seus escritos sobre a teoria do capital, passou a dar maior ênfase ao caráter indeterminado da interpretação e da formação de expectativas nas mentes dos empresários responsáveis pela especificação dos bens de capital. Assim, a seção 2 se dedica a explorar essa consolidação do posicionamento de Lachmann sobre a essência da atividade empresarial e as consequências desse fato para sua posterior rejeição à existência de uma tendência ao equilíbrio interindividual.

Na seção 3, a origem da controvérsia entre Kirzner e Lachmann, na década de 1970, é associada à oposição entre os conceitos de “descoberta” e “criação” na atividade empresarial. Ao focar no caráter criativo da atividade empresarial, Lachmann pôde considerar a recorrência de desajuste entre planos de produção como resultado da própria atividade empresarial, enquanto Kirzner, ao definir esta como um processo de descoberta de oportunidades de lucro que já existem, direcionou seus escritos à defesa da tendência sistemática ao equilíbrio do mercado.

Na mesma seção, contextualiza-se a polarização entre os economistas identificados com a tradição Austríaca entre Kirzner e Lachmann quando o assunto era a existência de uma tendência sistemática ao equilíbrio promovida pela atividade empresarial, principalmente quando ambos passaram a participar, a partir de 1975, de um programa dedicado ao ensino de teoria Austríaca na *New York University* (NYU). Já na seção seguinte, destaca-se a manifestação dos efeitos da referida controvérsia em um livro editado justamente por Kirzner para celebrar os 80 anos de Lachmann, em 1986, em que alguns dos artigos selecionados abordaram aspectos da controvérsia entre os dois.

Na quarta seção do ensaio, recorre-se ao material disponível em cartas trocadas entre Kirzner e Lachmann para identificar aspectos da controvérsia não tão nítidos nos trabalhos publicados pelos autores. Nas cartas trocadas na década de 1960 e no início da década de 1970, antes da ida de Lachmann para a NYU, o conteúdo era mais voltado à troca de informações sobre as atividades acadêmicas de ambos e de seus colegas, sugestões de leituras e, já no fim desse período, questões burocráticas a respeito da organização da conferência de *South Royalton*, em 1974, e da ida de Lachmann para a NYU, em 1975.

De qualquer forma, nas próprias recomendações de leitura e tópicos de discussão acadêmica, é possível verificar o modo com que Lachmann tenta mostrar a Kirzner a importância da consideração mais cuidadosa dos elementos de expectativas, incerteza e fluxo de conhecimento para a descrição dos processos de mercado, o que fundamentaria a posterior discordância mais explícita na sequência de troca de cartas entre ambos no que diz respeito à tendência sistemática ao equilíbrio promovida pela atividade empresarial.

Na mesma seção, identificam-se, nas cartas trocadas no início da década de 1980, a explicitação da controvérsia entre os dois autores, com destaque ao modo com que Lachmann recorrentemente buscava convencer Kirzner a rever sua posição, com o debate se estendendo para questões mais específicas como a Teoria da Pura Preferência Temporal para explicar a taxa de juros, à qual Kirzner era simpático e Lachmann era crítico.

Na seção 5, são apresentados e analisados os argumentos finais de Lachmann contra a suposição de tendência ao equilíbrio, entre 1986 e 1990. Nesse período, destaca-se o livro *“The Market as an Economic Process”*, em que Lachmann esboça uma explicação mais específica sobre a atividade empresarial, não mais tratando o tema como subsidiário à teoria do capital.

Nesse ponto, o autor volta a defender o caráter endógeno das forças de desequilíbrio, destacando a contínua interação entre inovação e imitação, mas admitindo uma separação analítica entre as forças de equilíbrio e desequilíbrio a partir da identificação de três tipos diferentes de empresários (“inovador”, “arbitrador” e “especulador”), algo que o próprio Kirzner já havia feito e que havia sido assunto de uma das cartas trocadas entre os dois autores.

Na mesma seção, argumenta-se que, ao aceitar essa diferenciação, Lachmann buscou se opor à conclusão de Kirzner sobre a tendência ao equilíbrio argumentando nas mesmas linhas de seu antagonista, o que acabaria sendo incompatível com sua própria caracterização do caráter indeterminado da interação entre ações empresariais supostamente equilibradoras. Em seguida, a análise de um artigo publicado por Lachmann em 1988 visa identificar como a controvérsia entre os dois autores pode ser entendida a partir da diferenciação entre “equilíbrio” e “coordenação”, algo que não foi apontado de forma explícita por nenhum dos dois.

Ainda na seção 5, as últimas cartas trocadas entre os autores, entre 1986 e 1990, são comentadas para mostrar a recorrência da controvérsia sobre a tendência ao equilíbrio até a morte de Lachmann em 1990, com destaque a uma discussão centrada na formulação de uma teoria sobre a ética da atividade empresarial, a qual Kirzner defendia ser possível em termos praxiológicos, no que era contestado por Lachmann a partir do mesmo argumento da inevitável incoerência entre os planos dos empresários.

Por fim, argumenta-se que, em sua controvérsia, Kirzner e Lachmann partem da mesma concepção de mercado como um processo ordenado, apenas discordando sobre a capacidade de a atividade empresarial conferir uma direção equilibradora a esse processo.

4.2. A atividade empresarial como elemento da teoria do capital

A partir de seus escritos mais específicos sobre as instituições, nas décadas de 1960 e 1970, Lachmann avançou seus argumentos em uma direção cada vez mais consistente de questionamento à existência de uma tendência de equilíbrio interindividual promovida por mecanismos de mercado, em especial a atividade empresarial. Nesse contexto, destaca-se sua participação em uma conferência que reuniu diversos economistas identificados com a tradição

Austríaca, em 1974, que acabaria se tornando um marco no que Vaughn ([1994] 1998, p. 92) chama de “reavivamento” da Escola Austríaca na época.

De acordo com Vaughn ([1994] 1998, p. 104), a conferência realizada em *South Royalton*, nos Estados Unidos, “juntou um variado grupo de cerca de 50 economistas e estudantes cuja característica unificadora era que eles expressavam algum interesse nos trabalhos de Mises ou Hayek”. Na ocasião, continua Vaughn (*ibid.*, p. 104), “os principais palestrantes incluíram, não surpreendentemente Murray Rothbard e Israel Kirzner” e “mais surpreendente foi a inclusão de Ludwig Lachmann, um recém-chegado para a maioria dos participantes e o único entre os palestrantes que não havia sido parte do círculo de Mises nos Estados Unidos”.

Em *South Royalton*, ainda segundo Vaughn, Lachmann era “o único palestrante que parecia ver muito trabalho teórico ainda a ser feito na definição e no desenvolvimento da economia Austríaca” (*ibid.*, p. 108). A partir dos artigos apresentados naquele evento, foi publicado, em 1976, o livro “*The Foundations of Modern Austrian Economics*”, editado por Edwin Dolan, que, de acordo com Vaughn ([1994] 1998), havia participado da organização da conferência.

No livro em questão, os artigos de Lachmann foram: “*Austrian Economics in the Age of the Neo-Ricardian Counterrevolution*” (Lachmann, 1976b); “*On the Central Concept of Austrian Economics: Market Process*” (Lachmann, 1976c); “*Toward a Critique of Macroeconomics*” (Lachmann, 1976d); e “*On Austrian Capital Theory*” (Lachmann, 1976e).

No “*On Austrian Capital Theory*”, revisitando sua própria teoria do capital e a da Escola Austríaca como um todo, Lachmann (1976e) diferencia a complementaridade entre os elementos de uma combinação de capital de uma firma, planejada pelos empresários, e a que se observa na estrutura de capital da sociedade como um todo, resultante do processo de mercado e, por isso, mais suscetível a incoerências.

The capital structure of society is an aggregate of capital combinations, but only in a state of general equilibrium can the capital goods belonging to different firms be regarded as additive, when they stand to each other in a relationship of complementarity. It is, however, a type of complementarity different from that governing capital goods within the same capital combination. We have to distinguish between the planned complementarity of the latter, the result of entrepreneurial choice and decision, and the unplanned complementarity of capital resources at various stages of production, which is an outcome of the operation of the market process. The capital structure of society is never completely integrated. The competitive nature of the market process entails incoherence of plans and limits the coherence of the resulting order. (LACHMANN, 1976e, p. 149)

No mesmo artigo, destaca-se a explicação de Lachmann sobre a atividade empresarial. De acordo com Lachmann (1976e, p. 148), dentro dos limites tecnológicos e mercadológicos,

o empresário “escolhe um modo de uso para o capital que está sob seu controle para maximizar seus lucros” e, como sua decisão é voltada para o futuro, ele “baseia seu plano em suas expectativas”.

É por isso que, então, entende-se aqui que a teoria do capital de Lachmann abriga sua teoria da atividade empresarial, uma vez que qualquer decisão de investimento, logicamente voltada para o futuro, é restrita pela consideração do empresário sobre condições futuras referentes aos bens de capital de que dispõe, espera dispor no futuro ou que imagina que outros empresários disponham ou esperem dispor.

Tal associação entre a teoria do capital e a teoria da atividade empresarial nos escritos de Lachmann também é defendida por Horwitz (2019), que identifica na teoria do capital de Lachmann a “visão implícita” (p. 21) deste sobre a atividade empresarial, uma vez que, observa o autor, as relações de complementaridade e substitutibilidade, em vez de meras propriedades técnicas dos bens de capital, são frutos dos planos dos agentes responsáveis pela combinação entre tais elementos em cada firma, isto é, os empresários.

Ludwig Lachmann wrote very little on entrepreneurship specifically. His implicit theory of entrepreneurship can be teased out of his work on capital theory, especially in his 1956 book *Capital and its Structure*. Lachmann’s task in that book is to explore the problems of “the order of capital.” (...) In this way, it is the entrepreneur who is responsible for creating (in an economic, if not a physical, sense) at least some of his capital goods and thereby endowing them with the specific qualities that they require according to his vision of the production plan. (HORWITZ, 2019, pp. 29-30)

De forma semelhante, Chiles et. al. (2010, p. 143) argumentam que, a partir do entendimento da teoria do capital de Lachmann, é possível desenvolver uma abordagem para a atividade empresarial em que os “recursos não precisam pré-existir”, pois eles são “criados” pelos empresários. Assim, Chiles et. al. (2010, p. 144) identificam, em tal concepção, o elemento empresarial como presente de maneira ainda mais relevante na consideração dos “fósseis” deixados na estrutura de capital resultante de planos anteriores, cuja “intrincada complementaridade” impede a concretização dos ajustes necessários para se chegar em um estado de equilíbrio.

Entrepreneurs, as Lachmann (1986, p. 66) pointed out, cannot exploit opportunity “without having to invest their capital for at least a few years and thus running the risk of seeing the opportunity vanish before the capital is amortized.” For this reason, radical subjectivists argue, theories of entrepreneurship must consider the capital resources that enable entrepreneurs to exploit opportunities as well as the cognitive processes that create them. (...) Rather than treating

a firm's capital resources as a static "given," radical subjectivists treat such resources as a dynamic creation of entrepreneurs' imaginations. (CHILES et. al., 2010, p. 144)

Por fim, seguindo a mesma linha, destaca-se aqui o que Endres e Harper (2013, p. 307) chamam de capacidade de "tirar sentido do mercado"³⁸ como o "verdadeiro teste da atividade empresarial", uma vez que o empresário imagina oportunidades nas "lacunas" da estrutura de capital.

Entrepreneurs use capital goods to create capital combinations. This combinatorial behaviour is given by the special properties of the entrepreneurial mind. Capital is created, and continuously 'regrouped' as information from the market is reinterpreted. The 'real test of entrepreneurship' is to identify opportunities for 'capital regrouping which are inherent in a given situation'. Entrepreneurs are like archaeologists – they rake over the 'fossils' of old production plans and make new plans (Lachmann, 1947, 1948: 135). (ENDRES e HARPER, 2013, p. 307)

De fato, tais considerações muitas vezes "implícitas" são explicitadas quando Lachmann (1976e, p. 148) argumenta que "como sua combinação de capital pode produzir diferentes fluxos de produção (...), ele [empresário] tem de escolher uma delas (...) e rearranjá-la" ao longo do tempo. Além disso, também de forma explícita, Lachmann (1976e, p. 150) atribui à escolha do empresário um papel diferente do caracterizado no "ajuste marginal" das abordagens Neoclássicas, visto que esta não requer uma "constante atenção" a mudanças.

Portanto, em sua visão mais madura e consistentemente subjetivista, em 1976, Lachmann (1976e, p. 150) diz claramente que, além das mudanças nas expectativas, "outras forças" impedem o ajuste completo da estrutura de capital, entre as quais cita o fluxo de conhecimento associado ao próprio funcionamento do mercado, interpretado pelas "mentes dos diferentes empresários" de formas distintas entre si.

Outra maneira de identificar a importância da atividade empresarial na teoria do capital de Lachmann é a partir do modo como Boettke e Piano (2019) identificam as quatro possíveis combinações de casos extremos para bens de capital entre os pares de antagônicos de "homogeneidade" e "heterogeneidade" e de "versatilidade" ("múltipla especificidade") e "especificidade", investigando a necessidade de "cálculo", isto é, ação empresarial interpretativa em cada uma das combinações.

No caso, a hipótese de "homogeneidade" significa que todos os bens de capital são

³⁸ Ao escolherem essa frase, os autores recorreram à explicação de Lachmann (1951) sobre o modo como o processo de mercado promove a ascensão dos mais bem-equipados a tirar sentido do mercado, o que, no entanto, viria a ser negado pelo próprio Lachmann em 1976: The market process, to be sure, conveys knowledge through profits realised. But it also promotes the rise of those better equipped than others to wrest economic meaning from the happenings of the market-place, the ups and downs of prices, the fluctuations in stocks, the doings of the politicians, and of those (they will always be few) who know how to learn from the mistakes of others. (LACHMANN, 1951, p. 102)

considerados pelos empresários como iguais entre si, ao passo que a de “heterogeneidade” permite que os empresários reconheçam diferenças entre tais elementos. No outro par de antagônicos, a suposição de “especificidade” atribui um único emprego possível para cada bem de capital, enquanto a de “versatilidade” se refere ao fato de que um bem de capital pode ser empregado em diferentes funções no mesmo processo produtivo ou em diferentes processos produtivos.

De acordo com Boettke e Piano (2019), a visão que combina especificidade com homogeneidade entre bens de capital evita a consideração da rivalidade entre fins alternativos para o mesmo recurso e, assim, pode dispensar a menção à atividade empresarial. Também na combinação entre homogeneidade e versatilidade, continuam Boettke e Piano (2019), a atividade empresarial pode ser ignorada, visto que cada unidade marginal de capital pode ser empregada na produção do bem de consumo com maior valor, também na margem.

No caso da combinação entre heterogeneidade e especificidade, a conclusão ainda é a mesma, visto que, explicam os autores, cada bem de capital será empregado para a produção do único bem de consumo para o qual ele é útil. Assim, concluem Boettke e Piano (2019), é só na combinação entre versatilidade e heterogeneidade que há espaço para o empresário especificar o uso dos bens de capital na estrutura, visto que a combinação mais lucrativa dependerá das expectativas vigentes sobre os bens de consumo mais valorizados no momento em que a produção for concluída. Nesse ponto, os autores reconhecem o mérito dos escritos de Lachmann.

We also argue that Lachmann’s refinement of Austrian capital theory offers the best insights into this problem. It’s only when we account for the possibility of capital heterogeneity and multispecificity that we can understand the economic problem of society: how to allocate resources as to maximize the satisfaction of consumers. (...) It’s only when we assume both capital multispecificity and heterogeneity that calculation assumes a critical role. Entrepreneurs must use their judgment to decide which combination of capital goods is the one that best serves their interests and thus the interests of consumers. (BOETTKE e PIANO, 2019, p. 22)

Em síntese, a teoria do capital de Lachmann, consolidada no “*Capital and its Structure*”, de 1956, e revisitada no “*On Austrian Capital Theory*”, de 1976, inclui sua caracterização da atividade empresarial como o esforço imaginativo para identificar relações de complementaridade e substitutibilidade entre os elementos presentes na estrutura de capital sob seu controle e na estrutura de capital da sociedade como um todo. Na primeira, a ação bem-sucedida promove a tendência ao equilíbrio. Na segunda, expectativas divergentes impedem que tal tendência exista.

Observa-se ainda que Lachmann concentrou seus escritos sobre o capital entre as décadas de 1930 e 1950, quando ainda não apreciava as consequências do subjetivismo “das mentes ativas” ou “radical”, com as devidas consequências para a suposição de convergência das expectativas e de tendência ao equilíbrio interindividual promovidos pela atividade empresarial bem-sucedida em auferir lucros.

Já a partir da década de 1970, como bem ilustra o “*On Austrian Capital Theory*”, a maneira como Lachmann enfatiza a autonomia na interpretação e na formação das expectativas na mente dos empresários, de modo que não há como sustentar a hipótese de que a atividade destes promove uma tendência ao equilíbrio interindividual, evidencia a maior consistência de seus escritos no paradigma subjetivista.

Em todos os casos, a atividade empresarial ocorre em um cenário de incerteza e esta não é necessariamente eliminada ou mesmo reduzida quando o empresário consegue auferir lucros, visto que as condições que propiciaram tais lucros são alteradas por outras forças, inclusive as resultantes das ações de outros empresários.

4.3. Descoberta x Criação: a formação das posições antagônicas de Kirzner e Lachmann sobre atividade empresarial e tendência ao equilíbrio

A partir de sua descrição da atividade empresarial que formula planos para maximizar lucros de acordo com as expectativas do empresário sobre o emprego de bens de capital na estrutura, Lachmann avançou, ao longo da década de 1970, seus argumentos em uma direção cada vez mais consistente de questionamento à existência de uma tendência ao equilíbrio interindividual promovida por mecanismos de mercado decorrentes da atividade empresarial. Mais especificamente, ele observou que a incoerência entre planos é um efeito da própria “natureza competitiva do processo” (Lachmann, 1976e, p. 149).

Ainda em 1976, o autor mencionou sua controvérsia com Israel Kirzner sobre esse assunto de forma indireta e pouco enfática, elogiando a frase deste sobre a “grande quantidade de ignorância que impede a completa coordenação das ações e decisões dos muitos participantes do mercado³⁹” (Lachmann, 1976f, p. 37), sem dizer que aquele autor já havia deixado claro, em diversas oportunidades, que acreditava na existência de uma tendência para

³⁹ Nesse trecho, o termo “coordenação” é usado no sentido que aqui se chama de “equilíbrio interindividual”, em vez de no sentido menos restrito de situação em que os planos estão voltados às mesmas instituições. Essa mudança se deve ao fato de Lachmann estar citando uma frase de Kirzner, que recorrentemente usava o termo em questão nesse sentido.

tal “coordenação” a partir da exploração das oportunidades de lucro geradas pela referida ignorância inicial.

Each such entrepreneurial step— the abandoning by prospective buyers (sellers) of unrealistically low (high) buying (selling) offers, the initiation of offers to buy (sell) that were hitherto thought to be unrealistically unattractive to sellers (buyers) — is a replacement of plans that were revealed as more or less discordant by plans which, it is now believed, will be more completely coordinated. (KIRZNER, 1973, p. 221)

Por outro lado, em outro artigo publicado no mesmo ano, sem citar Kirzner, Lachmann (1976e) aconselha os Austríacos a não pressupor uma tendência ao equilíbrio interindividual, visto que o fato de o sistema de lucros e perdas selecionar os empresários mais bem-sucedidos no passado não garante que estes serão mais bem-sucedidos no futuro do que outros que foram malsucedidos no passado.

Having set out to replace the paradigm of general equilibrium by that of the market process, why should we concentrate on the equilibrating nature of the latter on showing that but for the perennial impact of external forces general equilibrium would be reached after all? (...). No initial set of forces delimits the boundaries of events. Any force from anywhere may at any time affect our process, and forces that impinged on it yesterday may suddenly vanish from the scene. There is no end or final point of rest in sight. (...) The market process consists of a sequence of individual interactions, each denoting the encounter (and sometimes collision) of a number of plans, which, while coherent individually and reflecting the individual equilibrium of the actor, are incoherent as a group. The process would not go on otherwise. (LACHMANN, 1976e, pp. 130-131)

Já em 1979, dessa vez em um debate explícito com Laurence White, que, no caso, representava a posição Kirzneriana sobre a atividade empresarial que promove uma tendência ao equilíbrio interindividual, Lachmann (1979) volta a deixar claro o efeito indeterminado da interação entre transações em estado de desequilíbrio, pois seus resultados têm repercussões nas transações futuras, de modo que não se pode falar de tendência ao equilíbrio de todo o mercado.

The crux of the matter is that traders, by entering into those transactions from which they stand to learn most, may transform the "data" of our model, White's "objective circumstances." Are we to believe that in a world in which contracts are binding (no tatonnement) disequilibrium transactions will not give rise to gains and losses which modify the distribution of wealth? Or that "false quantities" of goods produced in response to disequilibrium prices will not affect the freedom of subsequent action of their producers? Do we have to assume that in White's model good learners learn fast enough to prevent all malinvestment (presumably an objective circumstance), even that indulged in by the slowest learners? (LACHMANN, 1979, p. 6)

Nesse contexto da década de 1970, conforme relata Vaughn ([1994] 1998), identifica-se a expressão de uma polarização entre os adeptos da tradição Austríaca entre as lideranças de Kirzner e Lachmann. De acordo com Vaughn ([1994] 1998), a partir de 1975, após a chegada de Lachmann na *New York University*, onde trabalhou junto a Kirzner, “quase todos os jovens

economistas que se tornariam identificados com a economia Austríaca de algum modo formal” (*ibid.*, p. 139) foram treinados ou influenciados pelos dois autores.

Ainda de acordo com a autora, “durante toda a sua associação profissional, Kirzner e Lachmann se engajaram continuamente em uma rivalidade (...) sobre a natureza e as implicações da economia Austríaca” e, naquela época, “embora raramente expressos como tais em seus trabalhos publicados, (...) os argumentos de um eram frequentemente respostas a questões propostas pelo outro” (*ibid.*, p. 139).

De fato, tal debate discreto pode ser identificado quando, no livro “*Discovery and the Capitalist Process*”, por exemplo, Kirzner (1985, p. 13) afirma sua posição de “meio termo” entre a mera comparação entre estados de equilíbrio, característica do paradigma Neoclássico, e a visão de que a consideração da ignorância leva a “desistir de qualquer noção de processos de mercado sistemáticos”.

My view, therefore, sees initial market ignorance indeed as an inescapable feature of the human condition in a world of change, but also as subject to continual erosion as a result not of sheer luck, but of profit-inspired spurts of entrepreneurial discovery. Precisely because market decisions at a given time are based in large part on mutual ignorance (as well as on ignorance of physically available opportunities), the configuration of market prices is likely to offer pure profit opportunities for those able to discover where existing decisions were in fact mistaken. Here lies the source for any equilibrating tendencies that markets display. (KIRZNER, 1985, p. 13)

Nesse contexto de debate discreto, um livro, editado justamente por Kirzner, com artigos escritos em homenagem ao 80º aniversário de Lachmann, em 1986, é mais elucidador da controvérsia entre os dois, existente, na época, há mais de uma década. No caso, é interessante observar como, em seu artigo “*Another Look at the Subjectivism of Costs*”, Kirzner (1986) não faz qualquer menção à referida controvérsia e sequer cita Lachmann, enquanto alguns dos demais autores que escreveram artigos para o livro não se furtaram a explicitar sua posição quanto ao tema.

Nessa *Festschrift*, destaca-se, em primeiro lugar, como Garrison (1986, p. 88) identifica um “espectro de visões” sobre as tendências ao equilíbrio no mercado entre os extremos Ludwig Lachmann e Robert Lucas, defendendo que a teoria avance a partir de algum ponto intermediário, de maneira semelhante, como comentado anteriormente, ao que Kirzner (1985) já havia feito⁴⁰.

Mais especificamente, Garrison descreve a posição “equilíbrio nunca” como a de Lachmann e a “equilíbrio sempre” como a de Lucas, com as intermediárias associadas a

⁴⁰ Na verdade, Kirzner (1992, p.2) credita a elucidação inicial dessa posição intermediária justamente a um artigo de Garrison, publicado em 1982, chamando-a de “tese de Garrison”.

“tendências de equilíbrio” (*ibid.*, p. 90), exemplificadas pelo autor como as de Mises e Hayek. Na visão intermediária que defende, Garrison admite a necessidade de se dar uma “forte ênfase no papel das expectativas”, de modo a se reconhecer “a impossibilidade de se especificar como expectativas corretas podem ser formadas”, mas, ao mesmo tempo, não deseja descartar a associação entre tendências de equilíbrio e expectativas “predominantemente corretas” (*ibid.*, p. 99).

No entanto, apesar de o autor defender a posição intermediária entre “equilíbrio nunca” e “equilíbrio sempre”, entende-se aqui que, ao argumentar que, “se os arranjos institucionais são tais que as expectativas corretas são recompensadas e as incorretas penalizadas, o processo resultante irá exibir tendências equilibradoras” (*ibid.*, p. 93), as preocupações institucionais de Garrison podem ser consideradas a partir do conceito de “coordenação” de expectativas divergentes quando os planos sustentados por elas permanecem orientados pelas mesmas instituições.

No caso, a abordagem institucional de Lachmann se baseia na ideia de que não há uma aproximação a um estado em que todos os aspectos de todos os planos sejam coerentes entre si, mas que ainda há “coordenação”, um nível diferente de coerência. Assim, ao diferenciar os esquemas de pensamento de segunda ordem, as instituições, dos de primeira ordem, os planos dos agentes⁴¹, Lachmann pôde dispensar a hipótese de tendência ao equilíbrio interindividual promovido pela atividade empresarial e concentrar a análise da coerência no nível mais alto das instituições que orientam planos inconsistentes entre si.

Nesse sentido, o artigo de Langlois (1986) apresenta observações sobre coerência e flexibilidade de instituições particularmente apropriadas para o entendimento da teoria institucional de Lachmann e da rejeição à hipótese de tendência ao equilíbrio interindividual. Ainda que a incerteza em relação ao futuro nunca seja eliminada por completo, é possível entender, a partir dos argumentos de Langlois, que a existência das instituições faz com que ela seja “deslocada” para “níveis inferiores na hierarquia de eventos” (*ibid.*, p. 187), isto é, a incerteza é maior nos níveis dos planos do que no das instituições secundárias e maior neste do que no das fundamentais⁴².

Assim, entende-se aqui, o esquema apresentado por Langlois explicita as consequências da teoria institucional de Lachmann para a negação da existência de uma tendência à um estado de coerência no nível mais baixo (planos), isto é, o equilíbrio interindividual, o que não impede

⁴¹ Lachmann (1966a, p. 62).

⁴² Sobre instituições fundamentais e secundárias, ver Lachmann (1971a, introdução).

que isso ocorra em um nível intermediário (instituições secundárias), isto é, a coordenação, ou mais alto (instituições fundamentais), isto é, a ordem.

A partir da análise desses trechos da *Festschrift*, o caráter discreto da controvérsia entre Kirzner e Lachmann em trabalhos publicados pelos autores dá lugar à identificação de um impasse que os dois não conseguiram resolver em suas trocas de cartas, comentadas na próxima seção, e que continuou sem uma posição consensual dentro da tradição Austríaca após a morte de Lachmann, em 1990.

Aqui, defende-se que a análise mais atenta à teoria institucional de Lachmann e à consequente diferenciação entre “equilíbrio interindividual” e “coordenação” podem, se não encerrá-la, iluminar em que pontos consiste tal controvérsia entre ele e Kirzner, o que, como atestam a troca de cartas entre os dois autores, eles mesmos não conseguiram fazer.

A posição de Kirzner admite a existência de uma tendência ao equilíbrio interindividual porque se baseia na ideia de um empresário que descobre oportunidades de lucro já existentes, enquanto a de Lachmann nega que tal tendência exista porque considera que o empresário imagina oportunidades de lucro, que não necessariamente trazem mais consistência aos planos dos demais agentes.

4.4. A documentação da controvérsia: os argumentos de Lachmann em cartas trocadas com Kirzner

Na presente seção, pretende-se reforçar o esclarecimento dos fundamentos da controvérsia entre Lachmann e Kirzner sobre a existência ou não de uma tendência sistemática ao equilíbrio interindividual promovida pela atividade empresarial. Para isso, explora-se aqui o conteúdo de algumas cartas⁴³ enviadas por Lachmann a Kirzner entre 1974 e 1985, deixando-se as últimas cartas, enviadas entre 1986 e 1990, para a seção seguinte, em que são analisados os argumentos finais de Lachmann sobre o tema.

Nessas cartas enviadas entre 1974 e 1985, é possível observar que a essência de sua divergência foi sendo anunciada pelos próprios Lachmann e Kirzner apenas aos poucos e, quando essas questões já estavam mais claras, nenhum dos dois lados demonstrou uma notável disposição de reconsiderar seus argumentos em face das críticas ou sugestões do outro. De fato,

⁴³ As cartas utilizadas foram disponibilizadas pela *University of Witwatersrand*, da África do Sul, onde Lachmann lecionou entre 1948 e 1972. No arquivo da Universidade, também estão várias cartas enviadas por Kirzner a Lachmann desde 1963, mas aqui opta-se por analisar apenas o conteúdo de algumas cartas escritas por Lachmann, uma vez que a autorização de Kirzner não foi requerida para a exploração do material.

as cartas mostram como duas posições podem ser tão próximas, ao serem baseadas no conceito de processo de mercado em desequilíbrio, ao mesmo tempo que são tão fundamentalmente opostas, como na apreciação das consequências da presença de expectativas divergentes e da interação entre elas no funcionamento do mesmo processo.

Em 1974, ano anterior ao início de sua atuação como professor visitante da *New York University* (NYU), chama a atenção o modo como, no contexto da organização da conferência de *South Royalton*, Lachmann⁴⁴ diz a Kirzner ser “vital” que eles dois e Rothbard cheguem a um acordo sobre o que é a economia Austríaca, indicando que ele estava ciente das diferenças de opinião entre os três expoentes de destaque do início do reavivamento daquela tradição de pensamento nos Estados Unidos.

You are, of course, right that the question, “what is Austrian economics?” is the more important question, but this, I take it, will be fully discussed at Dartmouth⁴⁵. The question “who is an Austrian”, however, cannot be discussed there for the obvious reason that we do not know who will be in the audience. Let me repeat that some informal agreement between the three of us on this question is vital. Please approach Murray once more.

Na mesma carta, Lachmann chama positivamente a atenção para uma apresentação de Frank Hahn sobre a noção de equilíbrio na economia, com a defesa de que esta deve incluir expectativas, incerteza, processos de informação e custos de transação, e sugere que ele e Kirzner tentem entender o modelo que Hahn defende.

I have just read Frank Hahn's Cambridge Inaugural "On the Notion of equilibrium in economics". First-rate stuff; in many respects a model of what an Inaugural should be. Fierce attack on Kaldor which will not improve personal relations in Cambridge. In my view, it will pay us to take great care to try and understand the equilibrium model he defends. It is important to realize that neoclassical economics is visibly changing, possibly in several directions. The problem of equilibrium with divergent expectations, ignored by Hicks, is now coming into view.

Sobre tal mudança da economia Neoclássica, Lachmann acredita estar diante de uma “oportunidade de ouro” para que ele e Kirzner formulem outra versão desse conceito. Visivelmente, Lachmann busca um acordo com Kirzner diante da controvérsia cujo início ele possivelmente já visualizava, já que ainda faz questão de dizer a Kirzner que “as mentes Neoclássicas mais brilhantes apenas começaram a entender a incompatibilidade entre equilíbrio e ‘ação sequencial’”.

A interpretação de que esta última frase era uma tentativa cautelosa e não confrontadora de convencimento pode ser reforçada a partir de um relato do próprio Kirzner, já dez anos após

⁴⁴ Carta enviada em 27/03/1974.

⁴⁵ A conferência originalmente estava marcada para *Dartmouth*, mas seria mudada, ainda em 1974, para *South Royalton*.

a morte de Lachmann, sobre as correspondências trocadas entre os dois. Kirzner (2000, p. 410) conta que, já em 1969, em uma das referidas trocas de cartas, tentou “articular (...) as sérias discordâncias doutrinárias (a respeito do que eu reconheci como tendências equilibradoras gerais dos processos de mercado competitivos-empresariais) que separavam nós dois”, mas Lachmann ficou “genuinamente angustiado” e questionou: “se nós dois começarmos a brigar, o que irá acontecer com a praxiologia?”⁴⁶.

De acordo com Kirzner, Lachmann repetiria essa mensagem em sua chegada aos Estados Unidos, em 1974: “Nós não devemos brigar” (*ibid.*, p. 410). Além disso, como Kirzner revela “suspeitar” (*ibid.*, p. 240) de que Lachmann havia visto a presença dessas diferenças muito tempo antes dele, é possível entender que a controvérsia entre ambos só não ficou mais explícita na década de 1970 por escolha deles próprios, como uma espécie de estratégia em prol do desenvolvimento das ideias da Escola Austríaca.

Na segunda metade da década de 1970, como Lachmann e Kirzner passaram a ter uma convivência presencial maior nos Estados Unidos, é natural que a correspondência entre os dois fosse reduzida. Nos anos seguintes, verificam-se, no arquivo consultado, apenas algumas cartas em que os autores trocam informações, quando Lachmann voltava à África do Sul, sobre o programa de economia Austríaca do qual participavam na NYU.

Já em 1982, de forma muito mais direta, Lachmann⁴⁷ aborda a discordância entre os dois ao questionar se os Austríacos não estão todos comprometidos com o avanço do subjetivismo radical e pede um “ouvido simpático” por parte de Kirzner ao futuro livro de O’Driscoll e Rizzo ([1985] 1996)⁴⁸, dizendo que não entendeu muito bem no que consiste a crítica de Kirzner a tal livro.

Are we not all committed to furthering the cause of Radical Subjectivism? If so, if some of our friends are making a determined thrust in this direction, (however misguided in our view their choice and terrain) are they not entitled to expect from us that we lend them a ready and sympathetic ear? (This in no way prevents us from quarreling with them on any point of detail).

Referindo-se à associação Kirzneriana entre explicação do funcionamento do mercado e tendência sistemática ao equilíbrio interindividual, Lachmann diz que a abordagem Austríaca explica os eventos de mercado de forma não mecanicista, em termos dos atos mentais que

⁴⁶ No caso, é interessante como, nas cartas trocadas na década de 1980, Lachmann parece ter deixado essa preocupação de lado, pois, em diversas ocasiões, tomou a iniciativa de retomar o debate com Kirzner sobre o assunto em questão.

⁴⁷ Carta enviada em 21/11/1982.

⁴⁸ O livro em questão apresenta o termo “coordenação de padrões” como uma coerência limitada a aspectos mais gerais dos planos, compartilhando da insatisfação de Lachmann com a hipótese de tendência ao equilíbrio interindividual.

guiam e inspiram a ação.

You also seem to fear that Austrians would lose their ability to explain “the course of market events”. Why? If it is surely the mechanists, our opponents, who can explain nothing that happens in the markets where mechanical causation does not count. We explain action in terms of the mental acts that guide and inspire it. No explanation?

No ano seguinte, Lachmann⁴⁹, tentando convencer Kirzner sobre a impropriedade da hipótese de tendência ao equilíbrio interindividual, distingue entre “equilíbrio do dia de mercado” e “equilíbrio de longo prazo”⁵⁰, defendendo que apenas o primeiro é compatível com a atividade empresarial em desequilíbrio, no qual são manifestadas expectativas sobre mudanças de produtividade no capital.

A long-run equilibrium argument can help us little, since it does not lend itself to the exclusion of the forces of productivity in everyday disequilibrium situations. (...) Every day, on the capital markets of the world, some entrepreneurs whose profits have not as yet been wiped out by the forces of competition are among the bidders, so their bids have an effect on the rates emerging in the market. (...) But we must not confuse Marshallian + Hicksian (1939) market day equilibrium with classical + Walrasian long-run equilibrium. The fact that the capital market may clear every day does not permit the applicability of the latter.

Poucos dias depois, Lachmann⁵¹ manifesta, em mais uma carta, uma discordância com Kirzner sobre a suficiência da noção de “preferência temporal” para explicar conceitualmente a taxa de juros, um assunto subsidiário à controvérsia de ambos sobre a tendência ao equilíbrio. Lachmann considera que a própria noção de preferência temporal voltada para frente inclui o elemento das expectativas.

No caso, a diferença é que, a esta altura⁵², Kirzner separava analiticamente a expectativa, como um elemento empresarial, e a pura preferência temporal, como um elemento que não envolve a atenção a possibilidades de lucro, enquanto Lachmann não estava fazendo essa separação porque acreditava que a própria noção de preferência temporal depende de expectativas sobre o futuro.

Assim, Kirzner pôde considerar, analiticamente, que certos agentes apenas manifestam sua preferência temporal ao decidir sobre consumo e poupança, por exemplo, de forma reativa às mudanças bem-sucedidas promovidas pelo empresário, cuja formulação correta de

⁴⁹ Carta enviada em 30/10/1983.

⁵⁰ Os referidos equilíbrios são chamados por Lachmann de “Marshalliano” e “Walrasiano”, respectivamente, e esses conceitos seriam posteriormente mais bem apresentados no livro “*The Market as an economic process*”, publicado em 1986.

⁵¹ Carta enviada em 10/11/1983.

⁵² Até a década de 1980, Kirzner descrevia a atividade empresarial predominantemente em termos de arbitragem de preços, apenas posteriormente discorrendo sobre o caráter especulativo do exercício do estado de alerta empresarial. Ver Kirzner (1992, capítulo 1).

expectativas garantiria a tendência ao equilíbrio interindividual, ao passo que Lachmann, ao considerar a formação de expectativas como necessariamente presente nos planos de todos os agentes, atacava a sustentação da referida hipótese.

I distinguish between static equilibrium and the real world (...). In equilibrium, I agree, capital could not draw income, but in the real world (where “backward imputation” would require perfect foresight!) it does. Here time preference is one of a number of forces governing interest rates. This constellation needs careful disentangling. Expectations play a prominent part, hence productivity matters. Even time preference depends here on expectations.

Na mesma sequência de troca de cartas, Lachmann⁵³ tenta persuadir Kirzner a falar em “lucratividade esperada do investimento”, em vez de “produtividade física do capital”, expressão usada por Kirzner na última carta. No caso, Lachmann argumenta que “como subjetivistas radicais⁵⁴, nós devemos usar a linguagem subjetivista sempre que pudermos” e argumenta que apenas no equilíbrio o valor da produtividade é igual à produtividade física.

Em seguida, Lachmann reforça sua crítica à fraqueza da Teoria da Preferência Temporal Pura em situações reais de desequilíbrio e acrescenta as considerações das expectativas para explicar a demanda por diferentes tipos de ativos, em vez de apenas a distinção entre consumo e poupança.

Is the choice between consumption and saving in all cases identical with that between present & future consumption? Does not, in some cases, saving enable us to enjoy present wealth rather than future consumption? Present wealth no doubt is a safeguard of future want satisfaction, but is it only that? In analyzing a capital market in our world, should we not take account of the possibility that preference for different assets, embodying different kinds of wealth, might affect interest rates? PTP the only force?

Já no ano seguinte, a discussão se direcionou mais ao tema da incerteza e, surpreendentemente, Lachmann⁵⁵ afirma que, assim como Kirzner, também está em um “meio termo” quando o extremo é a afirmação de Shackle de que o mundo é um “vasto cassino”. A referida surpresa pode, no entanto, ser compreendida ao se ter em mente que, ao afirmar que aquela expressão é “um exagero que não leva a nada”, Lachmann apenas repete o que já tinha dito, em um artigo de 1982, sobre não “desejar ir tão longe quanto Shackle” para dizer que “o tempo é estranho à razão”⁵⁶, enquanto concordava com a essência dos argumentos desse autor. A diferença é que, na carta, o tom é mais incisivo.

⁵³ Carta enviada em 04/12/1983.

⁵⁴ Também é interessante como, nessa carta, Lachmann tentava incluir Kirzner entre os “subjetivistas radicais” e este não negava nem confirmava a pertinência desse rótulo nas cartas. Depois, Kirzner viria a manifestar oposição explícita a esse grupo. Ver Kirzner (1992, capítulo 1).

⁵⁵ Carta enviada em 04/10/1984.

⁵⁶ Lachmann (1982a, p. 12).

A partir disso, em mais uma tentativa de entrar em acordo com Kirzner, Lachmann⁵⁷ diz que, em alguns mercados, as consequências da especulação “devem ser levadas a sério por nós economistas de mercado” e que, como “adeptos do meio caminho (*middle of roaders*), em vez de extremistas dogmáticos”, ele e Kirzner devem reduzir esse nível para estudar alguns tipos de mercados e observar o problema do equilíbrio.

Ainda na mesma carta, Lachmann critica Kirzner por querer defender a “posição Austríaca convencional”, associada a Mises e Hayek, que assume que todos os agentes são tomadores de preços, e volta a diferenciar equilíbrio Marshalliano do Walrasiano, aceitando apenas o primeiro na ocorrência de diferentes “equilíbrios parciais” inconsistentes entre si.

Lachmann também questiona Kirzner por este enfatizar apenas as “forças dinâmicas que tendem a estar coordenadas” devido à “atividade empresarial” e ignorar as que “tendem à descoordenação”. Para Lachmann, as primeiras só são logicamente verdadeiras para a atividade do arbitrador, mas não do especulador e do inovador, que podem falhar⁵⁸. Por fim, Lachmann defende que “nossa missão é melhorar em relação a Mises e Hayek e trazê-los ao contexto atual, para enfrentarmos os problemas do fim da década de 1980”.

Em outra carta, no fim do mesmo ano, Lachmann⁵⁹ defende uma abordagem Austríaca para o mercado de ativos, critica a afirmação de Kirzner segundo a qual a suposição de tendência ao equilíbrio é a única maneira de o funcionamento dos mercados ser inteligível e observa que seu colega não explica por que impõe essa “regra muito rígida”.

What I am at loss to understand is that, confronted with such arguments, you seem to want to brush all this empirical material aside and rely entirely on a hermeneutical argument, i.e., that “market movements can be understood only as the expression of coordinative ventures”. I am stunned. Any “venture” may fail. If so, is it still “coordinative”? If you think so, does discoordination⁶⁰ not exist? If it does, what do we do about it?

No ano seguinte, Lachmann⁶¹ responde à analogia de Kirzner entre forças de equilíbrio no processo de mercado e o “poder universal da gravitação” no mundo físico, dizendo que o

⁵⁷ Nesse carta, é interessante como Lachmann considera ser um meio termo o que é visto por muitos como um extremismo “niilista”. Também é notável que O’Driscoll Jr. e Rizzo (1996), cujo conceito de “eventos típicos” é criticado por Lachmann na carta, se posicionam como um meio termo entre Lachmann e Kirzner, enquanto o próprio Kirzner se vê no meio termo entre subjetivismo radical e neoclassicismo.

⁵⁸ Aqui, Lachmann estranhamente não menciona que o próprio arbitrador pode promover uma tendência ao equilíbrio no mercado particular e ser desequilibrador no sistema como um todo.

⁵⁹ Carta enviada em 02/12/1984.

⁶⁰ Nessa carta e em algumas outras, Lachmann usa os conceitos de “coordenação” e “descoordenação” no sentido de “equilíbrio” e “desequilíbrio”, respectivamente no mesmo sentido que Kirzner usa, justamente para facilitar a comunicação entre ambos, o que se verifica no uso das aspas no termo “coordenador” no trecho citado. Em outros trabalhos publicados em diferentes épocas, Lachmann reserva o termo “coordenação” para uma coerência mais ampla, como a que acontece no mercado de ativos com a separação entre “*bulls*” e “*bears*”, em que não há tendência ao equilíbrio. Nesse último sentido, Lachmann admite que o processo de mercado é coordenador.

⁶¹ Carta enviada em 06/01/1985.

último é convincente porque já sabemos, pela experiência, que existe, enquanto as primeiras, apesar de sabermos que existem, não podemos assumir sua validade universal.

Na mesma carta, Lachmann manifesta sua preocupação em não enfraquecer o argumento Austríaco diante dos desafios Keynesianos e Pós-Keynesianos a respeito das expectativas voltadas a outras expectativas como algo que desafia a hipótese de tendência ao equilíbrio como algo universalmente válido, dizendo que “há mercados e mercados”. No caso, Lachmann argumenta que o estado de equilíbrio interindividual requer “um fundo de conhecimento comum”, em que “cada agente sabe o que esperar dos outros”.

Assim, Lachmann argumenta que o problema não é uma suposta impossibilidade de que os agentes adquiram informações sobre os outros, mas que, quando isso ocorre, a informação já está desatualizada. A partir disso, e sustentado pelo subjetivismo da interpretação, Lachmann critica o conceito Kirzneriano de “descoberta” como algo promovido pelos sinais de preços, pois estes podem ser interpretados de maneiras distintas.

Em suma, após um período de reconhecimento discreto da controvérsia sobre a tendência ao equilíbrio interindividual na década de 1970, no contexto do reavivamento Austríacos, Lachmann e Kirzner se aproximaram durante a participação do primeiro no programa de economia Austríaca na NYU e, já na década de 1980, na retomada da frequência na comunicação por correspondência que já existia entre os dois desde a década de 1960, a referida controvérsia passou a ser abordada sem restrições.

Na seção seguinte, analisam-se os argumentos finais de Lachmann sobre o problema da hipótese de tendência sistemática ao equilíbrio em seu livro “*The market as an economic process*”, de 1986, e no artigo “*Speculative Markets and Economic Complexity*”, de 1988. Além disso, a análise de mais cartas trocadas entre ambos até 1990, ano em que Lachmann viria a falecer, aponta a retomada da controvérsia dentro de assuntos mais específicos, como a formulação de uma teoria ética da atividade empresarial.

4.5. Os argumentos finais de Lachmann contra a suposição de tendência ao equilíbrio e uma síntese da controvérsia

Tomando-se a publicação da *Festschrift* de 1986 como um marco da manifestação, em textos de outros autores, do efeito da controvérsia entre Kirzner e Lachmann, a análise dos últimos argumentos deste sobre a inexistência de uma tendência ao equilíbrio promovida pela atividade empresarial tem como importante fonte o livro “*The Market as an Economic*

Process”, também publicado em 1986. No livro em questão, Lachmann (1986) desenvolve uma explicação mais específica do que havia feito até então sobre a atividade empresarial, anteriormente considerada apenas como um elemento de sua teoria do capital.

Primeiro, Lachmann (1986) reforça o caráter endógeno das forças de desequilíbrio ao destacar a contínua interação entre atos de inovação e imitação por parte dos empresários, de modo que, quando bem sucedido, o segundo fenômeno induz a recorrência do primeiro, já que os inovadores, ao perceberem a redução de seus lucros, passam a ter incentivos para buscar novas inovações. Nesse esquema, Lachmann conceitua, para fins analíticos, três tipos diferentes de empresários, o “inovador”, o “arbitrador” e o “especulador”⁶².

If we want to be able to disentangle the complex skein of interaction between equilibrating and disequilibrating forces, no longer taking the supremacy of the former, we need a classification of types of entrepreneurs of such a kind that relevant distinctions here are reflected in different modes of interaction there. A threefold scheme of classification is suggested by experience as well as our analytical needs. (LACHMANN, 1986, p. 125)

De acordo com o autor, o inovador, por definição, promove o desequilíbrio entre os planos existentes, já que insere um elemento com o qual estes não contavam, enquanto o arbitrador, também por definição, promove o equilíbrio, visto que sua ação só ocorre quando a exploração de diferenças de preços é bem-sucedida. Por fim, Lachmann (1986) observa que o especulador explora diferenças intertemporais de preço, o que envolve a execução de um plano de acordo com suas expectativas, isto é, a diferença de preços ainda não existe no momento em que ele inicia o exercício de sua atividade empresarial.

Assim, como o plano do especulador pode falhar ou não, Lachmann (1986) conclui que, diferentemente do que ocorre com o inovador e o arbitrador, não se pode dizer se sua atividade promove o equilíbrio ou o desequilíbrio antes de ser completa.

While there may be scope for arbitrage even in a stationary world, as a result of temporary changes, both speculators and innovators have to act on expectations, but the innovator’s expectations are part of his production plan. The arbitrageur is of course always an equilibrating agent, the innovator a disequilibrating one, while the outcome of speculation depends on circumstances. (LACHMANN, 1986, pp. 125-126)

No entanto, entende-se aqui, o fato de Lachmann (1986) ter iniciado tardiamente sua explicação mais específica sobre a atividade empresarial fez com que ele argumentasse de modo diferente do que havia feito no mesmo livro e em trabalhos anteriores. A mera

⁶² Esse esquema já havia sido apresentado por Kirzner (1984, p. 205) e sido assunto em cartas trocadas entre Kirzner e Lachmann na mesma época. No caso, a intenção de Kirzner era defender o “estado de alerta” como abrangente o suficiente para descrever a atividade empresarial nas três formas mencionadas. Sobre isso, ver Jacinto (2020, pp. 165-167).

constatação de que, por definição, o arbitrador de diferenças instantâneas de preços realiza um ato equilibrador para si e para as duas ou mais partes que comercializaram com ele não se estende logicamente a todo um mercado, uma vez que é possível que alguns dos planos de outros agentes não possam ser executados da maneira que seriam caso tal arbitragem não ocorresse.

Assim, a própria arbitragem de um empresário pode impedir a de outro, de modo que não é uma questão lógica associar a arbitragem a uma força de equilíbrio entre mercados⁶³. Quanto à ação do inovador, também é contestável a conclusão lógica de que ela é desequilibradora. Do mesmo modo que tipicamente condena ao fracasso planos que anteriormente estavam propensos a ser bem-sucedidos, a inovação pode tornar bem-sucedidos outros planos que, na ausência dela, estariam fadados ao fracasso.

Então, para o entendimento dos argumentos do próprio Lachmann, a referida separação dos três tipos de empresários não pode ser associada a seus resultados equilibradores ou desequilibradores. Não apenas a especulação, mas também a inovação e a arbitragem, possuem resultados indeterminados em termos do modo com que facilitam ou dificultam a execução dos planos dos agentes econômicos.

Após o livro de 1986, no último trabalho de destaque relacionado a sua controvérsia com Kirzner, o artigo “*Speculative Markets and Economic Complexity*”, Lachmann (1988, p. 267) afirma seu objetivo de desenvolver uma “estratégia flexível” de argumentação para os “amigos do mercado” contra as críticas que ele considera, em certa medida, pertinentes, aos mercados especulativos. Ao mesmo tempo em que defende seus méritos em promover a “coordenação de expectativas divergentes” (*ibid.*, p. 265), Lachmann reconhece que esse tipo de mercado não funciona como um “procedimento de descoberta” (*ibid.*, p. 265) do mesmo modo que um hipotético mercado não especulativo.⁶⁴

⁶³ No mesmo capítulo, algumas páginas antes, Lachmann (1986) fala sobre a existência de “mercados”, no plural, em vez de um “mercado” com características padronizadas. A partir disso, ele visualiza a necessidade de se identificarem diferentes agentes, o que o leva a caracterizar os três tipos de empresário. No início do livro, no entanto, o autor diz que a “essência da competição” consiste no fato de que “nenhum agente pode entrar em um mercado (...) sem perturbar algumas relações de mercado atualmente existentes entre eles [agentes] e outros [mercados]” (p. 5). Mais adiante, Lachmann reconhece a possibilidade de se identificarem forças eminentemente equilibradoras em processos intramercado, com a suposição, reconhecidamente irrealista, de que os efeitos das ações empresariais em diferentes mercados não interagem entre si. Na discussão sobre os três tipos de empresário, no entanto, essa suposição não foi explicitamente enunciada.

⁶⁴ No caso, o termo “procedimento de descoberta” para explicar o funcionamento de mercados voláteis viria a ser utilizado por Kirzner em 1992, em um livro no qual ele credita a Mises e Hayek a fundamentação desse conceito como a característica proeminente de mercados competitivos que promovem o encontro entre forças estáticas de oferta e demanda. “No doubt the economics profession has much to learn about the subtle manner in which this market discovery procedure works. Surely the future historian of economic thought will trace back future development in this branch of social understanding to those seminal and path-breaking papers in which Hayek

Além disso, nota-se aqui, a distinção entre mercados de acordo com os tipos ideais “volátil” e “não volátil” pode ser associada à distinção entre “coordenação” e “equilíbrio”, uma vez que, determinado apenas pela interação entre forças de oferta e demanda, o hipotético mercado não volátil é aquele em que “todas as expectativas individuais convergem” (*ibid.*, p. 264), enquanto o mercado especulativo de ações, volátil, tem a divergência de expectativas “como sua própria essência” (*ibid.*, p. 265).

Essa distinção entre os tipos de mercado no que diz respeito à sua volatilidade é o fundamento da controvérsia entre Kirzner e Lachmann. O mercado não volátil, em que o aspecto desequilibrador da especulação não supera o equilibrador resultante da descoberta, é justamente o considerado na teoria empresarial Kirzneriana. No mercado de ativos, por sua vez, Lachmann reconhece o aspecto coordenador entre as expectativas, mesmo sem tendência ao equilíbrio. Contudo, nos trabalhos de Kirzner, “coordenação” e “equilíbrio” são comumente usados como sinônimos.

Assim, ao falar em “coordenação de expectativas divergentes”, Lachmann (1988, p. 264) convida os “amigos do mercado” a argumentar nestas linhas, sem perder de vista os efeitos indesejados de um excesso de volatilidade, que poderia ser prejudicial à coordenação propiciada por outras instituições, entre as quais cita as que dão suporte ao comércio internacional⁶⁵.

Após essa publicação, destacam-se como evidências importantes da persistência da controvérsia entre Kirzner e Lachmann até o fim da vida deste uma série de cartas trocadas em 1989 e 1990, em que o tema sobre a tendência ao equilíbrio interindividual foi resgatado na forma de discussão sobre uma teoria da ética do mercado.

Em uma das referidas cartas, comentando sobre um livro de Kirzner que trata de ética, Lachmann⁶⁶ retoma sua rejeição à ideia de uma atividade empresarial descobridora de oportunidades para questionar o argumento de que a moralidade do “*finders, keepers*”⁶⁷ se justifique com a constatação de que tal descoberta não perturbaria planos anteriores. Para isso, Lachmann cita o caso do “aprender fazendo” (*learning by doing*) dentro de uma firma como

taught us the crucial importance of dispersed knowledge in creating the economic problem which society faces” (KIRZNER, 1992, p. 151).

⁶⁵ Assim, uma mesma instituição pode ser coordenadora em um aspecto e descoordenadora em outro.

⁶⁶ Carta enviada em 31/12/1989.

⁶⁷ Esse nome fazia uma referência a uma crença generalizada de que é justo tomar posse de um objeto encontrado sem nenhuma identificação de seu dono, pois não se apropria da propriedade de ninguém. No caso, o argumento de Kirzner era que, da mesma forma, o empresário que inicia uma nova técnica de produção tem direito aos ganhos propiciados por ela, já que não está se aproveitando da propriedade de ninguém.

importante para o progresso técnico e que não se encaixa necessariamente na ideia de “descoberta”.

It seems to be a major tenet of the Ethics of the Market you present that all benefits derived from discoveries made must flow to the discoverer. In all cases? (...) If we think, as I do, that “learning by doing” is an important element of technical progress, is it not the firm as a whole that “learns” from the “doings” of its employees? (...) The fact remains that the law, reflecting no doubt the moral views of millions of people, frowns upon the conduct of those company officials who are a little too “alert” to derive personal gain from knowledge they possess but their employers (at the moment) do not as yet. It seems to me therefore that, as soon as relations between employer and employee become relevant, the Ethics of the Market needs to be supplemented and qualified by the Ethics of the Firm.

No ano seguinte, Lachmann⁶⁸ critica o modo com que Kirzner volta a descrever implicações éticas da atividade empresarial, desta vez falando mais especificamente da descoberta de uma oportunidade de lucro puro quando a atividade em si não é moralmente aprovada, no que é citado o exemplo tráfico internacional de narcóticos. Em oposição, Lachmann argumenta que, em um mundo de capital durável e específico, a atividade empresarial, independentemente de seu caráter ético, causa perda a outros agentes. Nesse caso, ao dar atenção aos processos secundários que resultam da atividade empresarial, o autor reforça sua rejeição ao caráter equilibrador desta.

Em outra carta no mesmo ano, Lachmann⁶⁹ continua a mesma discussão a partir de reflexões sobre a essência da atividade empresarial, do conhecimento e do erro. No caso, Lachmann cita Shackle para falar de “desconhecimento” (*unknowledge*) e contrapor-se à ideia Kirzneriana de que a atividade empresarial consistiria na descoberta de oportunidades que já existiam anteriormente e tornaria “erradas” todas as ações que não as levavam em consideração.

I take this opportunity to object to your use of the word “error”. The word may be used to denote the absence of knowledge, where such is available, but it must not be used to denote such absence of knowledge as nobody could possibly possess. It must therefore never be used with regard to processes in time where knowledge only becomes available at a certain point in time. Not knowing future events now is not a matter of error. The future is unknowable. This is why Shackle introduced the notion of “Unknowledge”.

Na carta seguinte, mostrando-se ciente da recorrência dos mesmos argumentos nesse último aspecto de sua longa controvérsia com Kirzner, Lachmann⁷⁰ insiste nas implicações do subjetivismo radical para a visualização de ganhos e perdas de capital e para a frustração de expectativas, rejeitando afirmações éticas sobre a atividade empresarial, pois esta sempre seria

⁶⁸ Carta enviada em 08/04/1990.

⁶⁹ Carta enviada em 24/06/1990.

⁷⁰ Carta enviada em 12/08/1990.

prejudicial a alguns agentes, independentemente da justiça que se atribua a isso.

Most people will say that our quarrel is silly and futile, and perhaps it is. I am still inclined to think that underneath the scene of our joust there are some important problems worth exploring. I am still at a loss to understand why I must not say that the competitive experience, the daily struggle for market share and profits, is a hurtful experience. So it is generally perceived. At the slightest chance, competitors will stop competing and form cartels. Understandably, they would rather not hurt one another. This is what “orderly marketing” is for. Why deny facts?

Em outra carta sobre o mesmo assunto, tentando encerrar esse aspecto da controvérsia, Lachmann⁷¹ sugere que se evitem termos com a ideia de “machucar” (“*hurt*” e “*harm*”), para falar em “interesses adversamente afetados”. Não surpreendentemente, Lachmann lembra que a raiz da discordância está na (in)capacidade de a atividade empresarial “coordenar”⁷² as ações dos agentes, visto que sempre haverá ganhos e perdas.

We have been here before. When, in my last book, I pointed out that there can be no coordination of the actions of individuals (by way of change unexpected by others) without some discoordination of prior arrangements, you objected, I remember. And now we have such a case again. This is easiest to see in speculative markets. Bulls and bears cannot all be gainers. But a similar situation is bound to occur whenever fixed capital is invested according to plans disrupted by discoordination, and what was reasonable investment turns into malinvestment. This is a serious matter. Its significance goes far beyond its incompatibility with the Lockean Proviso.

Em seu argumento final, Lachmann⁷³ observa que, além dos ganhos e perdas dos empresários, a impossibilidade de comparações interpessoais de bem-estar dificulta a formulação de afirmações éticas sobre a atividade empresarial relacionadas à sociedade como um todo.

In our world, the simultaneous existence of gains and losses is a matter of everyday experience. If we thought them measurable, we might try to set off losses against gains and compute a net social welfare effect. We may remind ourselves that the classical case for free trade rested on such a computation, or at least its possibility. But the impossibility of interpersonal comparisons of utility, an achievement of Austrians radical subjectivism, prevents us from doing that.

Observa-se, então, que a discussão termina onde começou e que nunca houve uma conclusão sobre a controvérsia a respeito da capacidade de a atividade empresarial promover a tendência ao equilíbrio interindividual. A discordância sobre a ética da atividade empresarial é apenas uma implicação dessa controvérsia maior.

Ainda para ilustrar o impacto da referida controvérsia, destaca-se aqui o livro “*Economics of Time and Ignorance*”, com primeira edição publicada em 1985, como uma

⁷¹ Carta enviada em 19/08/1990.

⁷² Termo novamente utilizado no sentido de “equilibrar”, o que, curiosamente, possivelmente por influência do próprio Kirzner, ele também faz em alguns trechos do livro de 1986. De qualquer modo, na totalidade de seus trabalhos, os dois termos são usados com sentidos distintos.

⁷³ Carta enviada em 09/09/1990.

tentativa de conciliação entre Kirzner e Lachmann, mas com maior apoio aos argumento deste último.

Na introdução da edição de 1996, O'Driscoll, Jr. e Rizzo (1996, p. xii) dizem estar “em profunda dívida” com Lachmann e dedicam-lhe o livro. Por sua vez, Kirzner é mencionado por “ter desempenhado um papel especial” na escrita daquele livro, a partir de suas “perspicazes questões”, mas com o reconhecimento de que, “se não fomos convencidos pela visão dele em todas as questões, nós nos beneficiamos de suas críticas” (*ibid.*, p. xii). De um modo geral, no entanto, os autores consideram as implicações dos argumentos de Lachmann como, em parte, aceitas por Kirzner em seus trabalhos então mais recentes.

Mais especificamente, O'Driscoll, Jr. e Rizzo (1996) identificam, nos escritos de Kirzner dos “últimos dez anos” (*ibid.*, p. xvii), um “reconhecimento mais profundo da importância das forças de desequilíbrio” e do “impacto dos atos empresariais errôneos no processo de ajuste”, a partir de um exemplo em que certos empresários erram ao decidir produzir bicicletas em um momento em que a demanda mais urgente era por sapatos e, a partir disso, induzem outros empresários a produzir bens intermediários, como o aço, necessários para a produção de bicicletas, mas não de sapatos⁷⁴.

No caso, o erro empresarial inicial induz a exploração correta, e, portanto, equilibradora, de oportunidades do ponto de vista da nova situação, mas que estaria errada se avaliada a partir da situação anterior ao erro inicial. A partir disso, mais adiante, em uma nota de rodapé ainda na introdução do livro, os autores dizem ser “instrutivo” (*ibid.*, p. xxxii) comparar essa abordagem mais recente de Kirzner com a que Lachmann apresenta no artigo “*Ludwig von Mises and the Market Process*”, de 1971.

Para isso, O'Driscoll, Jr. e Rizzo citam um trecho do livro de 1992 em que Kirzner afirma que, “embora a teoria insista na validade formal do processo coordenador do mercado, (...) é fácil imaginar circunstâncias em que [este] (...) é completamente superado pela (...) alta incidência de erros empresariais” (*ibid.*, p. xxxii). Deixando ao leitor a tarefa de “decidir em que extensão” se está dizendo “quase a mesma coisa”, O'Driscoll, Jr. e Rizzo (*ibid.*, p. xxxii) citam a seguinte frase de Lachmann (1971b, p. 189): “Negar a significância do equilíbrio geral não é negar a existência de forças equilibradoras. É meramente demandar que não devemos perder de vista as forças de desequilíbrio”.

Aceitando-se aqui a referida “tarefa”, responde-se que, de modo algum, nos trechos citados, Kirzner e Lachmann estão dizendo “quase a mesma coisa”. Enquanto Kirzner entende

⁷⁴ Ver Kirzner (1992, pp.29-31).

como necessária a consideração de que, de um modo geral, o processo equilibrador está em curso, sendo superada pelos efeitos dos erros empresariais apenas excepcional e temporariamente, Lachmann (1971b), pouco depois do trecho anteriormente citado, é taxativo ao dizer que “explicar a natureza contínua do processo de mercado é o mesmo que explicar a superioridade das forças de desequilíbrio” (*ibid.*, p. 190).

De qualquer forma, entende-se aqui que Lachmann desenvolve, ao longo do tempo, uma linha de raciocínio que nega a tendência ao equilíbrio, mas não descarta a ideia de coordenação de planos orientados para as mesmas instituições, ao passo que Kirzner, ainda que manifestamente se opondo à mera comparação entre estados de equilíbrio, não admite a elaboração de uma teoria do processo de mercado que não faça referência a esse conceito como consequência da atividade empresarial.

No entanto, em que pese tal diferença entre os dois autores, pode-se dizer, com Vaughn ([1994] 1998, p. 163), que o debate entre Kirzner e Lachmann “não é uma discordância sobre se os mercados devem ser concebidos como sendo parte de algum processo ordenado”. A discordância entre eles era, no que diz respeito a esse tema, fundamentalmente sobre o nível de coerência existente no mercado. Para Kirzner, a tendência ao nível de equilíbrio existia devido à atividade empresarial. Para Lachmann, o nível da coordenação era propiciado pela permanência das instituições secundárias.

Despite some of the more intemperate claims of a few Austrians critical of Lachmann, it should also be pointed out that this debate is not a disagreement over whether markets should be conceived of as being part of some orderly process. No one, including Lachmann, advocates abandoning all theory and turning instead to exhaustive descriptions of reality. As Menger, Mises, and Hayek continually emphasized, one cannot even develop categories of description without some theoretical structure to organize raw observation. The Lachmannians are not nihilists; they simply find fault with the currently dominant organizing principle of economics and strive to develop an alternative. (VAUGHN, [1994] 1998, p. 163)

Portanto, entende-se aqui, qualquer tentativa de síntese definitiva que pretenda encerrar a controvérsia esbarra no fato de que, até a última carta trocada entre os dois, a essência do debate permaneceu viva. De qualquer forma, tal controvérsia pode ser compreendida como uma ramificação de duas posições que partem do princípio de que o mercado é um processo ordenado fundamentado na figura do empresário, com a diferença de que Kirzner buscava complementar o paradigma do equilíbrio geral, explicando o processo que dirige o sistema a esse estado, e Lachmann se empenhava em substituí-lo, negando que tal tendência exista.

4.6. Considerações finais

A identificação do conceito de atividade empresarial dentro da teoria do capital de Lachmann, entre as décadas de 1940 e 1950, aponta para um uso subsidiário desse tema para ressaltar o aspecto subjetivista que sustenta o caráter complexo da estrutura do capital, em que, devido aos efeitos do emprego de um bem de capital sobre a produtividade esperada de todos os outros, as relações de complementaridade e substitutibilidade são recorrentemente revisadas.

Após a consolidação de sua teoria do capital, em 1956, no livro “*Capital and its Structure*”, as referências de Lachmann à atividade empresarial só aparecem com destaque justamente em trabalhos que revisitam sua teoria do capital. Em contraste, Kirzner dedicou extensos trabalhos para fundamentar a ideia de que o empresário é um agente que exerce seu “estado de alerta” para “descobrir” oportunidades de lucro já existentes.

Assim, apesar de a caracterização da atividade empresarial por Lachmann ser mais “implícita” que a de Kirzner, pode-se dizer que o primeiro conceitua o empresário como qualquer agente responsável pelo emprego de um bem de capital, tendo que criar ou imaginar, em vez de descobrir, oportunidades de lucro que não existem em nenhum sentido objetivo até que sejam efetivamente exploradas.

Nesse aspecto, a diferença entre os dois autores está na maneira com que lidam com o aspecto subjetivista da tradição Austríaca que os une. A consideração do subjetivismo das mentes ativas, isto é, o subjetivismo radical, por Lachmann implica uma ênfase maior no caráter indeterminado da interpretação e da formação das expectativas por parte do empresário de uma maneira que a descrição do estado de alerta a oportunidades de lucro por Kirzner não permite fazer.

Ao enfatizar o caráter indeterminado das decisões dos empresários, Lachmann minimiza a possibilidade de as mudanças na estrutura de capital da sociedade como um todo seguir uma trajetória de equilíbrio da mesma forma que a estrutura de uma firma, sob o controle de um único plano, formulado pelos empresários associados a essa firma, pois a reformulação de planos para remover incoerências imaginadas na estrutura menor pode ter efeitos que promovem incoerências na maior. Kirzner, por sua vez, separa analiticamente a atividade empresarial de decisões que envolvem um aspecto especulador para defender que ela sempre elimina uma inconsistência já existente entre planos de diferentes agentes.

Assim, na década de 1970, ao iniciarem seu convívio mais próximo na *New York University* (NYU), Kirzner e Lachmann já tinham ciência da discordância entre ambos sobre o fundamento da atividade empresarial e sobre a consequência desse fato para a visualização de uma tendência sistemática ao equilíbrio do sistema econômico, isto é, à aproximação de um

estado em que, salvo a ocorrência de mudanças exógenas em variáveis como preferências, tecnologia e condições ambientais, não ofereceria oportunidades de lucro empresarial.

De fato, algumas cartas trocadas entre Kirzner e Lachmann desde 1963 atestam que ambos estavam cientes sobre a referida discordância, mas esta só se tornaria mais explícita nas cartas trocadas entre eles na década de 1980, após um período de convivência mais próxima entre na década de 1970, justamente quando os escritos de Lachmann passaram a causar maior impacto sobre os economistas identificados com a tradição Austríaca nos Estados Unidos.

Na conferência de *South Royalton*, realizada em 1974, as ideias de Lachmann chamaram a atenção por indicarem a necessidade de avançar a teoria Austríaca em direções não facilmente visualizadas nos escritos de referências como Mises e Hayek. A partir da chegada do autor à NYU no ano seguinte, ficou aparente que a consequência mais clara da referida necessidade eram as forças de desequilíbrio presentes na própria atividade empresarial que visa o lucro.

Em contraste, inicialmente fundamentada na ideia de “estado de alerta” para oportunidades de lucro que já existem, em vez de terem sido anteriormente imaginadas pelo empresário que tira sentido do mercado, Kirzner pôde ser mais incisivo na propriedade equilibradora da atividade empresarial, uma vez que o próprio fato de o empresário explorar com sucesso uma oportunidade de lucro presente em um diferencial de preços faz com que esta seja eliminada e, assim, a inconsistência entre os planos dos agentes seja reduzida.

No caso, essa descrição inicial seria atribuída, já na década de 1980, pelo próprio Kirzner e, depois, por Lachmann, ao empresário “arbitrador”, enquanto o empresário “inovador” seria necessariamente desequilibrador e o “especulador” poderia ser equilibrador ou desequilibrador, a depender do veredito do mercado para suas previsões.

Contudo, essa separação analítica entre os três tipos de empresário faz sentido para completar a descrição inicial de Kirzner sobre o empresário alerta a oportunidades de lucro, condizente com o “arbitrador”, mas não é compatível com os argumentos anteriores de Lachmann sobre o caráter indeterminado da ação empresarial em processos intermercado, independentemente de ela consistir ou não em mera arbitragem de preços, o que ele havia explicado justamente no livro *“The Market as an Economic Process”*, de 1986, em que a distinção entre os três tipos de empresário também aparece.

Em outras oportunidades, Lachmann já havia deixado claro que considerava que a incoerência entre planos é um efeito da própria “natureza competitiva do processo” (Lachmann, 1976e, p. 149) e que o fato de o sistema de lucros e perdas selecionar os empresários mais bem-

sucedidos no passado não garante que estes serão mais bem-sucedidos no futuro do que outros que foram malsucedidos no passado (Lachmann, 1976e).

De qualquer modo, pode-se entender que a controvérsia entre os dois, apesar de nunca ter sido resolvida, não representa uma oposição completa entre os modos de enxergar o mercado. Para ambos, o mercado é um processo sustentado por ações em estado de desequilíbrio, com a diferença que Kirzner defende a existência de uma tendência sistemática ao equilíbrio produzida pelos empresários a partir do exercício de seu estado de alerta para oportunidades de lucro, enquanto Lachmann admite a existência dessa coerência apenas em um nível mais alto, o das instituições, o que não dependeria necessariamente de expectativas corretas por parte dos empresários.

Outra consequência interessante da controvérsia entre Kirzner e Lachmann foi a publicação do livro “*Economics of Time and Ignorance*”, em 1985, cuja segunda edição, publicada em 1996, trouxe uma nova introdução, em que os autores visualizaram os argumentos então mais recentes de Kirzner no já mencionado livro de 1992 como uma espécie de resolução parcial da controvérsia com Lachmann, pois o primeiro teria exposto um “reconhecimento mais profundo da importância das forças de desequilíbrio” e do “impacto dos atos empresariais errôneos no processo de ajuste” (*ibid.*, p. xvii).

De fato, em um exemplo que cita empresários que decidem produzir bicicletas quando a demanda mais urgente era por sapatos, mas que, por isso, estimulam a produção de aço para fornecer matéria-prima para as bicicletas, Kirzner lida com o erro empresarial, mas continua a concluir que, após o erro inicial, o estado de alerta dos empresários é equilibrador em relação à nova situação. Assim, a sucessão de erros provocados uns pelos outros não é considerada nesse exemplo.

Apesar da tentativa de O’Driscoll, Jr. e Rizzo de aproximar essa exposição então mais recente da posição de Kirzner à de Lachmann, nota-se que este não se limitava a dizer que apenas excepcionalmente o erro empresarial interrompe a tendência a um equilíbrio e cria outra trajetória equilibradora que também será seguida pela sequências de ações de empresários, pois, em 1971, por exemplo, em um trecho que dá sequência a uma citação que os próprios autores do “*Economics of Time and Ignorance*” fazem, Lachmann é taxativo ao dizer que “explicar a natureza contínua do processo de mercado é o mesmo que explicar a superioridade das forças de desequilíbrio” (Lachmann, 1971b, p. 190).

Portanto, ainda que seja possível buscar diferentes possibilidades de síntese entre Kirzner e Lachmann na referida controvérsia, reforça-se aqui que os dois autores jamais

cederam em seus argumentos em favor da posição de seu oponente. O debate sobre a existência de uma tendência equilibradora promovida pela atividade empresarial sustenta entre, outros pontos, o modo com que se aceita ou rejeita o subjetivismo radical, fundamentado no reconhecimento do efeito da incerteza sobre a formação e a interação entre expectativas, e na atitude de complementaridade ou de oposição explícita em relação ao paradigma do equilíbrio geral, considerado na época o *mainstream* da teoria econômica.

5. CONCLUSÃO

A partir da identificação de que, desde a sua formação universitária na Alemanha, na década de 1920, Lachmann estava interessado nos escritos de Carl Menger e em economia Austríaca tanto quanto nas ideias de Max Weber e da tradição interpretativa nas ciências sociais, argumentou-se, no presente trabalho, que sua tentativa, já no final da década de 1980, de encerrar o *Methodenstreit* do final do século XIX, ainda muito vivo nos escritos metodológicos de autores identificados com a Escola Austríaca, era algo compatível com sua formação inicial, em vez de uma “conversão repentina”, como viria a ser argumentado por Rothbard, outro nome de destaque dessa escola de pensamento.

Para defender esse argumento e identificar os aspectos subjetivistas distintivos de Lachmann, progressivamente consolidados ao longo de sua carreira, optou-se, no presente trabalho, pela divisão em três ensaios. O primeiro aborda diretamente a evolução da perspectiva subjetivista nos trabalhos do autor ao longo de quase seis décadas. Ao se analisar grande parte de seus escritos entre as décadas de 1930 e 1980, observou-se que a formação inicial de Lachmann pode ser vista como um insumo para a produção de seu posicionamento maduro como defensor da ciência econômica interpretativa dos planos de agentes em situações típicas.

Continuando-se aqui na mesma analogia, argumenta-se que o referido insumo encontrou os fatores complementares ao longo do tempo, sendo a insatisfação de Lachmann, já na década de 1940, com o caráter restritivo com que a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE) caracterizava a formação de expectativas por parte dos agentes o primeiro deles. A atuação conjunta desses dois fatores deu origem ao argumento mais amplo por parte do autor de que cada crise econômica tem uma explicação própria e que a investigação teórica deve partir do contexto histórico em questão, segundo o método genético-causal, isto é, a partir da construção de esquemas de interpretação específicos para cada situação.

Nesse estágio de produção de seu pensamento econômico, Lachmann pôde, então, acrescentar a consideração das expectativas à estrutura de seu capital intelectual, que, na década de 1950, após o livro “*Capital and its Structure*”, acharia na teoria das instituições mais um fator complementar. No caso, conforme visto no segundo ensaio, a análise dos escritos de Lachmann sobre as instituições permite visualizar os quatro níveis de coerência discutidos em seus escritos: equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem.

Como a justificativa para o ceticismo de Lachmann em relação à existência de uma tendência para o segundo nível de coerência, o equilíbrio interindividual, é um produto direto do estágio de produção da estrutura de seu capital intelectual que envolvia a consideração das expectativas e da interpretação dos agentes como fenômenos autônomos, não determinados por quaisquer dados objetivos, fica nítida a conexão entre o subjetivismo e os níveis de coerência, assuntos do primeiro e do segundo ensaios, respectivamente.

Até então, essa estrutura produtiva do pensamento econômico de Lachmann pôde ser descrita do modo até aqui escolhido, com estágios de produção em que novos bens de capital cooperam com o produto da produção complementar de bens de capital de estágios anteriores. A partir da década de 1970, com o aumento das referências ao subjetivismo de George Shackle, o capital intelectual de Lachmann assumiu o formato complexo que sua própria teoria descreve para o capital de uma economia baseada na divisão do trabalho.

Ao defender o subjetivismo das mentes ativas, posteriormente chamado de “subjetivismo radical”, Lachmann ressignificou seus antigos escritos sobre teoria do capital, instituições e metodologia da ciência econômica. Inicialmente, apesar de questionar algumas instâncias do formalismo da teoria econômica dominante, como as hipóteses restritivas sobre as expectativas, Lachmann não rejeitava a tendência ao equilíbrio como uma consequência da operação do sistema de lucros e perdas. Ao defender o caráter indeterminado da interpretação desses sinais de mercado, no entanto, o autor não pôde deixar de questionar a aceitação dessa hipótese por parte de seus próprios colegas de Escola Austríaca.

Esse rearranjo de seu pensamento não ocorreu, no entanto, de forma brusca nem completa. Os primeiros insumos da tradição interpretativa de Max Weber foram ressignificados na década de 1960 quando Lachmann passou a se dedicar à descrição do modo como as instituições propiciam uma coerência no sistema econômico ao mesmo tempo em que se mantêm flexíveis para responder a mudanças de maior magnitude nesse sistema. Não à toa, o livro dedicado à apresentação do que Lachmann considerava ser o legado de Max Weber, publicado em 1971, também consiste na apresentação mais clara de seu pensamento sobre o tema.

Assim, um produto tardio do que era um estágio anterior de produção em seu capital intelectual alterou os resultados do que era um estágio posterior, seus escritos referentes à teoria do capital e dos ciclos econômicos. Junto ao novo insumo do subjetivismo radical, esses escritos sobre instituições fariam com que, já na década de 1970, o pensamento de Lachmann se consolidasse a partir dos já mencionados quatro níveis de coerência entre planos.

O primeiro nível, o equilíbrio individual, foi o único que Lachmann admitiu ser válido *a priori*, uma vez que o próprio conceito de ação que emprega um meio para atingir um fim é, na perspectiva *ex ante*, equilibradora. Já a tendência para o equilíbrio interindividual não poderia ser, nem mesmo *ex ante*, considerada como válida *a priori*, visto que a ação equilibradora no nível individual pode ser desequilibradora no interindividual e não há um mecanismo que garanta a correspondência entre os dois níveis. Tal conclusão é um corolário do reconhecimento do caráter indeterminado da interpretação dos sinais de mercado por parte dos agentes.

Assim, no que diz respeito a esse segundo nível, o conceito de futuro “caleídico”, usado por Shackle, como um que mudanças concomitantes à passagem do tempo alteram quaisquer padrões existentes de forma imprevisível consistiu no “passo adiante” na “aplicação consistente do subjetivismo” mais marcante no pensamento de Lachmann. Junto a esse insumo exógeno, sua discussão sobre as instituições, produto tardio de sua antiga apreciação dos escritos de Max Weber, fez com que o conceito de “coordenação” substituísse o de “equilíbrio” quando o autor descreveu uma coerência propiciada pela permanência das instituições.

Além disso, o visível paralelo entre os pares antagônicos “versatilidade” e “especificidade”, dos bens de capital, e “flexibilidade” e “permanência”, das instituições, permite associar a teoria institucional desenvolvida por Lachmann a partir da década de 1960 não só aos escritos de Max Weber, mas também à sua própria teoria do capital. No fim da década de 1970, então, a posição mais madura de Lachmann sobre o método apropriado para a ciência econômica e as consequências do avanço no paradigma subjetivista já estava consolidada.

Nessa época, sua chegada aos Estados Unidos, onde conviveu de maneira mais próxima com Kirzner, foi marcada pela maior notoriedade do pensamento de Lachmann entre os economistas identificados com a tradição Austríaca, que começaram a reagir, positiva ou negativamente, à consideração do caráter caleídico da passagem do tempo e à sua consequente rejeição da existência de uma tendência sistemática ao equilíbrio interindividual. Esse último ponto daria origem a uma longa controvérsia entre Kirzner e Lachmann, abordada no terceiro ensaio do presente trabalho.

Como explicado no mencionado ensaio, a fonte da controvérsia foi a diferente caracterização da atividade empresarial por parte dos dois autores. Enquanto Kirzner apresentou esse conceito a partir da ideia de “descoberta” de oportunidades de lucro existentes, Lachmann, já adepto do subjetivismo radical, não poderia aceitar uma explicação que identifica

algo que existe independentemente da interpretação dos agentes responsáveis pelas decisões de produção, isto é, os empresários.

Assim, para Kirzner, o empresário explora e elimina consistentemente os desequilíbrios existentes entre as atividades produtivas e de consumo no mercado, de modo a criar uma tendência para o equilíbrio interindividual, enquanto, para Lachmann, as oportunidades de lucro não existem até serem imaginadas ou criadas pelos empresários, de modo que não se pode dizer que esta eliminou um desequilíbrio que já existia.

Como o último livro de Lachmann, o “*The market as an economic process*”, de 1986, e os demais artigos publicados do autor na década de 1980 não apresentam argumentos inéditos sobre o tema, considera-se aqui que a explicitação da controvérsia com Kirzner, principalmente nas cartas trocadas entre os dois antagonistas, representa a última contribuição para a estrutura final de seu capital intelectual.

Em resumo, as relações complexas presentes no pensamento de Lachmann podem ser entendidas como uma crítica ao formalismo da teoria econômica baseada em relações determinísticas entre magnitudes que não fazem referência aos planos dos agentes e que não deixam espaço para a autonomia da mente humana, o que inclui sua rejeição à hipótese de tendência ao equilíbrio interindividual promovida pela atividade empresarial.

A consolidação desse posicionamento certamente não aconteceu sem percalços. Até meados da década de 1960, por exemplo, Lachmann deu ao aspecto subjetivista na interpretação e na formação de expectativas uma significância menor que as inovações técnicas para explicar a realização dos maus investimentos. Foi só na fase mais madura da carreira, a partir da década de 1970, que ele deixou mais claro que, mesmo sem as excepcionais inovações, não é possível garantir que a atividade empresarial promova uma tendência ao equilíbrio interindividual no sentido de que nenhum plano de produção frustraria qualquer outro.

Apesar de a influência de Shackle ser reconhecida como determinante no presente trabalho, pondera-se aqui que, em certas ocasiões, Lachmann deu mostras de não concordar com Shackle em todos os aspectos relacionados à metodologia da ciência econômica, principalmente quando o assunto era a viabilidade da própria teoria econômica. Mesmo assim, ao reconhecê-lo como o “mestre subjetivista”, Lachmann optou por destacar o que achava correto e relevante na abordagem de Shackle e evitar pontuais discordâncias que teria com quem ele considerava ter tido sucesso em estender o escopo do subjetivismo das preferências para as expectativas e a interpretação.

Portanto, quando, no seu livro publicado em 1986, Lachmann propôs que os economistas limitassem suas generalizações ao “passado conhecível”, com a substituição das relações determinísticas baseadas na comparação entre estados de equilíbrio pelo uso de tipos ideais referentes aos planos dos agentes, ele não estava rejeitando a possibilidade de se desenvolver teoria econômica em absoluto, como se a economia pudesse ser reduzida a estudos históricos. Na verdade, o próprio conceito de “tipo ideal” que o autor advogava para o estudo de certos tipos de mercado é uma ferramenta teórica que ele associava à praxiologia, ainda que distinta da ciência apriorista defendida por Mises.

Assim, Lachmann não “mudou de lado” na antiga controvérsia entre “aprioristas” e “historicistas”, mas minimizou cada vez mais a relevância dessa oposição, chegando a sugerir que Austríacos e “não Austríacos” se unissem para desenvolver suas teorias com base na hermenêutica, isto é, em esquemas conceituais compatíveis com uma “teoria voluntarista da ação”, formando uma espécie de aliança contra o “determinismo”.

Em suma, o primeiro ensaio do presente trabalho discorre sobre o tema mais amplo do subjetivismo nos escritos de Lachmann, o segundo trata de um aspecto mais específico desse tema, a relação entre a teoria institucional e os níveis de coerência entre planos individuais, e o terceiro analisa o elemento ainda mais específico da controvérsia do autor com Kirzner a respeito de uma tendência sistemática ao equilíbrio interindividual promovida pela atividade empresarial. Assim, espera-se que o trabalho tenha sido bem-sucedido em descrever uma trajetória coerente, com alguns pontos importantes de mudança, nos escritos do autor em direção à aplicação cada vez mais consistente do paradigma subjetivista na teoria econômica.

Obviamente, tal jornada não foi e nem poderia ser completa por Lachmann, que tinha justamente o objetivo de manter aberto o programa de pesquisa iniciado por Menger, aprimorado por Mises e avançado ainda mais por Shackle, para mencionar os três nomes que ele mais citou em tom de aprovação nos seus escritos sobre metodologia e epistemologia. Se a importância de Lachmann dentro da tradição Austríaca atualmente não é tão reconhecida como as de Kirzner e Rothbard, para citar os outros dois protagonistas do reavivamento da década de 1970, espera-se que esse trabalho ajude a diminuir essa diferença.

REFERÊNCIAS:

ANJOS, R. C. **Lachmann e a teoria do processo de mercado: entre o pensamento austríaco e o pós-keynesiano**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2015. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136104>. Acesso em 24/06/2023.

BARBIERI, F. Lachmann and the Uses of Capital Theory. **Revista Processos de Mercado**, p. 281-306, 2021b.

BARBIERI, F. Lachmann's transformation. **The Review of Austrian Economics**, p. 1-23, 2021a.

BARBIERI, F. **O processo de mercado na escola austríaca moderna**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20102001-144955/pt-br.php>. Acesso em 24/06/2023.

BLOCK, W. A look at Subjectivism, Intelligibility and Economic Understanding: Essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his Eightieth Birthday. **The Review of Austrian Economics**, v. 3, n. 1, p. 215-236, 1989.

BLOCK, W. On Yeager's "Why subjectivism?". **The Review of Austrian Economics**, v. 2, n. 1, p. 199-208, 1988.

BLOCK, W. Radical Economics: An Interview with Walter Block. **Austrian Economics Newsletter**, v. 19, n. 2, 1999.

BOETTKE, P. **Handbook on contemporary Austrian economics**. Edward Elgar Publishing, 2010.

BOETTKE, P. J. PIANO. E. E. Capital, Calculation, and Coordination. **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, v. 37, p. 9-24, 2019.

CALDWELL, B. J. **Hayek's Challenge**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

CALDWELL, B. J. Review of Method, Process, and Austrian Economics: Essays in Honor of Ludwig von Mises, by I. M. Kirzner. **Southern Economic Journal**, v. 50, n. 4, p. 1234-1236, 1984.

CHILES, T. H. et al. The philosophical foundations of a radical Austrian approach to entrepreneurship. **Journal of Management Inquiry**, v. 19, n. 2, p. 138-164, 2010.

COWEN, T. The Rutgers Conference on Inflation. **Austrian Economics Newsletter**, v.2, n.2, 1979.

DEKKER, E.; KUCHAR, P. Lachmann and Shackle: On the Joint Production of Interpretation Instruments. **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, v. 37, p. 25-42, 2019.

EGGER, J. B. A Sympathetic Critic of the Austrian Business-Cycle Theory, 1986. In: KIRZNER, I. M. (Ed.). **Subjectivism, intelligibility and economic understanding: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his eightieth birthday**. New York: New York University Press, 1986.

EGGER, J. B. Review of Capital, Expectations, and the Market Process: Essays on the Theory of Market Economy. **Austrian Economics Newsletter**, v. 2, n. 3, 1980.

ENDRES, A. M.; HARPER, D. A. 'Wresting meaning from the market': a reassessment of Ludwig Lachmann's entrepreneur. **Journal of Institutional Economics**, v. 9, n. 3, p. 303-328, 2013.

GARRISON, R. W. From Lachmann to Lucas: on institutions, expectations, and equilibrating tendencies, 1986. In: KIRZNER, I. M. (Ed.). **Subjectivism, intelligibility and economic understanding: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his eightieth birthday**. New York: New York University Press, 1986.

GARY, G.; SHORT, E. D. The NYU Conference - Austrian Perspectives on Contemporary Economic Theory. **Austrian Economics Newsletter**, v.1, n.2, 1978.

HAYEK, F. A. Competition as a discovery procedure [1968]. **Quarterly Journal of Austrian Economics**, v. 5, n. 3, p. 9-23, 2002.

HAYEK, F. A. **Individualism and economic order** [1948]. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

HAYEK, F. A. Investment that raises the demand for capital, 1937. IN: HAYEK, F.A. **Profits, Interest, and Investment and other essays on the theory of industrial fluctuations**, by Friedrich A. von Hayek. New York: A. M. Kelley, 1975.

HAYEK, F. A. **Prices and Production** [1931]. New York: Augustus M. Kelly, Publishers, 1967.

HAYEK, F. A. **The counter-revolution of science** [1941]. New York: The Free Press of Glencoe, 1955.

HAYEK, F. A. **Unemployment and monetary policy: government as generator of the "business cycle"**. San Francisco: Cato Institute, 1979.

HORWITZ, S. Ludwig Lachmann as a theorist of entrepreneurship. **Studies in Logic, Grammar and Rhetoric**, v. 57, n. 1, p. 19-40, 2019.

HUTCHISON, T. W. Philosophical Issues that Divide Liberals: Omniscience or Omniscience about the Future?, 1986. In: KIRZNER, I. M. (Ed.). **Subjectivism, intelligibility and economic understanding: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his eightieth birthday**. New York: New York University Press, 1986.

JACINTO, L. C. TRÊS ENSAIOS SOBRE O PENSAMENTO ECONÔMICO DE ISRAEL KIRZNER. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2020. Disponível em

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/66306/R%20-%20T%20-%20LUCAS%20CASONATO%20JACINTO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em 17/09/2023.

KIRZNER, I. M. **Competition and entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago press, 1973.

KIRZNER, I. M. **Discovery and the capitalist process**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1985.

KIRZNER, I. M. **Market theory and the price system**. London: D. Van Nostrand Company, Ltd., 1963.

KIRZNER, I. M. Remembrance and Appreciation Roundtable Professor Ludwig M. Lachmann (1906-1990): Scholar, Teacher, and Austrian School Critic of Late Neoclassical Formalism in Economics. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 59, n. 3, p. 367-417, 2000.

KIRZNER, I. M. (Ed.). **Subjectivism, intelligibility and economic understanding: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his eightieth birthday**. New York: New York University Press, 1986.

KIRZNER, I. M. The Entrepreneurial Process, 1984. In: BOETTKE, P. J.; SAUTET, F. E. (Ed.). **The Collected Works of Israel M. Kirzner: The Essence of Entrepreneurship and the Nature and Significance of Market Process**, Vol. 8. Carmel: Liberty Fund, 2018.

KIRZNER, I. M. **The meaning of market process: Essays in the development of modern Austrian economics**. London and New York: Routledge, 1992.

KOPPL, R. In Memory of Ludwig Lachmann. **Austrian Economics Newsletter**, v.12, n.2, 1991.

KOPPL, R.; MONGIOVI, G. **Subjectivism and Economic Analysis: Essays in Memory of Ludwig M. Lachmann**. London and New York: Routledge, 1998.

LACHMANN, L. M. A Note on the Elasticity of Expectations, 1945. In: LAVOIE, D. (Ed.). **Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics**. London and New York: Routledge, 1994.

LACHMANN, L. M. An Austrian stocktaking: Unsettled questions and tentative answers, 1978c. In: SPADARO, L. M. (Ed.). **New directions in Austrian economics**. Kansas City: Sheed Andrews and McMeel, 1978.

LACHMANN, L. M. An Interview with Ludwig Lachmann. **Austrian Economics Newsletter**, v. 1, n. 3, 1978a.

LACHMANN, L. M. Austrian Economics in the Age of the Neo-Ricardian Counterrevolution, 1976b. In: DOLAN, E. G. **The Foundations of Modern Austrian Economics**. Mission: Institute for Humane Studies, 1976.

LACHMANN, L. M. Austrian Economics in the Present Crisis of Economic Thought, 1976f. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. Austrian economics: a hermeneutic approach, 1991. In: LAVOIE, D. (Ed.). **Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics**. London and New York: Routledge, 1994.

LACHMANN, L. M. Böhm-Bawerk und die Kapitalstruktur. **Zeitschrift für Nationalökonomie**, v. 19, n. 3, p. 235-245, 1959.

LACHMANN, L. M. Ludwig von Mises and the Market Process, 1971b. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. **Capital and its Structure** [1956]. Kansas City: Sheed Andrews And McMeel, 1978b.

LACHMANN, L. M. [Cartas enviadas entre 1974 e 1990]. Destinatário: Israel Kirzner. *University of Witwatersrand Archive*.

LACHMANN, L. M. Commodity Stocks and Equilibrium, 1936. In: LAVOIE, Don (Ed.). **Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics**. London and New York: Routledge, 1994.

LACHMANN, L. M. Complementarity and Substitution in the Theory of Capital. **Economica**, v. 14, n. 54, p. 108-119, 1947.

LACHMANN, L. M. Cost inflation and economic institutions. **South African Journal of Economics**, v. 30, n. 3, p. 177-186, 1962.

LACHMANN, L. M. Cultivated Growth and the Market Economy, 1963b. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. Economics as a Social Science, 1950. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. Investment repercussions, 1948. LAVOIE, Don (Ed.). **Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics**. London and New York: Routledge, 1994.

LACHMANN, L. M. From Mises to Shackle: an essay on Austrian economics and the kaleidic society, 1976a. In: LAVOIE, D. (Ed.). **Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics**. London and New York: Routledge, 1994.

LACHMANN, L. M. G.L.S. Shackle's place in the history of subjectivist thought, 1990. In: LAVOIE, D. (Ed.). **Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics**. London and New York: Routledge, 1994.

LACHMANN, L. M. **History of the Austrian School of Economics**, 1977b. Áudio disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QdymByxT1Gg&t=114s>, acesso em 6 de agosto de 2023.

LACHMANN, L. M. Ludwig von Mises and the Extension of Subjectivism, 1982b. IN: KIRZNER, I. M. **Method, process, and Austrian economics: Essays in Honor of Ludwig von Mises**. Lexington: Lexington Books, 1982.

LACHMANN, L. M. **Macro-economic thinking and the market economy**. London: Institute of economic affairs, 1973a.

LACHMANN, L. M. Methodological individualism and the market economy, 1969. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. Model Constructions and the Market Economy, 1966b. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. On Austrian capital theory, 1976e. In: DOLAN, E. G. **The Foundations of Modern Austrian Economics**. Mission: Institute for Humane Studies, 1976.

LACHMANN, L. M. On the central concept of Austrian economics: Market process, 1976c. In: DOLAN, E. G. **The Foundations of Modern Austrian Economics**. Mission: Institute for Humane Studies, 1976.

LACHMANN, L. M. On the Recent Controversy Concerning Equilibration. **Austrian Economics Newsletter**, v.2. n.1, 1979.

LACHMANN, L. M. Preiserwartungen und intertemporales Gleichgewicht. **Zeitschrift für Nationalökonomie/Journal of Economics**, p. 33-46, 1937.

LACHMANN, L. M. Professor Shackle on the economic significance of time, 1959. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. Reflections on Hayekian capital theory, 1975. In: LAVOIE, D. (Ed.). **Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics**. London and New York: Routledge, 1994.

LACHMANN, L. M. Sir John Hicks as a Neo-Austrian, 1973b. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. Sir John Hicks on Capital and Growth, 1966c. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. Some notes on economic thought, 1933–1953, 1954. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. Speculative markets and economic complexity, 1988. In: LAVOIE, D. (Ed.). **Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics**. London and New York: Routledge, 1994.

LACHMANN, L. M. **The Legacy of Max Weber**. Berkeley: Glendessary Press, 1971a.

LACHMANN, L. M. **The market as an economic process**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

LACHMANN, L. M. The role of expectations in economics as a social science. **Economica**, v. 10, n. 37, p. 12-23, 1943.

LACHMANN, L. M. The science of human action, 1951. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. The significance of the Austrian school of economics in the history of ideas, 1966a. In: LACHMANN, L. M. **Capital, expectations, and the market process**. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977a.

LACHMANN, L. M. The Velocity of Circulation as a Predictor. **South African Journal of Economics**, v. 24, n. 1, p. 17-24, 1956.

LACHMANN, L. M. Toward A Critique of Macroeconomics, 1976d. In: DOLAN, E. G. **The Foundations of Modern Austrian Economics**. Mission: Institute for Humane Studies, 1976.

LACHMANN, L. M. Why expectations matter. **Investment Analysts Journal**, v. 11, n. 20, p. 9-13, 1982a.

LACHMANN, L. M. Wirtschaftsordnung und wirtschaftliche Institutionen. **ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft**, v. 14, p. 63-77, 1963a.

LANGLOIS, R. N. Coherence and Flexibility: Social Institutions in a World of Radical Uncertainty, 1986. In: KIRZNER, I. M. (Ed.). **Subjectivism, intelligibility and economic understanding: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his eightieth birthday**. New York: New York University Press, 1986.

LAVOIE, D. Austrian Economics Seminar, Part I: 1975-76. **Austrian Economics Newsletter**, v.1, n.2, 1978a.

LAVOIE, D. Austrian Economics Seminar, Part II: 1976-77. **Austrian Economics Newsletter**, v.1, n.3, 1978b.

LAVOIE, D. Euclideanism versus hermeneutics: a reinterpretation of Misesian apriorism, 1986. In: KIRZNER, I. M. (Ed.). **Subjectivism, intelligibility and economic understanding: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his eightieth birthday**. New York: New York University Press, 1986.

LAVOIE, D. (Ed.). **Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics**. London and New York: Routledge, 1994.

LEESON, P. T.; BOETTKE, P. J. Was Mises Right?. **Review of Social Economy**, v. 64, n. 2, p. 247-265, 2006.

LEWIN, P. Biography of Ludwig Lachmann (1906-1990): Life and Work. **Ludwig von Mises Institute**, 2007.

LEWIN, P. Capital in disequilibrium: A reexamination of the capital theory of Ludwig M Lachmann. **History of Political Economy**, v. 29, n. 3, p. 523, 1997.

LEWIN, P. Hayek and Lachmann and the Complexity of Capital, 2014. IN: GARRISON, R. W.; BARRY, N. **Elgar Companion to Hayekian Economics**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2014.

LEWIN, P. Knowledge, expectations, and capital. The economics of Ludwig M. Lachmann: attempting a new perspective. **Advances in Austrian Economics**, v. 1, p. 233-256, 1994.

MENGER, C. **Princípios da Economia Política** [1871]. Victor Civita, 1983.

MISES, L.V. **A Critique of Interventionism**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1977.

MISES, L. V. Conception and Understanding, 1930. IN: Mises, L. V. **Epistemological Problems of Economics**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1978.

MISES, L. V. **Human action: A Treatise in Economics** [1949]. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1998.

MISES, L. V. Remarks on the Fundamental Problem of the Subjective Theory of Value, 1928. IN: Mises, L. V. **Epistemological Problems of Economics**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1978.

MITTERMAIER, K. H. M. Ludwig Lachmann (1906-1990) A Biographical Sketch. **South African Journal of Economics**, v. 60, n. 1, p. 4-12, 1992.

MITTERMAIER, K. H. M. Mechanomorphism, 1986. IN: KIRZNER, I. M. (Ed.). **Subjectivism, intelligibility and economic understanding: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his eightieth birthday**. New York: New York University Press, 1986.

O'DRISCOLL JR, G. P.; RIZZO, M. J. **The economics of time and ignorance** [1985]. London and New York: Routledge, 1996.

PRYCHITKO, D. L. Ludwig Lachmann and the farther reaches of Austrian economics. **Critical Review**, v. 1, n. 3, p. 63-76, 1987.

ROTHBARD, M. N. The end of socialism and the calculation debate revisited. **Review of Austrian Economics**, v. 5, n. 2, p. 51-76, 1991.

ROTHBARD, M. N. The hermeneutical invasion of philosophy and economics. **The Review of Austrian Economics**, v. 3, n. 1, p. 45-59, 1989.

STORR, V. H. Ludwig Lachmann's peculiar status within Austrian economics. **The Review of Austrian Economics**, v. 32, p. 63-75, 2019.

VAUGHN, K. I. **Austrian economics in America: The migration of a tradition** [1994]. Cambridge University Press, 1998.

VAUGHN, K. I. The problem of order in Austrian economics: Kirzner vs. Lachmann. **Review of Political Economy**, v. 4, n. 3, p. 251-274, 1992.

WITT, U. Turning Austrian Economics into an Evolutionary Theory, 1992. IN: CALDWELL, Bruce J.; BOEHM, Stephan (Ed.). **Austrian economics: Tensions and new directions**. New York: Springer Science & Business Media, 1992.

YEAGER, L. An Interview with Leland Yeager. **Austrian Economics Newsletter**, v. 12, n.3, 1991.

YEAGER, L. Why subjectivism?. **The Review of Austrian Economics**, v. 1, n. 1, p. 5-31, 1987.